

DIOGO XAVIER DA MATA

Uma Arqueologia do Discurso Biobibliográfico:
um percurso dos dicionários biográficos da renascença às plataformas
biobibliográficas contemporâneas

Dissertação de mestrado
Dezembro de 2020



INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DIOGO XAVIER DA MATA

**UMA ARQUEOLOGIA DO DISCURSO BIOBIBLIOGRÁFICO:
um percurso dos dicionários biográficos da renascença às fontes
biobibliográficas contemporâneas**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha: Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha.

Rio de Janeiro

2020

DIOGO XAVIER DA MATA

**UMA ARQUEOLOGIA DO DISCURSO BIOBIBLIOGRÁFICO:
um percurso dos dicionários biográficos da renascença às fontes
biobibliográficas contemporâneas**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2020.

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha - IBICT (Orientador)

Profa. Dra. Rosali Fernandez de Souza – IBICT

Prof. Dr. Marco Schneider - IBICT

Profa. Dra. Naira Silveira - UNIRIO

Esta dissertação não teria sido possível sem

Rafaella, minha estrela guia, e

Manuelle, minha doce alegria;

A elas dedico.

AGRADECIMENTOS

A minha família, vó, mãe, pai e irmão, meus apoiadores incansáveis. Aqueles que fizeram eu ser quem sou.

Ao meu orientador, Gustavo Silva Saldanha, que me ensinou, e ainda ensina, mais do que Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A Sania Moura, sem sua amizade e incentivo nas horas difíceis e de desesperança, talvez a vida acadêmica não existisse para mim.

Aos amigos da Biblioteca Carvalho de Mendonça, em especial a Fátima, Fábio, Eliane, Renata, José e Thalyta pela compreensão, pelo carinho, pelos desabafos e, principalmente, pelos risos que essa dissertação proporcionou.

Ao amigo Victor Rosa, pelo carinho, exemplo e inspiração.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Ecce Liber, pelos ensinamentos, conselhos, risadas e pela vivência.

A professora Naira Silveira, por acreditar na educação e em seus alunos, pelo projeto que direcionou todos os meus interesses de pesquisa.

Ao Grupo de Estudos Hegelianos, pelas críticas e reflexões, em especial aos Marcos.

Aos professores do PPGCI IBICT UFRJ, pelo conhecimento, em especial às professoras Rosali e Lena pelo imenso carinho.

A esses e essas, a outras e outros, tantas e tantos, gratidão.

O Outro é Eu, exterior a mim e ao mesmo tempo em frente a mim. Graças a ele, defino-me, onde está a fronteira. Componho-me, represento-me, imagino-me e categorizo-me...

[...]

O perigo reside em acreditar que qualquer categoria que tornamos nossa será também universal, comum a todas as culturas.

[...]

É a razão pela qual – e essa será a única mensagem deste pequeno livro -, ao jogo da categorização, podemos tanto fecharmo-nos e queimarmo-nos como fortalecerno-nos e abrimo-nos para o mundo.

(VIGNAUX, 1999, p. 100,102, 103)

Nem “quase” nem “subliteratura”, não é sequer o esboço de um gênero; é, na desordem, no barulho e na dor, o trabalho do poder sobre as vidas, e o discurso que dele nasce. (FOUCAULT, 2003, p. 222)

RESUMO

A pesquisa se dá no âmbito das fontes de informação biobibliográficas, mais propriamente no contexto do discurso biobibliográfico, entendido como um conjunto de enunciados dispersos em diversas fontes de informação, e que trazem em seu conteúdo a vida e a obra de um sujeito. O método utilizado é aquele concebido por Michel Foucault, no início de sua pesquisa, chamado Arqueologia do Discurso, ou Arqueologia do Saber. Este procedimento metodológico trata da dispersão dos enunciados, de seu agrupamento em unidades do discurso que possuam uma mesma formação discursiva, ou seja, estuda grupos de enunciados que podem ser reunidos, se respeitarem as mesmas leis de formação. O *corpus* bibliográfico que será utilizado para fundamentar tal análise é composto por repertórios de autores, dicionários biográficos, Quem é Quem e pelo Currículo Lattes. A exploração arqueológica destas fontes demonstra como o discurso funciona no recorte de um domínio de sujeitos para nomear e dividir classes de sujeitos. Ou seja, a análise do discurso biobibliográfico aponta como é possível o processo de descrição dos indivíduos, para uma classificação. É através deste tipo de enunciação que toma o sujeito como objeto do discurso que se formam classes como “sujeitos ilustres” ou “autores produtivos”. Além disso, é possível analisar as discontinuidades no modo de enunciação do objeto, uma certa mudança de estilo na maneira como o discurso descreve estes indivíduos. Estes efeitos de superfície, facilmente percebidos em uma exploração documental, dão indícios de uma alteração mais profunda na ordem do discurso biobibliográfico, remetendo a alterações na configuração epistêmica deste discurso. O resultado apresenta entendimento acerca da história da biobibliografia enquanto formação discursiva. Faz reconhecer sua relação com o saber bibliográfico. E expõe como esse discurso pôde funcionar em diferentes formações. Reconhece-se um trabalho biobibliográfico de longa data. Entende-se que o discurso biobibliográfico não é produto de um processo progressivo da racionalidade, mas de relações discursivas e não discursivas historicamente construídas e que se impõem na ordem do discurso dessa formação.

Palavras-chave: Biobibliografia. Discurso Biobibliográfico. Fonte de Informação Biobibliográfica. Classificação Biobibliográfica. Descrição Biobibliográfica.

ABSTRACT

The research takes place within the scope of biobibliographic information sources, more specifically in the context of biobibliographical discourse, understood as a set of statements dispersed in different sources of information, which bring in their content the life and work of a subject. The method used is that devised by Michel Foucault, at the beginning of his research, called Discourse Archeology, or Knowledge Archeology. This methodological procedure deals with the dispersion of statements, their grouping into units of discourse that have the same discursive formation, that is, it studies groups of statements that can be brought together, if they respect the same laws of formation. The bibliographic corpus that will be used to support this analysis is composed of repertoires of authors, biographical dictionaries, Who's Who and the Lattes Curriculum. The archaeological exploration of these sources demonstrates how the discourse works in the cutting of a domain of subjects to name and divide classes of subjects. In other words, the analysis of the bio-biblical discourse points out how it is possible to describe individuals, for a classification. It is through this type of enunciation that the subject is taken as the object of discourse that classes are formed as "illustrious subjects" or "productive authors". In addition, it is possible to analyze the discontinuities in the way of enunciating the object, a certain change in style in the way the discourse describes these individuals. These surface effects, easily perceived in a documentary exploration, give evidence of a more profound change in the order of the bio-biblical discourse, refer to changes in the epistemic configuration of this discourse. The result shows an understanding of the history of biobibliography as a discursive formation. It makes recognizing its relationship with bibliographic knowledge. And it explains how this discourse could work in different formations. Long-standing bio-bibliographic work is recognized. It is understood that the bio-biblical discourse is not the product of a progressive process of rationality, but of discursive and non-discursive relations historically constructed and that impose themselves in the order of the discourse of this formation.

Keywords: Biobibliography. Biobibliographical discourse. Source of Bio-Bibliographic Information. Biobibliographic classification. Biobibliographical description.

RÉSUMÉ

La recherche se déroule dans le cadre de sources d'informations biobibliographiques, plus précisément dans le cadre d'un discours biobibliographique, compris comme un ensemble d'énoncés dispersés dans différentes sources d'information, qui apportent dans leur contenu la vie et l'œuvre d'un sujet. La méthode utilisée est celle mise au point par Michel Foucault, au début de ses recherches, appelée Archéologie du discours, ou Archéologie du savoir. Ce procédé méthodologique traite de la dispersion des énoncés, de leur regroupement en unités de discours qui ont la même formation discursive, c'est-à-dire qu'il étudie des groupes d'énoncés qui peuvent être réunis s'ils respectent les mêmes lois de formation. Le corpus bibliographique qui sera utilisé pour étayer cette analyse est composé de répertoires d'auteurs, de dictionnaires biographiques, de Who's Who et du curriculum de Lattes. L'exploration archéologique de ces sources montre comment le discours fonctionne dans le découpage d'un domaine de sujets pour nommer et diviser des classes de sujets. En d'autres termes, l'analyse du discours bio-bibliographique montre comment le processus de description des individus est possible, pour une classification. C'est par ce type d'énonciation que le sujet est pris comme objet du discours que les classes se forment comme «sujets illustres» ou «auteurs productifs». De plus, il est possible d'analyser les discontinuités dans la manière d'énoncer l'objet, un certain changement de style dans la manière dont le discours décrit ces individus. Ces effets de surface, facilement perçus dans une exploration documentaire, témoignent d'un changement plus profond de l'ordre du discours bio-bibliographique, renvoient à des changements dans la configuration épistémologique de ce discours. Le résultat montre une compréhension de l'histoire de la biobibliographie en tant que formation discursive. Il fait reconnaître sa relation avec les connaissances bibliographiques. Et il explique comment ce discours pourrait fonctionner dans différentes formations. Les travaux bio-bibliographiques de longue date sont reconnus. On comprend que le discours bio-bibliographique n'est pas le produit d'un processus progressif de rationalité, mais de relations discursives et non discursives historiquement construites et qui s'imposent dans l'ordre du discours de cette formation.

Mots-clés: Biobibliographie. Discours bibliographique. Source d'information biobibliographique. Classification bibliographique. Description bibliographique.

Resumen

La investigación se desarrolla en el ámbito de las fuentes de información biobibliográfica, más específicamente en el contexto del discurso biobibliográfico, entendido como un conjunto de enunciados dispersos en distintas fuentes de información, que traen en su contenido la vida y obra de un sujeto. El método utilizado es el ideado por Michel Foucault, al inicio de su investigación, denominado Arqueología del discurso o Arqueología del conocimiento. Este procedimiento metodológico se ocupa de la dispersión de enunciados, su agrupación en unidades de discurso que tienen la misma formación discursiva, es decir, estudia grupos de enunciados que pueden agruparse, si respetan las mismas leyes de formación. El corpus bibliográfico que se utilizará para sustentar este análisis está compuesto por repertorios de autores, diccionarios biográficos, Who's Who y el Lattes Curriculum. La exploración arqueológica de estas fuentes demuestra cómo funciona el discurso en el corte de un dominio de sujetos para nombrar y dividir clases de sujetos. En otras palabras, el análisis del discurso biobibliográfico señala cómo es posible el proceso de descripción de individuos, para una clasificación. Es a través de este tipo de enunciación que se toma al sujeto como objeto de discurso que se forman las clases como "sujetos ilustres" o "autores productivos". Además, es posible analizar las discontinuidades en la forma de enunciar el objeto, cierto cambio de estilo en la forma en que el discurso describe a estos individuos. Estos efectos superficiales, fácilmente percibidos en una exploración documental, evidencian un cambio más profundo en el orden del discurso biobíblico, se refieren a cambios en la configuración epistémica de este discurso. El resultado muestra una comprensión de la historia de la biobibliografía como formación discursiva. Hace reconociendo su relación con el conocimiento bibliográfico. Y explica cómo este discurso podría funcionar en diferentes formaciones. Se reconoce el trabajo biobibliográfico de larga data. Se entiende que el discurso biobíblico no es producto de un proceso progresivo de racionalidad, sino de relaciones discursivas y no discursivas construidas históricamente y que se imponen en el orden del discurso de esta formación.

Palabras clave: Biobibliografía. Discurso biobibliográfico. Fuente de información biobibliográfica. Clasificación biobibliográfica. Descripción biobibliográfica.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- AACR – Anglo American Cataloguing Rules.
- BCI – Biblioteconomia e Ciência da Informação.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.
- IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.
- Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação de repertórios biobibliográficos proposto por Díez Ménguez	64
Figura 2 - Frontispício do Liber de scriptoribus ecclesiasticis.....	80
Figura 3 - Frontispício do Catalogus de Brunfels	82
Figura 4 - As quinze classes da obra de Bernardino Scardeone.....	85
Figura 5 - Verbetes sistematicamente classificados na obra de Scardeone	86
Figura 6 - Frontispício da Bibliothèque du sieur de La Croix du Maine.	87
Figura 7 - Apresentação de lista de nomes em chaves por Alegambe.	93
Figura 8 - Exemplo de lista de obras de um dado biobibliografado.....	99
Figura 9 - Sumário da Histoire Générale de Ceillier	100
Figura 10 - Fotografia de Christian G. Jöcher	101
Figura 11 - Frontispício do Dicionário universal de Chaudon e Delandine.....	106
Figura 12 - Tabela comparativa entre os dicionários de Brun-Durand e Rochas	112
Figura 13 - Quadro de estudiosos classificados em disciplinas de interesse.	113

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
2.1 O projeto arqueológico do discurso em Michel Foucault	31
2.2 Aplicações arqueológicas na Biblioteconomia e Ciência da Informação	41
2.3 A formação do corpus de análise	43
3 LABIRINTOS TEÓRICOS DA BIOBIBLIOGRAFIA	46
3.1 Noções Foucaultianas.	46
3.1.1 <i>Ordem do Discurso</i>	47
3.1.2 <i>O Autor e a Obra erguendo um Império.</i>	50
3.1.3 <i>A ordem entre as palavras e as coisas</i>	54
3.1.4 <i>O nome próprio e o encontro com o poder</i>	59
3.2 Discussões em Biblioteconomia e Ciência da Informação.	61
3.2.1 <i>Entre Bibliografia, Biobibliografia, Bibliometria e Biobibliometria</i>	61
3.2.2 <i>Perspectivas catalográficas: o controle bibliográfico e o controle de autoridade</i>	67
3.2.3 <i>Apontamentos do poder da classificação necessária</i>	71
3.3 Diálogos históricos entre Louise Malclès e Peter Burke	74
4 A GRANDE HISTÓRIA DA BIOBIBLIOGRAFIA	79
4.1 As biobibliografias do final do século XV até o final do século XVI	79
4.1.1 <i>Liber de Scriptoribus Ecclesiasticis de Johannes Trithemius – 1494</i>	79
4.1.2 <i>Catalogus illustrium vivorum germaniae de Johannes Trithemius – 1495</i>	81
4.1.3 <i>Catalogus illustrium medicorum de Otto Brunfels – 1530</i>	82
4.1.4 <i>Illustrium majoris britanniae scriptorum de John Bale – 1548</i>	83
4.1.5 <i>De antiquitate urbis patavi et claris civibus patavinis de Bernardino Scardeone – 1560</i>	84
4.1.6 <i>La Bibliothèque du sieur de La Croix du Maine de François Grudé – 1584</i>	87
4.1.7 <i>La Bibliothèque d’Antoine du Verdier de Antoine du Verdier – 1585</i>	89

4.1.8 <i>Síntese do discurso biobibliográfico do fim do século XV ao final do XVI</i>	89
4.2 As biobibliografias no século XVII	91
4.2.1 <i>Catalogo breve degli illustri et famosi scrittori venetiani de Giacomo Alberici – 1605</i>	92
4.2.2 <i>Bibliotheca scriptorum societatis de Phelippe Alegambe – 1643</i>	92
4.2.3 <i>Nouvelle biblioteque historique et chronologique de Denis Simon – 1692</i>	94
4.2.4 <i>Nouvelle bibliotheque des auteurs ecclesiastiques de Ellies Dupin – 1693</i>	95
4.2.5 <i>Dictionnaire historique et critique de Pierre Bayle – 1697</i>	96
4.2.7 <i>Síntese do discurso biobibliográfico no século XVII</i>	96
4.3 O discurso biobibliográfico no século XVIII.	98
4.3.1 <i>Mémoires pour servir à l’histoire des hommes illustres de la République des Lettres avec un catalogue de leurs ouvrages de Jean-Pierre Nicéron – 1727</i>	98
4.3.2 <i>Histoire générale des auteurs sacrés et ecclésiastiques de Dom Remi Ceillier – 1729</i>	99
4.3.3 <i>Allgemeine Gelehrten-Lexikon de Christian Gottlieb Jöcher – 1751</i>	100
4.3.4 <i>Dictionnaire historique, littéraire et critique de Pierre Barral – 1758</i>	102
4.3.5 <i>Dictionnaire historique ou memoires critiques et litteraires concernant la vie et les ouvrages de divers personages distingués, particulièrement dans la Republique des Lettres de Prosper Marchand – 1758</i>	103
4.3.6 <i>Síntese do discurso biobibliográfico no século XVIII</i>	103
4.4 O discurso biobibliográfico no século XIX.	105
4.4.1 <i>Dictionnaire universel, historique, critique et bibliographique de Louis-Mayeul Chaudon e Antoine François Delandine – 1812</i>	105
4.4.2 <i>Dictionnaire historique, critique et bibliographique de Antoine François Delandine e Louis Mayeul-Chaudon – 1821</i>	107
4.4.3 <i>Les Chansonniers de Champagne aux XIIe et XIIIe siècles de Prosper Tarbé – 1850</i>	108
4.4.4 <i>Répertoire général de bio-bibliographie bretonne de René Kerviler – 1886</i>	109
4.4.5 <i>Síntese do discurso biobibliográfico no século XIX</i>	109
4.5 O discurso biobibliográfico no século XX.	111
4.5.1 <i>Statistique biographique de la Drôme de Cyprien Perrossier – 1901</i>	111

4.5.2 <i>Figures de Savants de Alfred Lacroix – 1932</i>	112
4.5.3 <i>Dictionary of scientific biography de Charles Gillispie – 1970</i>	114
4.5.4 <i>Quem é Quem na Biblioteconomia e Documentação do IBBD – 1970</i> .	114
4.5.5 <i>Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 1991</i>	115
4.5.6 <i>Plataforma de Currículos Lattes do CNPq – 1999</i>	116
4.5.7 <i>Síntese do discurso biobibliográfico no século XX</i>	117
4.6 Síntese geral do discurso biobibliográfico ou uma comparação entre as formações discursivas.	118
5 REFLEXÕES E APONTAMENTOS ARQUEOLÓGICOS DO DISCURSO BIOBIBLIOGRÁFICO	123
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ou como vivem os seres sob a biobibliografia algorítmica	141
Referências	146
Apêndice 1 – Bibliografia de obras do corpus	150

1 INTRODUÇÃO

Em 1560, Bernardini Scardeone, humanista, renascentista, historiador e gramático veneziano, publicou uma de suas obras primas, trata-se de um trabalho sobre a vida de personalidades da cidade de Pádua na Itália. Scardeone (1560) acreditava que seria justo e racional guardar a memória dos paduanos ilustres, também acreditava que através dessa memória biográfica, os cidadãos posteriores seriam estimulados a imitá-los. Um instrumento da memória, mas também um dispositivo da moral. O repertório conta com centenas de nomes, pequenas biografias, epitáfios, profissões, elogios e menções a outras obras. Note-se que aqui temos um intelectual que fala sobre outros seres, outras pessoas, que de certa forma são considerados portadores de uma notoriedade, a partir da superfície daquele que discursa.

Hodiernamente, diante da expansão das tecnologias da linguagem em redes digitais, temos inúmeros sistemas de informação biográfica. Podemos citar o Dicionário Biográfico Nacional de Oxford, que conta com sessenta mil biografias. Também temos o Sistema de Informação Biográfica Mundial, que é um diretório biográfico com mais de oito milhões de registros biográficos. E no Brasil, podemos citar a Plataforma Lattes, fruto de uma integração de esforços no final da década de 1990 entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Ciência e Tecnologia, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). A Plataforma, que inclui mais de um milhão de registros, representa a ideia de uniformidade e padronização das informações curriculares da vida pregressa e atual dos personagens da ciência brasileira (CUNHA, 2020). Essa é uma fonte de informação biográfica especializada, voltada apenas para aqueles sujeitos que estejam envolvidos pelo campo científico. Também os registros de pessoal, nos arquivos dos departamentos de recursos humanos, analisam a produtividade, a especialidade, a localização de seus trabalhadores. Tanto que Recursos Humanos chegou a se configurar como disciplina, demonstrando toda uma perspectiva econômica de gerenciamento, avaliação e controle da vida e da obra. Percebamos que em nossa cultura não somente um indivíduo fala de

outros indivíduos, como percebemos a pouco com Scardeone, há aqui, mesmo com questionável liberdade, algumas formas de falar sobre si. As instituições, os discursos legítimos, não deixam de controlar a forma como nós falamos de nós mesmos.

A quantidade, diversidade, densidade e dispersão destas fontes de informação biográfica evidenciam um certo desejo amplamente difundido na sociedade de se preservar uma memória e de se comunicar a vida de indivíduos, com o propósito de os organizar, de os pôr em classes. Ou seja, é possível reconhecer de forma dispersa um discurso biobibliográfico acerca dos sujeitos. Se pensarmos politicamente sobre a questão é uma forma, também, de vigilância, de gestão e de controle dos indivíduos. Notamos que há uma miríade de enunciados dispersos em discursos e práticas que usam o nome próprio e o predicam, para que possa se estabelecer uma ordem, uma organização, entre estes sujeitos em função de alguma instituição, ou em relação a alguma forma de poder. São formações de categorias e classes de indivíduos, entendendo categorias como uma classe fundamental de divisão do universo a ser organizado. Exemplos de categorias utilizadas para classificar os sujeitos: trabalho, idade e sexo. Como uma divisão primária, de primeiro nível, dos indivíduos. A partir destas categorias podemos formar classes de indivíduos, que são aqueles que possuem uma característica em comum. Exemplos de classes de sujeitos: produtivos, improdutivos, ilustres, marcantes, jovens, adultos, idosos, heterossexuais, homossexuais e bissexuais. Assim o discurso biográfico impõe suas normas na categorização e classificação dos sujeitos.

Todo esse movimento de criação de classes se sustenta, acredito, por uma vasta rede discursiva, de documentos que descrevem os indivíduos de uma comunidade. Essa documentalidade da vida, entre dados naturais, formativos e funcionais, é, justamente, o ponto em que se desdobra toda tomada discursiva biobibliográfica do sujeito. Ou seja, é o registro documental da vida e da obra que permite ao discurso tecer o seu poder ordenador formativo das classes, visto que a partir das características atribuídas nesses registros a cada indivíduo-objeto é que se formam os grupos, nesse limiar é que todo projeto de seleção se materializa.

Para a biobibliografia, há um universo reduzido de indivíduos, aqueles que possuem uma obra, estamos lidando com autores, e, portanto, com as categorias e classes construídas sobre este coletivo. Se para a Biblioteconomia obra deve significar o conjunto de textos que são atribuídos a determinado autor, aponto para diversas outras camadas sociais, para além do regime autoral, em que podemos pensar a obra de alguém. Penso que de certa maneira toda vida pode ser considerada uma obra da própria existência em que o vivente possa ser considerado seu autor, e estando imbricado desde seu nascimento a diversas condicionantes sociais, políticas e econômicas, assim como o autor dentro de seu regime específico. No entanto, sigamos com a concepção de obra e autor que é mais cara à Biblioteconomia e Ciência da Informação, aquela dos escritos. Entre bio-bibliógrafos, se assim podemos chamar o conjunto de intelectuais e profissionais, bibliógrafos e bibliotecários, que historicamente compuseram essas obras, e biobibliografados, sempre uma seleção de escolhidos, uma bio-seleção social, temos a biobibliografia, que estabelece qual vida pode e deve ser assumida como notória, enquanto as outras, ou seja, a todas (retirando essas poucas eleitas), não serão lembradas, restarão apagadas no tempo, como nomes sem corpos, vozes sem feitos.

O objeto que queremos tratar, a biobibliografia, ou ainda o discurso biobibliográfico, se posiciona no espaço limítrofe entre as fontes de informação biográfica e as bibliográficas, entre o Dicionário de Scardeone (1560) e os sistemas de informação curricular em rede. Acreditamos ser a arte biobibliográfica que, pela via discursiva da linguagem, descreve e classifica os sujeitos autores. Só consideraremos, para fins deste estudo, as fontes de informação biográfica que se compõem no coletivo, ou seja, não consideramos para esta análise as biografias individuais, ou independentes, mas somente obras que trazem um repertório de biografias e bibliografias de autores. As biobibliografias são, como veremos adiante, fontes de informação pertencentes à classe das biográficas, no entanto se diferenciam por tratarem de autores, do indivíduo em conjunto com sua obra.

Porém, a extrema dificuldade em distinguir obras puramente biográficas de obras puramente biobibliográficas, em certos momentos da história, nos força a trabalhar com ambas para que possamos ter robustez na pesquisa que

se almeja. Também, como se pode notar no decorrer da pesquisa, a interação entre estes dois tipos de materiais nos trazem interessantes discussões do desdobramento, que não raras vezes, fazem sobre si mesmas. Queremos dizer das vezes em que uma obra que se denomina biográfica se comporta na maior parte de seu conteúdo como biobibliográfica. Como por exemplo, biografias de autores, que correntemente, e, de certa forma inevitável, apresentam as obras escritas de cada autor. Tal relação de vizinhança entre uma e outra, biografia e biobibliografia, não dispersa o foco deste estudo. Pelo contrário, defendo que existe um enriquecimento tanto do corpus a ser analisado, quanto das análises a serem feitas. Oferecendo à investigação uma expressão toda singular da historicidade de construção do próprio objeto biobibliográfico.

A história destas fontes de informação deixa transparecer certas descontinuidades. Os dicionários biográficos de pessoas ilustres, comuns na Idade Média (principalmente dos cânones da Igreja), e no Renascimento, não parecem funcionar da mesma forma, não estão dentro de uma mesma formação discursiva. Ou seja, não respeitam as mesmas relações discursivas, estão dentro de outro regime enunciativo. Apesar disso, estes dicionários já imprimem a construção de uma ideia de personalidade notável para parte dos cidadãos. Aqueles que não possuíam esta marca, não eram para ser lembrados, suas vidas eram excluídas da memória social. De certa forma singular, na atualidade, ainda permanecem vivos em nossas práticas, em nossas relações de poder, dispositivos que classificam personalidades ilustres, notáveis, destacáveis, aqueles que se diferenciam da maioria. São traços discursivos que nos permitem pensar como a biobibliografia está inserida historicamente na construção simbólica de um ordenamento do mundo. Ordenamento, sempre político, envolto em uma ideia, uma forma, de sociedade. A biobibliografia entre representação e construção desse mundo imporia com suas regras e suas enunciações uma ordem entre os sujeitos, aqueles (poucos) mais ilustres e os menos (quase todos) ilustres. Portanto, sem dúvida, pelo seu traço histórico e bibliográfico elemento importantíssimo na mediação do saber, no entanto, e não se pode negar, dispositivo de poder e controle. No entanto, essa discursividade hodierna funciona de maneira

diferente daquela outrora praticada, são essas discontinuidades que procuramos descrever.

Parece que há novos métodos, novas estratégias, pautadas no solo epistêmico de nosso tempo, ordenadas pelas métricas e por noções que são historicamente construídas como um ideal, e por vezes tentam esconder por baixo de toda essa malha discursiva estratégica suas contradições, incoerências e inverdades, como são hoje, por exemplo, entendidas as noções ditas neoliberais. Há o poder positivo de inclusão da comunidade autora em uma superfície detalhada de informações, sempre orientada, onde o quadro das classificações irá se manifestar, descrever para classificar. Além do caráter métrico, se anteriormente o discurso só captava algumas personalidades, atualmente, aparentemente, é estimulado um alcance universal de captação de informações biográficas e bibliográficas de cada sujeito. Somente com os registros disponíveis é que se faz uma comparação entre eles e se institui um grau de notoriedade, veja-se como a despeito de um pretense discurso de igualdade se articula um verdadeiro sistema que será específico ao nível dos indivíduos. Claro que o avanço tecnológico recente influi nestas apropriações, permitindo que se colete informações de diversas partes do globo terrestre, facilitando ainda que essa informação esteja disponível em tempo real, possibilitando o arquivamento de uma gama exponencial de dados. Em metrias da produção científica, como feitas pela Capes por exemplo, em mensuração dos autores mais lidos, como os *rankings* das livrarias, ou nos perfis com mais seguidores e influência, como no *Twitter*, há uma comparação, há uma métrica que confere a certos indivíduos um certo ar de notoriedade com base em um critério. Nos parece que temos diferentes estratégias de formação, seleção, daquilo que devemos biobibliografar e de como iremos ordená-los. Estas peculiaridades, no ordenamento biobibliográfico, acontecem no desenrolar de períodos e contextos sociodiscursivos, que podemos confundir com uma certa forma de progresso ou de racionalização da proposta biobibliográfica. No entanto, acreditamos que, isto não denota em si uma evolução em direção a uma racionalidade mais apurada. Isto faz parte da justificativa e do escopo deste trabalho, essa discontinuidade perpassa por mudanças nas regras de formação desses discursos, pela relação transversal com outros saberes e

atravessa relações de saber-poder que não cessam de se encobrir, são perpassadas por forças discursivas e não discursivas.

A biografia (do grego antigo *bíos* - vida e *graphein* - escrita), enquanto gênero literário, convive conosco desde a Antiguidade Clássica. Plutarco (46 d.C. - 120 d.C.) escreveu a obra *Vidas Paralelas*¹, organizada em pares. Essa compilação biográfica trazia sempre um nome grego e outro romano, havia uma espécie de historiografia crítico-comparativa na obra plutarquiana. Panoramicamente, o *Vidas Paralelas* tratava de uma narrativa da vida de uma pessoa e comparava-a a outra vida, colocando em questão uma hierarquia moral. Ou seja, definia quem entre aquelas duas vidas deveria ser tido como exemplo a seguir, a descrição, a narrativa biográfica, neste sentido é hierarquizada.

De uma maneira geral as biografias procuram registrar a vida de indivíduos célebres ou notáveis por algum motivo, segundo algum critério, pode ser intelectualidade, popularidade ou protagonismo, por exemplo. Aqui é relevante o questionamento benjaminiano acerca de com quem o historiador estabelece uma relação de empatia. Sua resposta é clara, com os vencedores (BENJAMIN, 1985). A história produzida do interior para o exterior das biobibliografias é materialmente uma história dos dominantes, dos vencedores. A maior parte da história das biobibliografias é formada pela compilação dos dominante em sentido político e minoria em aspectos quantitativos, como poderemos ver, remete aos vencedores. Essa provocação se coloca como uma espécie de justificativa estimuladora de nosso trabalho.

A narrativa biográfica de si, ou do outro, não escapa à luta dialética de uma economia política da classificação seja ela simbólica ou concreta. Assim como Plutarco buscou estabelecer um nível hierarquizante em suas comparações biográficas, no contemporâneo temos algumas fontes de informação biográficas, dispositivos de informação, imersos em uma rede de discursos e não discursos, cuja utilização tornou-se, um tanto quanto, como um fetiche. Não é difícil perceber na comunidade científica e acadêmica uma certa paixão narcísica, ou um desenfreado desejo de fazer crescer a lista vertiginosa

¹ Do original grego: *Bíoi Parálleloi*.

de dados biográficos e bibliográficos de si em dispositivos de informação, que simbolicamente, nos promete certo reconhecimento, ou distinção. Não tenho como precisar essa patologia social vivida por nós, mas há, inclusive, casos fora da academia que bem ilustram nossa proposição. Fatos que extrapolam o campo acadêmico e que invadem o cenário político e parecem multiplicar-se nos noticiários. Como, por exemplo, o insólito caso da nomeação recente de um já ex-ministro da Educação, que mesmo antes de tomar posse, já tinha esta informação em seu Currículo Lattes, e, ao renunciar, cinco dias depois a nomeação, manteve a breve passagem de cinco dias em seu perfil. Cito este caso por ter se tornado sabido e notório.

Por outro lado, temos as corajosas manifestações de mães que no contexto pandêmico indicam a maternidade nos resumos do Currículo Lattes, um dos dois elementos de preenchimento livre, e, provavelmente, os menos considerados em avaliações. A maternidade e as tarefas domésticas (comumente imputadas às mulheres pela sociedade ainda machista que vivemos), por exemplo, impactam diretamente em seus fatores de produtividade, mas, de maneira óbvia, isso não está ligado à suas capacidades ou aos seus méritos, no entanto ao não permitir esse registro de forma a ser levado em consideração pelas métricas, a avaliação destas mulheres tende a ser prejudicada e injusta. Isso é uma condição imposta a elas não só no período de licença maternidade, e tem se mostrado muito impactante em meio à Pandemia de Covid-19. A inclusão desse tipo de informação biográfica de forma sistêmica no Currículo Lattes auxiliaria na tomada de decisão e classificação dessas mulheres dentro de sua comunidade de conhecimento, e de seu campo de disputa. No entanto, não nos compete a ordem do discurso, ou seja, não somos nós que escolhemos o que dizer sobre nós. A luta discursiva profunda, talvez não seja poder dizer alguma coisa, mas fazer com que essa fala seja alçada ao nível discursivo válido, legítimo e verdadeiro. Há um montante considerável de notícias e constatações dessa dura realidade que afeta principalmente as mulheres. Este registro no Currículo Lattes é forma de justificativa, é uma forma de resistência². Ao usar o exemplo da luta feminina para ilustrar o alcance tanto horizontal quanto vertical que esta discussão pode

² Ver página oficial do movimento *Parent in science*, disponível em: <https://www.parentinscience.com/>. Acesso em: 01 set. 2020.

exercer não percamos de vista as diversas outras frentes de luta e suas interseções agravantes.

Considerando a biobibliografia como uma espécie do gênero de fontes de informação biográfica, mas também levando em consideração que esse discurso só é possível dentro de um saber bibliográfico, podemos identificar enunciados biobibliográficos dispersos em diversas fontes de informação. O discurso biobibliográfico se encontra nesta interseção entre fonte de informação especializada e biográfica e o fazer bibliográfico. Seja em dicionários biográficos renascentistas ou no Currículo Lattes contemporâneo podemos reconhecer essa forma de discurso sobre o autor, sua vida e sua obra. Entre fonte de informação biográfica e o saber bibliográfico posicionamos a Biobibliografia como objeto de pesquisa do nosso estudo, e queremos defini-la, apoiados em Cunha e Cavalcanti (2008, p. 56), como:

Biobibliografia: estudo da vida e das obras de um autor, as quais são referenciadas de acordo com as normas bibliográficas; em geral, inclui a referência dos textos críticos sobre o autor e suas obras.

A definição relaciona alguns conceitos típicos do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (doravante BCI), autor, obra, biografia e bibliografia. O estudo da vida do autor é a sina biográfica no saber bibliográfico. A obra referenciada do autor, são seus textos dispostos bibliograficamente, mas, também, em uma visão mais ampla, os feitos de uma pessoa, seu legado. A biografia e a bibliografia se relacionam, de certa forma se justapõem, no discurso biobibliográfico. Ou ainda, a bibliografia determina o agir biobibliográfico, no sentido de que são biografias de autores com suas respectivas bibliografias dispostas. A definição abre, também, a possibilidade de incluir textos sobre o autor, não apenas textos de sua autoria.

Trabalho de referência que combina informações biográficas com bibliografia, na forma de breves entradas biográficas com uma lista de trabalhos escritos pelos biografados, algumas vezes em seções separadas, ou longos ensaios biográficos com uma lista de trabalhos escritos pelo e sobre o biografado no final de cada entrada. Se os sujeitos são escritores, a bibliografia pode incluir estudos críticos. Também pode ser

escrito bio-bibliografia. (REITZ, 2014, não paginado, tradução nossa).³

Além de contribuir para a noção de biobibliografia, esta segunda definição corrobora sua inserção no campo da BCI. A partir destas duas definições, encaradas aqui de forma generalista, podemos pensar diversas fontes de informação que pelo menos se aproximem da noção biobibliográfica.

Vejamos, por exemplo, um catálogo de autoridade, que a partir de um controle do ponto de acesso do nome do autor, possibilita que um registro bibliográfico seja buscado pelo nome do autor e suas variantes, reunindo as suas obras independentes da forma com a qual a autoria conste no documento. Este pode ser concebido também por uma perspectiva biobibliográfica, pois permite reunir a partir do nome do autor, as suas obras. As redes sociais, como Facebook ou Twitter, também se comportam como uma espécie de biobibliografia, no sentido de fonte de informação, apresentam uma descrição biográfica dos indivíduos e uma relação bibliográfica, de escritos, de posts. Há que se levar em consideração que nessas empresas privadas existe uma pseudo-liberdade na edição de perfis pessoais, uma espécie de autobiobibliografia. Uma gama documental também pode ser verificada com traços de discursos biobibliográficos. Por exemplo, o *Quem é Quem (Who's who)* tipo de dicionário biográfico popular na segunda metade do século XX. Alguns anuários especializados apresentam repertório biográfico, acompanhado de bibliografias, em seu conteúdo. Alguns livros literários apresentam a obra de seu autor, como método de divulgação e propaganda comercial de seu trabalho ou do trabalho da editora.

Assume-se, portanto, que na cultura bibliográfica em que estamos inseridos existe uma miríade biobibliográfica, pouco explorada pelo campo da BCI, como que um microespaço. Neste território discursivo não acreditamos que os enunciados biobibliográficos estejam restritos a obras que se denominam biobibliográficas ou biográficas. Pela via da dispersão dos enunciados, consideramos que esta prática discursiva pode ser encontrada em

³ Do original: "A reference work combining biographical information with bibliography, either in the form of brief biographical entries with a list of works written by the biographees, sometimes in separate sections, or longer biographical essays with a list of works written by and about the biographee at the end of each entry. If the subjects are writers, the bibliography may include critical studies. Also spelled bio-bibliography."

diversos documentos, em práticas documentárias outras, em sistemas de informação heterogêneos. Ou seja, defendemos uma dispersão do discurso biobibliográfico em diversos dispositivos informacionais, que funcionam em regimes dotados da função autor.

A fonte de informação biobibliográfica pode ser reconhecida pela sua forma, um repertório de registros com entrada pelo nome do autor, com uma descrição biográfica e uma indicação bibliográfica é suficiente para reconhecê-la. Esta característica singular no mundo bibliográfico das biobibliografias nos impõe uma discussão acerca de noções como nome próprio, autor, vida e obra. Mais uma vez, estas noções estão sendo tratadas aqui dentro de uma perspectiva biobibliográfica discursiva, no entanto, não se formam dentro do discurso biobibliográfico apenas. Essas noções de autoria e obra, principalmente, se relacionam com o discurso biobibliográfico, ou seja, é da relação entre diversos enunciados de múltiplas formações discursivas que é possível falarmos de autor e de obra. São formados por um conjunto de enunciados e de relações que chegam ao campo biobibliográfico, que ao influenciarem sua materialidade enunciativa, e tendo em vista sua materialidade própria, participam do jogo de suas definições.

O referencial teórico trata do cenário discursivo, epistemológico e histórico que toca direta ou indiretamente o objeto de nossa análise. Oferta para nossa discussão o solo discursivo onde os enunciados biobibliográficos podem aparecer, como uma espécie de construção epistêmica onde o saber biobibliográfico se apoia. São lentes arqueológicas que consideramos relevantes para entender algumas facetas de possibilidade do discurso biobibliográfico, de seu funcionamento. Tratamos, primeiramente, das influências foucaultianas para nosso estudo, portanto, falamos da ordem do discurso, das noções de obra e autor, da noção de monarquia ou império do autor (diálogo entre Michel Foucault e Roland Barthes), discutiremos a noção de ordem entre as palavras e as coisas como condição de possibilidade do conhecimento e, também, traremos importantes inferências foucaultianas em relação à vida de homens infames e o choque com o poder. Em seguida apresentamos algumas reflexões presentes no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Passamos por temas como Bibliografia, Bibliometria,

Biobibliografia, Biobibliometria. Tratamos, também, dentro desse escopo, de questões de representação descritiva, como o controle bibliográfico e o controle de autoridade, e de classificação, suas benesses e perigos. Por fim, colocamos um diálogo entre história do conhecimento e história da bibliografia, entre Louise Malclès e Peter Burke. Esse diálogo possível entre diferentes esferas discursivas se apresenta como ferramentas para entender o percurso biobibliográfico que se quer percorrer.

A metodologia que se acolhe para dar seguimento a este estudo é a Arqueologia do Discurso, ou dos saberes, de Michel Foucault. A noção de análise do discurso, de cunho estruturalista, é alterada por Foucault pela inserção de novos conceitos, modelos e métodos. Com sua noção de formação discursiva, o intelectual francês revoluciona a prática analítica discursiva. Tentando estabelecer nesse método uma noção de análise em níveis, como se fossem escavações, Foucault parece inverter a direção do poder discursivo. Ao invés de estar totalmente preso a um poder ideológico que vem de cima, o filósofo propõe a noção de episteme como solo, um poder que vem de baixo, e possibilita que determinado discurso apareça e seja reconhecido como verdadeiro em determinado tempo e espaço. Essa inversão está calcada na análise da possibilidade de aparecimento e funcionamento de determinado enunciado, e, portanto, da exclusão de outros. É o poder da possibilidade de apoio dado por um solo epistêmico, um lugar onde alguns enunciados podem se firmar.

A finalidade da arqueologia é descrever as diferentes formações discursivas que podem ser encontradas dentro de uma unidade do discurso. Na verdade, essa própria unidade só é concebida a partir das relações discursivas que essas formações estabelecem entre conceitos, objetos, temas e formas de enunciar. Propondo assim, que essas unidades estão dispersamente construídas a partir de diversos enunciados em discursos. O método permite um novo olhar sobre o discurso abordado, tendo em vista que não conta a história de sua epistemologia, ou seja do seu conhecimento, nem está pautado na sua continuidade histórica, ou na pregação de uma progressivo desenvolvimento do saber biobibliográfico. Em resumo, não encara a biobibliografia como um conhecimento científico que vai se desenvolvendo

progressivamente no passar do tempo. Ele, na verdade, permite reconhecer como diferentes formações biobibliográficas podem ser explicadas ao nível de sua possibilidade de existência a partir de um conjunto de regras discursivamente colocadas, localizadas e datadas. Ou seja, permite compreender como regras discursivas internas e externas ao próprio discurso são capazes de estabelecer diversas formações discursivas que concorrem para a delimitação do discurso em si.

O objetivo geral da pesquisa é realizar a descrição arqueológica do discurso biobibliográfico no período proposto, a saber, entre o final do século XV e o século XX. Os objetivos específicos são: correlacionar o discurso biobibliográfico ao saber bibliográfico, classificar as diferentes formações discursivas da biobibliografia nesse período e demonstrar a distinção dos enunciados biobibliográficos em cada contexto. Estes objetivos nos ajudarão a entender como esse discurso funciona em diferentes épocas e regiões. Portanto, é elemento central para entendermos como entendemos e encaramos a biobibliografia hoje, e perceber que essa forma de discurso não é homogênea, não é produto do progresso, não é absoluta, e que pode ser mudada. Mudar a formação discursiva da biobibliografia é, para nós, alterar seus efeitos discursivos e não discursivos.

Além disso, contribuímos para o desenvolvimento da área de BCI, no Brasil, tendo em vista que não localizamos trabalhos que tratem, especificamente, da história deste tipo de fonte de informação, ou da biobibliografia propriamente dita. Consideramos, igualmente, a possibilidade do diagnóstico de um discurso que contribui para o “tecimento” da realidade social em que os indivíduos se inserem. De forma ampla discutimos o que é nosso pensamento biobibliográfico atual, será que não passa de um “feixe de luzes” que se alinham e iluminam certo ponto em detrimento de outros? Será que é fruto de uma racionalidade progressiva mais apurada? Não é impossível que estes feixes se realinhem, ou desapareçam? Este diagnóstico, acerca das biobibliografias, pode, portanto, nos revelar as relações de poder que estão imbricadas neste tipo de discurso, o que, obviamente, nos dá instrumentos para repensá-los. Buscar outra forma de pensamento, outro discurso, outra estratégia, outras relações que possam contribuir para uma representação e

disposição mais consciente desses indivíduos, que ao serem reconhecidos enquanto um grupo organizado, ou instituído, passa a se organizar de alguma forma. Essa organização das pessoas, no horizonte geral é que chamamos Biobibliografia, a organização dos autores em fontes de informação é uma arte, naturalmente, biobibliográfica. Fica evidente aqui o problema de um compromisso ético na produção de informações biobibliográficas, principalmente quando essas informações são infraestrutura de relações econômico-políticas como é o caso das avaliações sobre a produção de conhecimento científico no Brasil. Mas para além deste caso específico, ao qual se debruça esta pesquisa, que não caia fora de nossa vigilância toda uma rede de dispositivos políticos, estatais e não estatais, que se interessam na descrição, organização e avaliação de um grupo de indivíduos. E é claro que essa organização só é possível pela “biobibliografização” desses sujeitos. O aprofundamento teórico da ética, ou da ética da informação, em si não é objeto, nem objetivo, de nossa pesquisa, no entanto é incontestável que se comporte como uma das questões de fundo, digamos satélite, da nossa pesquisa. Portanto, não nos debruçaremos sobre as teorias éticas, mas espera-se que esta discussão, mesmo que indiretamente, contribua ao debate.

A proposta de trabalho que vislumbrada, em sua originalidade, possibilita uma análise da historicidade do discurso em fontes de informação que hoje nos cercam. Se isolarmos apenas o cenário acadêmico-científico brasileiro, e assumirmos o Currículo Lattes como um dispositivo biobibliográfico, podemos perceber a importância que o trabalho pode assumir. Penso ainda no Currículo Lattes, em como a discursividade biobibliográfica de seus registros constroem a própria figura do pesquisador, como ela o define, o classifica e o impõe uma realidade. Como que este instrumento informacional de descrição e representação é utilizado por diversas instituições brasileiras para instituir critérios de avaliação e, concretamente, interferir na vida de cada um destes sujeitos. Lembro da classificação dos pesquisadores em níveis de produtividade feita pelo CNPq e das avaliações dos Programas de Pós-Graduação feitas pela Capes. Isto dá uma noção da aplicabilidade da pesquisa em pensar este discurso, sua positividade e sua aplicabilidade.

Para realizar as propostas indicadas, o texto está ordenado da seguinte forma:

- O segundo capítulo se refere à exposição dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. Essa seção aborda o procedimento arqueológico foucaultiano, a inserção desse projeto no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, e, por fim, trata de apresentar como o corpus de análise foi concebido.
- O terceiro capítulo são as reflexões teóricas, que neste trabalho em específico, oferece o solo epistêmico que permite o discurso biobibliográfico se apresentar. Portanto, ele é confrontado com o corpus mais em uma perspectiva de solo de possibilidade do discurso biobibliográfico, de relações enunciativas. Tratamos, como dito, de noções foucaultianas e do campo da BCI.
- O quarto capítulo apresenta os resultados da análise do corpus. Nele estão minerados os enunciados que serão válidos para a análise arqueológica que se pretende. Está organizado por séculos de publicação, e em seções terciárias faz-se a exploração individual dos trabalhos selecionados no corpus.
- O quinto capítulo desenvolve a arqueologia do discurso biobibliográfico propriamente dita. Ele é o resultado de minha pesquisa.
- Por fim temos as considerações finais, nela a pesquisa é sintetizada, apresenta a contribuição consolidada e a indicação de novas pesquisas.

Apresento no Apêndice 1 uma lista de referências dos trabalhos selecionados para o corpus.

Sendo assim, o discurso biobibliográfico começa a ser desvendado, retirado da prateleira, um pouco esquecida, das fontes de informação, das obras de referências. A esse modelo que parece estar tão presente em todos os níveis da sociedade ocidental capitalista e neoliberal que parece não estar mais visível para o debate é que versa esta pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos que utilizo para esta pesquisa se baseia na arqueologia do saber de Michel Foucault. A explanação acerca desse projeto arqueológico foucaultiano será extraída basicamente da exploração de dois textos do intelectual francês, “A arqueologia do saber” e “A ordem do discurso”. No primeiro temos uma composição mais tratativa da metodologia utilizada em suas pesquisas até aquele momento, inclusive em *As palavras e as coisas* (texto utilizado em nosso referencial teórico).

Esta seção de procedimentos se divide em três partes distintas. A primeira se refere à explicação do método arqueológico em si, ou seja, da definição do projeto de possíveis arqueologias a partir de algumas noções inventadas por Foucault para sua análise do discurso, como formações discursivas e enunciados. Em seguida, buscaremos demonstrar algumas aplicações desse método na Biblioteconomia e Ciência da Informação, e por consequência como esse procedimento será trabalhado nesta pesquisa. Essa segunda etapa se justifica pela necessidade de apontar a apropriação do método pelo campo, e, portanto, não há em nossa pesquisa algo de inédito nesse sentido. Por fim, trataremos de apresentar como foi feita a seleção do corpus e as escolhas metodológicas para sua formação, demonstrando nossas dificuldades em pleno contexto pandêmico, mas também considerando as novas possibilidades que o material nos oferece.

2.1 O projeto arqueológico do discurso em Michel Foucault

A análise arqueológica não é uma história das ideias. Ela não trata o discurso como documento, não o trata como signo de alguma coisa, como portador de uma intencionalidade oculta. A arqueologia trata o discurso como monumento, como uma prática que possui regras. Ela se recusa a ser interpretativa, ou alegórica. Ela também não trata os discursos em uma linearidade lenta e sucessiva, ou mesmo, progressiva, como se um discurso

fosse aos poucos dando lugar a outro, ou evoluindo para outra coisa. A análise se refere ao jogo de regras que determinada formação discursiva toma como irreduzíveis a qualquer outro discurso. Ou seja, a um conjunto de regras que internamente e externamente vão constituindo uma rede de relações que ordenam o discurso de uma dada maneira. Uma forma a qual o discurso não pode deixar de atender para existir. A análise não é dependente de um sujeito criador, ela não está presa a noção de obra como recorte para sua exploração. A análise do discurso, tal qual preconizada pelo pensador francês, não está presa à obra de um autor, o discurso não se traduz por um autor ou por sua obra. O discurso está em um lugar diferentes destas noções ele perpassa diversos enunciados de forma quase transversal, não está na realização material da fala ou do próprio enunciado, ele é as paredes limitadoras do espaço possível. Por fim, ela, a análise, é nem mais nem menos que a descrição de um discurso-objeto. O método de descrição arqueológica discursiva de Foucault é específica está não no todo de um espírito absoluto, mas em um objeto específico e sua história, como a descrição histórica do discurso clínico, do discurso da loucura ou das ciências humanas (FOUCAULT, 2019).

Esse tipo de análise busca estabelecer a regularidade dos enunciados dentro da formação discursiva que lhe é inerente. Regularidade, aqui, não é o oposto de irregular, de anormal ou inesperado, mas o sinônimo de algo em consonância com um conjunto de regras, algo que foi normatizado. Não tem relevância a repetição estatística, mas o conjunto único de condições que estabelece para o enunciado uma função enunciativa. Quer-se estabelecer o conjunto de regras que balizam a possibilidade de existência de tal discurso, e o aparecimento deste ou daquele enunciado, não se trata de saber se este foi o mais repetido. A arqueologia busca por uma certa homogeneidade enunciativa formada pelas relações enunciativas entre diversos níveis. Ela constitui como que uma árvore de derivação em que há os enunciados mais regulares e gerais, e os enunciados mais específicos. Todo e qualquer enunciado é regular. Ele ativa todo o jogo de relações enunciativas que se estabelece entre esses níveis. A esse conjunto de regras chamamos de formação discursiva. As contradições são descritas dentro desta formação de modo a demonstrar suas

asperezas em termos de objetos, de temáticas, de conceitos e de estratégias com que se relacionam. As contradições não são encaradas em segundo plano, ou por uma perspectiva apaziguante que busque reestabelecer uma ordem transparente dentro de uma mesma formação. Aqui as contradições não formam um todo homogêneo, como que uma naturalização das contradições, não, essas diferenças são tratadas como unidades discursivas que concorrem pela ordem do discurso.

Ensina-nos Foucault (2019), a arqueologia está sempre colocada entre formações discursivas, no plural, onde elas se justapõem. É na comparação entre formações diferentes que a descrição arqueológica se impõe. Podendo ser, de certa forma, vertical onde acontecimentos políticos, econômicos, históricos e sociais são comparados com as práticas discursivas de uma determinada época, assim como feito em “A história da loucura” e em “O nascimento da clínica”. Ou de forma lateral, comparando diversas positivities diferentes que diacronicamente apresentam suas formações discursivas, como em “As palavras e as coisas”.

Devemos também pensar na particularidade que esse método impõe, ele é por excelência, e assim queria seu idealizador, limitado. Ele não pretende decifrar o espírito ou a ciência de todo o pensamento de uma época. Um passo atrás, ele deseja descrever formações discursivas específicas em suas regularidades interiores e exteriores, tal como colocado por Foucault (2019). As interdiscursividades que cada positividade é capaz de estabelecer pode ser perpassada por diversas outras interdiscursividades passíveis de novas análises.

O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois *uma* ciência, *uma* racionalidade, *uma* mentalidade, *uma* cultura; é um emaranhado de interpositividades cujos limites e pontos de cruzamentos não podem ser fixados de imediato. A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador. (FOUCAULT, 2019, p. 195).

Além disso a arqueologia também faz aparecer relações entre a formação discursiva e elementos não discursivos, como instituições e práticas.

Isto não quer dizer uma análise estrutural de tipo ideológica em que se tenta perceber como a política constitui ou modifica conceitos de uma ciência. A análise arqueológica verifica de que maneira e em que medida o discurso científico de certos sujeitos estatutariamente legitimados se articula com práticas que lhe são exteriores (não discursivas).

A arqueologia aborda os saberes sem lhes analisar a objetividade, ou ainda, sem considerar um possível progresso de sua racionalidade. O que ela procura analisar são as condições de existência que cada formação discursiva articula. São as condições históricas desse saber que estão em jogo. Ou seja, a arqueologia do discurso não se ocupa de estabelecer a verdade, não está em seu horizonte o fim teleológico de expressar qual discurso era verdadeiro e qual era, ou ainda é, falso. Ela está mais preocupada com os efeitos de verdade que certas formações discursivas estabelecem para seus discursos, como certos enunciados formados com diversas redes de formação tomam para si um efeito de verdade e passam a ser utilizados para determinar um saber sobre a realidade. Ou seja, a arqueologia remonta a história dos regimes de verdade em que certos discursos se inscrevem. Ela não é nem interpretação, nem formalização, não tenta analisar os discursos por uma outra coisa (como a consciência), nem por condições lógicas ou linguísticas (CASTRO, 2016). Ela é a descrição dos níveis enunciativos que formam uma superfície discursiva a qual estamos posicionados.

A posição da história acerca do documento mudou. Se anteriormente o historiador tratava de interpretar o documento e definir se este falava a verdade, agora se preocupa em tratá-lo dentro de uma massa documental, o descreve, o classifica, o estratifica, o ordena, o define em unidade, e diz se ele é pertinente ou não. A história trata o documento sempre em relação a outros documentos, dá a ele um *status* e uma elaboração junto a uma massa documental da qual não se separa, “é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa. [...] é o que transforma documentos em monumentos” (FOUCAULT, 2019, p. 8). Essa metamorfose no “pensar a história” ocasiona algumas consequências: o aparecimento de rupturas, de séries na narrativa histórica, aparecimento da noção de descontinuidade, que deixa de ser obstáculo para ser o método,

assumindo posição de destaque nestas disciplinas, e ocasionado o desaparecimento de uma história global. Também permitiu conceber a história geral em forma de “quadros”. Possibilitou que se pense a elaboração de conjuntos de documentos, critérios de análise, especificação do método, determinar as relações entre os documentos analisados (FOUCAULT, 2019).

A delicadeza do procedimento metodológico em questão está no fato de analisar o enunciado na sua singularidade, entender a sua condição de existência e possibilidade, fixar seu poder. Ou seja, seu limite, aquilo que ele pode operar dentro de um sistema discursivo, seu contexto enunciativo. Evidenciar a relação de um enunciado com outros enunciados, e fazer, talvez, aparecer quais outros possíveis enunciados estão excluídos por este arranjo discursivo. “Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam.” (FOUCAULT, 2019, p. 32). É claro que o próprio intelectual francês recomenda que se trate de domínios discursivos em que estes enunciados sejam numerosos e densos, para que se facilite a sua descrição. Apesar das noções de obra, livro e autor serem unidades negadas pelo projeto foucaultiano, pela sua ingenuidade na aglutinação de enunciados, elas também fazem parte do nosso universo de pesquisa. Autor e obra serão, portanto, abordados em seção própria.

No capítulo sobre as Formações discursivas, Foucault levanta hipóteses sobre como os enunciados poderiam se relacionar para formar unidades legítimas de discurso. A primeira daria foco ao objeto, segundo essa suspeita enunciados diferentes e espalhados no tempo se agrupam quando falam do mesmo objeto. A conjectura é refutada, visto que o próprio jogo discursivo sobre o objeto não o individualiza, mas o constrói, o modifica, o recorta e o aplica de diversas maneiras, portanto o discurso de certa forma pode preexistir ao objeto. Não é a loucura, por exemplo, que dá origem aos enunciados sobre ela, visto que vemos enunciados diversos e contraditórios que fazem parte do discurso sobre a loucura. Portanto, o pensador assume que são os próprios enunciados na medida em que são colocados é que formam a loucura como um objeto do saber. A segunda proposta refere-se a uma forma, ou a um estilo dos enunciados, que estaria ligada a uma maneira específica de enunciação.

Esta, também, é refutada por Foucault, que alega ter percebido em seus estudos formas de descrever os objetos que não paravam de se modificar, mas, mesmo assim, estes enunciados eram reunidos na unidade do discurso médico. A terceira suspeita se pauta no grupo de conceitos que são operados pelo discurso, a presunção seria que o discurso teria domínio sobre determinados conceitos e os enunciados ligados a este pertenceriam àquele. Mas mesmo neste pressuposto, o mestre francês encontra alguns limites, como por exemplo o aparecimento de conceitos heterogêneos e/ou contrários em uma mesma unidade discursiva. E para finalizar, sua quarta teoria é apresentada como a relação persistente de uma temática. Mesmo que mantendo uma unidade identitária ou temática acerca dos enunciados, estaríamos lidando com discursos diferentes que não poderiam estar reunidos em sua identidade, visto que partem de lugares diferentes e possuem identidades diferentes.

O que Foucault (2019) tenta mostrar é que ao invés de se encontrar na unidade do discurso um conjunto de objetos bem delimitados, o que se encontra são séries, lacunas, modificações, transformação destes objetos; ao invés de um tipo formal de enunciação, enunciados heterogêneos; ao invés de conceitos bem definidos, regras de utilização e correntes que se ignoram e que tentam se anular; ao invés de uma mesma identidade temática, na verdade temos possibilidades múltiplas que congregam temas, muitas vezes, incompatíveis. Seria nesse grande sistema de dispersão que estaria focada a descrição dos enunciados, em formular seu esquema de repartição, seus recortes. Para isso Foucault (2019) define que as condições a que se submetem os conceitos, as modalidades, os objetos e as temáticas em determinada repartição discursiva seriam as regras de formação dos discursos. Aponte-se, também, que a própria biobibliografia enquanto classificação dos poucos eleitos, dos poucos legitimados, já funciona, de forma fundamental, como uma legitimação de qualquer discurso.

A formação discursiva, ou seja, aquilo que trará nova unidade aos enunciados dispersos é um sistema de regras que determina, disciplina, os objetos, os tipos enunciativos, conceitos e temas. O discurso se descortina quando suas regras de formação são determinadas. É determinando as regras

de formação destes elementos, que se poderá estabelecer a singularidade e a regularidade de um discurso. É importante notar que este sistema de regras, que estão delimitando estes diversos níveis do discurso, está sempre em um feixe de relações. Não somente as relações entre os enunciados, que descrevem as regras, mas também as relações entre os níveis em si. Ou seja, as relações entre regras de formação de objetos, de tipos de enunciação, de conceitos e de temas, são em sua totalidade aquilo que possibilita a distinção de uma regularidade discursiva (MACHADO, 1974).

Se na arqueologia queremos analisar o discurso formado por seus sistemas de regras, é necessário estabelecer o que se quer dizer por discurso. Discurso é um conjunto de enunciados que pertencem a um mesmo sistema de formação. O que nos leva a perguntar: o que é um enunciado? Qual sua função? Suas características? E como podemos descrevê-los? Estas são questões centrais do método foucaultiano. Para que possamos estabelecer as regras de formação do discurso, temos que saber identificar um enunciado, entender sua função dentro de uma rede de enunciados, temos que descrevê-los.

Enunciados são as unidades elementares que formam discursos (FOUCAULT, 2019). Mas esta definição é insuficiente. Por isso o intelectual francês persiste em sua tarefa para o definir. Ele começa por diferenciar enunciado de proposição lógica ou de frase gramática, o enunciado não é uma proposição, também não é uma frase da gramática. Claro que uma frase ou uma proposição podem ser enunciados, podem ter função de enunciado, mas não são suficientes. Para que haja enunciado não basta ter uma proposição ou uma frase. Expressões que seriam consideradas idênticas para a lógica são enunciados diferentes na medida em que ocupam lugares diferentes no discurso. Um gráfico que não possui frase alguma possui enunciado. Portanto o enunciado nem sempre é uma frase. Segundo Machado (1974), estas distinções servem para demonstrar que o enunciado não está no mesmo nível da proposição ou da frase, portanto a lógica não pode analisá-lo, nem mesmo a gramática.

Outras considerações são colocadas. O enunciado também não é como um objeto. Tem uma existência singular, não é totalmente linguístico, nem

totalmente material. Ele, portanto, não é em si uma unidade, não possui critérios estruturais, é uma função de existência, pertencente aos signos. Ele atravessa um “domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (FOUCAULT, 2019, p. 105). Ele é a condição de existência dos conjuntos de signos. Há enunciado quando uma série de signos tem uma relação específica com outra coisa, com um espaço do discursivo, com um sistema específico do pensamento. Esta relação está totalmente pautada naquilo que ele chama de um correlato, que seria o conjunto de domínios em que os objetos assinalados pelo enunciado podem aparecer e em que as relações entre enunciado e objeto podem ser realizadas.

O enunciado está ligado a um referencial, que não são “coisas”, mas são leis de possibilidades e regras de existência. A descrição do nível enunciativo se dá pela “análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças” (FOUCAULT, 2019, p. 111). O enunciado também deve ser caracterizado pela relação singular que estabelece com um sujeito. Este sujeito não é idêntico ao autor da frase, ele é antes o espaço determinado, porém variável, que um certo indivíduo pode assumir. Descrever a função enunciativa não é relacionar o autor ao que ele disse, é descrever a posição determinada que ele deve ocupar para que possa se tornar sujeito. Uma terceira característica desta função está em situar as unidades significativas em um campo enunciativo, onde elas possam se desenrolar, se suceder, se ordenar e coexistir. Ele organiza, portanto, as unidades significativas em um espaço determinado, em um jogo enunciativo, que faz a frase ou a proposição extrapolarem-se. E por fim, para que os signos tenham uma função enunciativa é necessário que eles tenham existência material, o enunciado possui uma materialidade repetível. Esta materialidade pertence a um regime da instituição, e não a uma lógica espaço-temporal, sua materialidade define as possibilidades de reinscrição e de transcrição. Ele rege como que para si, campos de estabilização em que preconiza a partir da relação com outros enunciados a sua identidade. A constância ou a manutenção de um enunciado depende de seu campo de utilização. Esta materialidade nos permite afirmar que o enunciado é como um

objeto singular, que as pessoas manipulam, modificam, constroem, utilizam, trocam, sobrepõem, combinam, recuperam, estratificam e eventualmente destroem. Não é definitivo. Entra na ordem das lutas.

Vimos que o enunciado tem uma função de existência, fazendo com que os objetos mencionados tenham uma relação singular com domínios específicos, de regras de existência e possibilidade específica. Vimos também que o enunciado guarda relações com um sujeito, que não é seu autor, mas a posição vazia e rigidamente determinada que um indivíduo deve ocupar para enunciar. Observamos também que o enunciado nunca está isolado, ele pertence a um domínio. E quarta característica da função enunciativa, ele possui materialidade de ordem institucional.

Portanto, o enunciado é uma função que possibilita a um conjunto de signos formando unidade lógica ou gramatical se relacionar com um domínio de objetos, receber um sujeito possível, se coordenar com outros enunciados e aparecer como um objeto, isto é, como materialidade repetível. É através do enunciado que se tem o modo como existem essas unidades de signos. Ele lhes dá as modalidades particulares de existência, estipula as condições de existência aos discursos. Descrever um enunciado é descrever uma função enunciativa que é uma condição de existência. (MACHADO, 1974, p. 96).

Destas colocações Foucault (2019) afirma que descrever enunciados, descrição das funções enunciativas, analisar de que forma essa função se exerce, a maneira de que ela se articula com outros enunciados, é revelar as próprias formações discursivas. Os níveis da formação discursiva correspondem aos domínios em que se exerce a função enunciativa.

A lei de raridade é uma das quais a análise dos enunciados se submete. Ela leva em consideração que nem tudo é sempre dito. Há na prática discursiva um limite entre o que é possível ser dito e aquilo que não é, na linha que os faz aparecer em decorrência do não-aparecimento de outros. No entanto, não se trata de fazer falar esses vazios, o domínio da análise é superfície dita, e o lugar que cada enunciado toma. Sua finitude lhe concede valor, e o coloca na posição de um bem, e que desde sua existência, está na luta política e na relação do/pelo poder. Outra lei que devemos destacar é a da exterioridade, o enunciado deve ser analisado não da interioridade de uma subjetividade, mas de seu exterior. O campo enunciativo deve ser encarado como autônomo,

como local de acontecimentos, de regularidades e de modificações. Não é resultado de uma outra coisa, nem de uma subjetividade individual. É necessário reconhecer formas de subjetividade que fala, e que esta subjetividade anônima é efeito do próprio campo discursivo. Não há referência a um *cogito*, a uma racionalidade em desenvolvimento ou se aperfeiçoando. O acúmulo também rege a descrição da função enunciativa, quer dizer se preserva segundo técnicas materiais, de acordo com algumas instituições e com certas modalidades. Sendo necessário que se leve em consideração sua aditividade e sua recorrência.

Esta positividade da função discursiva aparece nas relações enunciativas como um *a priori* histórico, nas relações entre textos, saberes, autores, conceitos, proposições, no jogo discursivo de recuperação, apagamento e manutenção, mesmo sem se dar conta. A unidade do discurso está não nestas individualidades do autor ou do texto, mas justamente nestas relações enunciativas. Este *a priori* positivo, que trata Foucault (2019), não é da ordem da validade, mas da realidade, desnuda as condições de emergência de determinados enunciados. Busca compreender de que forma coexistem com outros enunciados, como se mantêm no cenário discursivo, e de que maneira se sobrepõem, se limitam e se apagam. O discurso não se encontra no campo da verdade, mas no campo da história. O discurso, ou ainda a análise do discurso, não verifica a pretensa objetividade que determinada formação discursiva confere a certos enunciados. A análise discursiva busca entender como determinado discurso pode funcionar dentro de um sistema de relações discursivas. Não é de objetividade que ele trata, mas da sua historicidade, das suas condições de possibilidade. Daí que Foucault extrai sua noção de arquivo como um sistema de discursividade, como uma espécie de legislação daquilo que pode ser dito. Sistema de controle dos enunciados e sistema de seu funcionamento, são as funções da noção de arquivo encontrada em Foucault (2019).

Por fim, a arqueologia do discurso se prende a uma descrição daquilo que já foi dito, daquilo que possui materialidade. Esta interrogação se realiza no plano das condições de sua existência, não de suas verdades. Nas regras que possibilitam seu aparecimento, sua existência. Estes extratos discursivos,

estes enunciados, são analisados de acordo com o exercício de sua função enunciativa, com vistas a sua positividade histórica, buscando compreender que unidades discursivas formam suas relações, e, também, a que sistema de arquivo pertence. “A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo” (FOUCAULT, 2019, p. 161).

A formação discursiva é, talvez, a principal inovação de Foucault na análise do discurso. Ela trata de um conjunto de regras anônimas, não explícitas pelos enunciados, delimitadas no tempo e no espaço, que definem as condições de exercício da função enunciativa. Todo enunciado funciona dentro de uma prática discursiva com o efeito de produzir verdade.

2.2 Aplicações arqueológicas na Biblioteconomia e Ciência da Informação

As noções arqueológicas foucaultianas contidas neste trabalho não representam uma inovação no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Ronald Day (2005) já chamava atenção para o impacto do movimento pós-estruturalista na Ciência da Informação. Ele faz relações entre a discussão do nosso campo e as noções de Documento e Arquivo contidas na análise arqueológica. Day (2005) também dedica uma seção de seu texto para falar da Análise do Discurso de Foucault. Diz ele:

A análise do discurso na obra de Foucault é menos um método e mais uma série de engajamentos com eventos históricos e documentos que identificam técnicas e estruturas por meio das quais o poder é capturado, intensificado e direcionado para certos fins produtivos e lucrativos. Isto não é de modo algum um método neutro. Em vez disso, é "crítico" no sentido de que tenta identificar assembleias discursivas e organizacionais que criam valores, hierarquias, corpos históricos e sociais e hábitos de comportamento. (DAY, 2005, p. 590, tradução nossa)⁴

Outro autor que se vale das noções foucaultianas para elaborar suas pesquisas e teorias em ciência da informação é Bernd Frohmann (1994). Ele

⁴ Do original: Discourse analysis in Foucault's work is less a method and more a series of engagements with historical events and documents that identify techniques and structures through which power is captured, intensified, and directed toward certain productive and profitable ends. It is not a neutral method at all. Rather, it is "critical" in the sense that it attempts to identify discursive and organizational assemblages that create value, hierarchies, historical and social bodies, and habits of behavior.

afirma que a análise do discurso é um método muito útil para as pesquisas em Ciência da Informação, permitindo analisar a construção discursiva da informação, seus usos e usuários.

No Brasil, algumas outras análises arqueológicas do discurso foram empreendidas. Lídia Alvarenga (1998) discute as relações entre o método arqueológico de Foucault e os métodos bibliométricos de verificação da literatura técnico-científica. A categorização do discurso, a intertextualidade e as citações são apontados pela autora como interesses em comum entre os dois procedimentos.

A arqueologia do saber será aplicada em nossa pesquisa da seguinte forma:

- A biobibliografia é encarada como um saber, que possui um domínio de objetos, que possui uma forma de falar desses objetos, com posições subjetivas bem delineadas, que indicam possibilidades de utilização do discurso e que operacionalizam certos conceitos.
- A arqueologia se comportará tanto de forma vertical quanto de forma lateral, estabelecendo relações de condições de existência com acontecimentos e práticas históricas, mas também se contrapondo a formações discursivas laterais.
- O saber biobibliográfico será tomado a partir da dispersão de enunciados constantes em diferentes formações discursivas, ou seja, a partir de conjuntos de regras e condições diferentes que permitem as diferenças discursivas.
- O sujeito do discurso é visto como a posição lacunar que todo indivíduo deve ocupar para poder enunciar o discurso biobibliográfico, essa posição está apoiada em regras e instituições.
- O objeto do saber biobibliográfico é percebido como uma construção entre relações discursivas e não discursivas, a análise foca como determinado objeto pôde ser tomado como elemento do discurso.

- Os conceitos e as temáticas biobibliográficas são analisados a partir das relações discursivas que ela estabelece com outras formações e práticas de discurso.

2.3 A formação do corpus de análise

Conforme o método que escolhemos para este trabalho, a obra não pode configurar como unidade do discurso. No entanto, a delimitação de uma formação discursiva depende da análise dos enunciados que nos indicaram as diferentes formações discursivas que podemos descrever. Para isso é necessária a exploração de muitas fontes biobibliográficas para que possamos delas extrair os enunciados, substância do discurso.

A presente crise sanitária pandêmica devido ao vírus COVID-19 nos impediu de ter acesso às diversas fontes de informação biobibliográficas constantes no catálogo da Biblioteca Nacional. O que nos obrigou a estabelecer o corpus para a exploração a partir de fontes disponíveis para consulta virtualmente. Esta é uma condição que nos foi imposta, tendo em vista o descontrole pandêmico, em muito devido ao embrutecimento político vivenciado no Brasil nos últimos anos. Sendo assim, admitimos que a seleção do corpus de exploração foi, em muito, prejudicada. Mesmo assim, estabeleceu-se uma política norteadora de seleção dos textos analisados. O primeiro critério refere-se às fontes biobibliográficas citadas por Louise Malclès (1960) em *A Bibliografia*. O segundo critério foram fontes que se identificavam como dicionários biográficos, dicionários biográficos de autores, *Quem é Quem* ou sistemas de informações biográficas, tal como colocado por Cunha (2020). No entanto, não deixamos de incluir algumas obras encontradas durante a pesquisa em catálogos e que se enquadram em uma perspectiva biobibliográfica.

Outra dificuldade que pode ser apontada acerca do nosso corpus é algumas lacunas temporais que podem ser percebidas se olharmos diretamente o ano de publicação. Ressaltamos que a análise de todas as obras biobibliográficas disponíveis para o período pesquisado demandaria, pelo

menos, o dobro de tempo disponível para a produção de uma pesquisa de mestrado. Justificamos a nossa não intencionalidade de um estudo esgotado sobre a temática e também sobre as fontes.

Apresentamos uma lista de autor título e data como forma de apresentação geral do corpus a ser analisado. Também, elaboramos um Apêndice específico para as referências do corpus, para que possamos facilitar o acesso a estes instrumentos. Todas as fontes trabalhadas estão disponíveis na rede de internet gratuitamente, exceto o Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros do IHGB, cujo acesso foi possível graças a aquisição da coleção. As obras restantes foram acessadas através do *Google Books*, *Gallica* e pelo site das próprias instituições responsáveis pela publicação.

Quadro 1 – Autor, título e ano de publicação das obras que compõem o corpus⁵

Autor / Responsável	Título	Ano
Johannes Trithemius	<i>Liber de Scriptoribus Ecclesiasticis</i>	1494
Johannes Trithemius	<i>Catalogus illustrium vivorum germaniae</i>	1495
Otto Brunfels	<i>Catalogus illustrium medicorum</i>	1530
John Bale	<i>Illustrium majoris britanniae scriptorum</i>	1548
Bernardino Scardeone	<i>De antiquitate urbis patavi et claris civibus patavinis</i>	1560
François Grudé	<i>La Bibliothèque du sieur de La Croix du Maine</i>	1584
Antoine du Verdier	<i>La Bibliothèque d'Antoine du Verdier</i>	1585
Giacomo Alberici	<i>Catalogo breve degli illustri et famosi scrittori venetiani</i>	1605
Phelippe Alegambe	<i>Bibliotheca scriptorum societatis</i>	1643
Denis Simon	<i>Nouvelle biblioteque historique et chronologique</i>	1692
Ellies Dupin	<i>Nouvelle bibliotheque des auteurs ecclesiastiques</i>	1693
Pierre Bayle	<i>Dictionnaire historique et critique</i>	1697
Jean-Pierre Nicéron	<i>Mémoires pour servir à l'histoire des hommes illustres de la République des Lettres avec un catalogue de leurs ouvrages</i>	1727
Dom Remi Ceillier	<i>Histoire générale des auteurs sacrés et ecclésiastiques</i>	1729
Christian Gottlieb Jöcher	<i>Allgemeine Gelehrten-Lexikon</i>	1571

⁵ O quadro continua na próxima página.

Pierre Barral	<i>Dictionnaire historique, littéraire et critique</i>	1758
Prosper Marchand	<i>Dictionnaire historique ou memoires critiques et litteraires concernant la vie et les ouvrages de divers personages distingués, particulièrement dans la Republique des Lettres</i>	1758
Louis-Mayeul Chaudon e Antoine François Delandine	<i>Dictionnaire universel, historique, critique et bibliographique</i>	1812
Louis-Mayeul Chaudon e Antoine François Delandine	<i>Dictionnaire historique, critique et bibliographique</i>	1821
Prosper Tarbé	<i>Les Chansonniers de Champagne aux XIIe et XIIIe siècles</i>	1850
René Kerviler	<i>Répertoire général de bio-bibliographie bretonne</i>	1886
Cyprien Perrossier	<i>Statistique biographique de la Drôme</i>	1901
Alfred Lacroix	<i>Figures de Savants</i>	1932
Charles Gillispie	<i>Dictionary of scientific biography</i>	1970
Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação	<i>Quem é Quem na Biblioteconomia e Documentação</i>	1970
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	<i>Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros</i>	1991
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	<i>Sistema de Currículos Lattes</i>	1999

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Estas fontes compõem o corpus que será analisado pelo método proposto. Nelas se dá a exploração discursiva a que se pretende nos capítulos quatro e cinco.

3 LABIRINTOS TEÓRICOS DA BIOBIBLIOGRAFIA

Este aporte teórico possui uma dupla função dentro do escopo de nossa pesquisa. A primeira, seria a função comum e geral de apoiar teoricamente nossas discussões e conclusões. Uma segunda intenção deste aporte é específica à metodologia que escolhemos utilizar, arqueologia do discurso. Essa função é referente ao fornecimento de artefatos discursivos que estabeleçam as condições de possibilidade do saber biobibliográfico. Sendo assim, o referencial teórico que nos apoia dentro de um campo epistemológico de conhecimento é o mesmo que funcionará como artefatos históricos para a arqueologia biobibliográfica.

Para tanto, estabelecemos quatro fontes de teoria e de acontecimentos discursivos. O primeiro apresenta algumas noções da fase discursiva, estruturalista, de Michel Foucault, além de alguns artefatos discursivos que compõem nossa arqueologia. A segunda fonte teórica e de artefatos histórico-discursivos é o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, traremos para nossa pesquisa alguns conceitos-acontecimentos que podem inferir na formação discursiva biobibliográfica. Uma terceira matriz é a história da bibliografia tal como elaborada por Louise Nöelle Malclès (1960). E por fim, uma pequena reflexão teórica, mais indicativa que sintética, acerca do nome próprio de encontro com o poder.

3.1 Noções Foucaultianas

Apresentar-se-á elementos da teoria e do pensamento de Michel Foucault que funcionem como artefatos para a pretensa arqueologia que se quer desenvolver. Serão tratadas nessa seção as noções de Ordem do Discurso, de Autor e Obra e Epistemes. São utilizados três livros de Foucault, *As palavras e as coisas* (2016), *A arqueologia do saber* (2019) e *A ordem do discurso* (2014), todos pertencentes a sua fase mais ligada ao pensamento estruturalista. No entanto, também nos valeremos, como forma complementar, de outras obras que comentem, sintetizem ou apliquem seu pensamento.

3.1.1 *Ordem do Discurso*

Talvez uma das principais questões que Foucault (2014) aborda em seu discurso inaugural no Collège de France seja: Qual a liberdade que temos ao pronunciar um discurso? Ao passo que ele, logo no início traz a alegoria do próprio discurso, do desejo e da instituição. O discurso seria essa voz que lhe precede, que já estava lá dito por outros, não somos seu ponto de começo, apenas a lacuna por onde ele pode passar. É evidente que ao discursar estamos imediatamente em diálogo com outros discursos que vieram antes de nós. O desejo quereria uma forma transparente de discurso de onde as verdades pudessem se levantar de forma calma e direta, sem ter que se acercar daquela forma categórica de discurso. A instituição é um porto-seguro que estimula o discurso, incentiva a continuidade em respeito às leis do discurso, ao mesmo tempo que assegura, desarma aquele que fala, é daí que se estabelece a impressão do poder.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

O discurso é, na visão do filósofo francês, algo muito bem controlado pela sociedade. Não é possível que se fale tudo que se deseja, não é permitido que se fale tudo, ou que se fale sobre tudo. Há na própria formação do discurso elementos de controle discursivo. O discurso não teria, dessa forma, uma função conciliadora, mas sim um exercício de poder, perigoso. O discurso não é apenas uma coisa que representa ou fala da dominação, ele é o próprio instrumento de dominação, aquilo pelo qual se luta para dominar, e assim, exercer o poder. Segundo Foucault (2014, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”.

O filósofo francês passa então a descrever os procedimentos de controle do discurso. Eles são classificados em procedimentos de controle externos ao

discurso e os procedimentos de controle internos. Entre os externos temos: a interdição, a separação ou segregação e, por fim, a vontade de verdade. São procedimentos de controle interno do discurso, o comentário, o autor e a disciplina.

Sobre os externos, diz Foucault (2014), temos na interdição uma certa definição daquilo que pode ser dito por determinado sujeito, pode se dar pelo tabu do objeto (como sexo e suicídio), pela circunstância ou pelo direito privilegiado. A separação ou segregação é a divisão entre o discurso que é considerado e aquele que não é, nesse sentido Foucault (2014) cita o exemplo do louco, mas podemos dizer que em determinados regimes discursivos há mais separações do discurso aceito, do que somente uma separação entre o discurso da loucura. Por último temos um controle exercido pela vontade de verdade. Essa se exerce como uma separação entre o verdadeiro e o falso, entre o crível e o não crível, onde as instituições da sociedade colocam suas pressões.

Sobre os controles internos, ele fala que o comentário é uma espécie de atos novos de fala, mas que remetem a um discurso original. O comentário permite dizer novos discursos, mas também é uma forma de dizer aquilo que estava escondido em uma espécie de não dito no texto original. Sobre o autor, ele diz:

O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como o princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. (FOUCAULT, 2014, p. 25)

O intelectual francês nos conta ainda que a função autor não desempenha papel imutável entre os diversos campos em que se aplica. Segundo ele, na Idade Média era necessário o nome de um autor para ser dar noção de verdade ao escrito científico, segundo ele desde o século XVII essa relação não cansa de se enfraquecer. A questão do autor será melhor tratada na seção seguinte.

Como último controle interno temos a disciplina, que funciona como uma espécie de campo de verdade onde todo o discurso deve encontrar seu lugar, onde ele deve se inserir. O princípio da disciplina se opõe a do autor, tendo em

vista que aquele constitui uma espécie de sistemas anônimos, sem uma perspectiva de inventividade, são métodos, objetos, regras, normas e técnicas.

Há, para além dos métodos de controle do discurso pela via do discurso, segundo Foucault (2014), métodos de controle pela via do sujeito que fala. São os procedimentos de rarefação dos sujeitos que falam. Rarefação é a diminuição da densidade, fazendo ser alguma coisa menos numerosa ou menos frequente. Diz Foucault (2014, p. 35), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. São procedimentos de rarefação dos sujeitos: o ritual, as sociedades de discurso, doutrina e sistema de apropriação do discurso.

O ritual estabelece uma relação entre o discurso e papéis preestabelecidos desempenhados por aqueles que falam. Define a qualificação necessária para aquele que irá pronunciar o discurso, seus gestos, circunstâncias e comportamentos. Podemos citar o discurso religiosos e judiciário.

As sociedades de discurso são uma espécie de espaço fechado por onde os discursos podem circular, mas de onde não devem escapar. Sua função é conservar ou produzir novos discurso de dentro desse espaço e para esse espaço específico. A sociedade possui alguns códigos de segredo que impedem a livre circulação do discurso, Foucault (2014) cita o segredo técnico e científico do discurso médico.

A doutrina, ao contrário da sociedade do discurso, tende a querer ser difundida o máximo possível, desde que se aceite certas regras de conformidade com o discurso que se prega. Temos o discurso religioso como espécie de doutrina, mas também poderíamos citar algumas doutrinas políticas e filosóficas. A medida em que o sujeito se liga ao discurso doutrinário ele se obriga a segui-lo e a abdicar de todas as outras formações discursivas.

Há, ainda, os sistemas de apropriação do discurso, aqui Foucault fala especificamente do sistema educacional, que é alvo constante de disputa e luta social, para determinar que tipos de discursos serão por ele veiculados.

O discurso inaugural de Foucault (2014) no *Collège de France* ainda apresenta alguns princípios que nortearam toda a pesquisa desse intelectual, estes princípios foram tratados nos procedimentos metodológicos.

3.1.2 O Autor e a Obra erguendo um Império

A questão do autor e da obra está presente no pensamento foucaultiano. Voltaremos à imagem do autor como agrupamento de discurso, como introduzido na seção passada, tendo em vista que é uma noção importante para nossa pesquisa. Esta reflexão teórica se apoia nos escritos foucaultianos, portanto trazemos outros textos que dialogam com Foucault, não somente escritos por ele. É o caso do texto “A morte do autor” de Roland Barthes, filósofo estruturalista, amigo pessoal de Foucault.

A questão do autor aqui é tratada como uma questão mais próxima da autoria, sem deixar perder de vista o princípio de controle do discurso. O que é um autor? Esta é a pergunta que se faz Foucault (2001). Barthes também falou sobre o autor em seu texto previamente citado. O que se pretende aqui é uma espécie de diálogo entre estes dois textos, com um aporte de alguns outros.

Barthes (2004) fala da escrita como algo neutro em que se perde a identidade de quem escreve. O autor morre quando a escrita começa, segundo o pensamento literário deste intelectual estruturalista.

O *autor* é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da “pessoa humana”. Então é lógico que, em matéria de literatura, seja o positivismo, resumo e ponto de chegada da ideologia capitalista, que tenha concedido a maior importância à “pessoa” do autor. O *autor* ainda reina nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas dos periódicos e na própria consciência dos literatos, ciosos por juntar, graças ao seu diário íntimo, a pessoa e a obra. (BARTHES, 2004, p. 58).

Este cenário, Barthes (2004) chama de Império do Autor. Na sua concepção o autor ainda é muito poderoso. É o autor que define o significado do texto, ele é autoridade máxima para definir o sentido daquilo que ele

escreveu. Barthes (2004), portanto, manifesta a morte do autor, para dar ao leitor seu lugar imperial. Afirma, apoiado nas ideias do poeta Mallarmé, que a “linguagem conhece um ‘sujeito’, não uma ‘pessoa’, e esse sujeito, vazio fora da enunciação que o define, basta para ‘sustentar’ a linguagem, isto é, para exauri-la” (BARTHES, 2004, p. 60).

E sobre a obra, ou ainda sobre os textos, continua Barthes (2004, p. 62):

Sabemos agora que um texto não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira teológico (que seria a ‘mensagem’ do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura.

O texto seria composto por uma rede de citações e comentários a outros textos. Portanto, não seria possível a noção de autor de um texto, tendo em vista que esse já nasce devedor de vários outros textos precedentes. O máximo que poderíamos atribuir a um indivíduo é a responsabilidade por ter escrito alguma coisa.

A teoria foucaultiana não está muito longe do entendimento barthesiano. Vejamos como Foucault trata das noções de autor, de texto e de obra. A função autor é exercida através do nome próprio do autor, que segundo Foucault (2001) não pode ser tratado como um nome próprio comum. Ele não é apenas indicativo. O nome do autor exerce na superfície do discurso uma função de classificação. Ele permite agrupar sob um mesmo nome, sob uma mesma classe, um certo número de textos. O autor corresponde, para ele, em um movimento de individualização na história das ideias. O nome do autor oferece um certo status ao discurso, quer dizer que o escrito deve ser recebido de uma certa maneira, deve ser percebido em uma coleção de outros textos, que com ele se relacionam. “A função-autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2001, p. 74).

Foucault (2001) cita a epopeia grega como forma de imortalizar o herói. Diferente de uma literatura que mata seu autor, a narrativa grega visava a imortalidade.

A noção de obra, é evidente, necessita da figura do autor. Não seria possível tratar da obra de Marx sem considerarmos que este nome mais que um nome próprio determina um autor, ou seja, tem a função-autor. No entanto, nem tudo que foi escrito por Marx carrega essa função, se porventura encontrássemos em seus arquivos pessoais uma lista de compras escrita por ele, esse documento seria parte de sua obra? Acreditamos que não. Acrescenta Foucault (2001) a unidade da obra é tão problemática quanto a individualidade do autor.

[...] o nome de um autor denota da mesma maneira um texto que ele próprio publicou com seu nome, um texto que apresentou sob pseudônimo, um outro que será descoberto após sua morte, em rascunho, um outro ainda que não passa de anotações, uma caderneta de notas, um 'papel'? A constituição de uma obra completa ou de um *opus* supõe um certo número de escolhas difíceis de serem justificadas ou mesmo formuladas[...] (FOUCAULT, 2019, p. 29).

Determinar a obra de um autor perpassa inúmeras questões sobre o que podemos considerar de sua obra. É claro que não se trata apenas do conjunto de escritos de alguém, senão deveríamos considerar também a caderneta de contatos e endereços; também não podemos estabelecer que a obra é o conjunto de textos publicados, tendo em vista que muitos textos, em rascunho ou póstumos fazem parte da obra autoral. Portanto, estabelecer a obra do autor passa a ser uma questão interpretativa para Foucault (2019), ou seja, aquele que irá determinar a obra do autor, tem certo poder arbitrário de interpretação de quais textos carregam aquele nível profundo da expressividade daquele autor. Segundo ele: “A obra não pode ser considerada como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea (FOUCAULT, 2019, p. 30).

O intelectual francês coloca ainda quatro características fundamentais da função autor, como resumidos por Castro (2016). O primeiro é a relação de propriedade. Foucault aborda a apropriação penal dos discursos, a possibilidade de ser responsabilizado por um escrito. Devemos lembrar também dos direitos do autor que tomam conta da sociedade do século XIX. Uma segunda característica é que a função-autor não é uniforme a todos os discursos e em todas as épocas. Pode ser que determinado tipo de discurso tenha hoje a necessidade de autoria e em outra época essa função tenha sido

dispensada. A atribuição de um texto a um autor não é espontânea. Depende de uma certa forma como se entende a autenticidade do escrito em relação ao autor. E, por último, temos a figura do autor não é a mesma do indivíduo, ela pode suportar vários egos (CASTRO, 2016).

Foucault (2001) fala ainda de uma certa noção de fundadores de discursividade. Isso é a relação que certos autores possuem não apenas com seus escritos, mas também com outras obras que se tornam possíveis e regradas por aquela primeira. Podemos citar como exemplo o autor Marx em relação a toda uma literatura dita marxiana.

O intelectual faz também uma crítica à unidade discursiva da obra ou do livro na Arqueologia do Saber (FOUCAULT, 2019). Diz ele que o livro, ou até mesmo a obra, não podem ser consideradas como unidades de discurso. Ou seja, em uma análise histórica e discursiva, tal qual pensada na Arqueologia, o livro e a obra de um autor não são representantes de uma unidade do discurso. Eles também estão inseridos em uma rede de relações. Eles estão no enredo das citações.

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. (FOUCAULT, 2019, p. 28).

No seu entendimento, o livro não está delimitado pela sua forma física, ele, na verdade, se comporta como um feixe de relações, como um nó de rede. Assim, o complexo jogo de remissões, que um livro conjura, não é igual em todos os tipos de discurso. As relações feitas em um tratado matemático não são do mesmo tipo que as feitas em uma narrativa literária.

O autor e a obra unidos pela nossa cultura em dicionários biográficos como cita Barthes (2004) formam o que ele chamou de Império do Autor, em sentido de autoridade. Muito próxima a esta crítica está a indicação foucaultiana de uma monarquia do autor, tal como ele apresenta no prefácio de uma das edições de História da Loucura (FOUCAULT, 1978).

Sou o autor: observem meu rosto ou meu perfil; é a isto que deverão assemelhar-se todas essas figuras duplicadas que vão circular com meu nome; as que se afastarem dele, nada

valerão, e é a partir de seu grau de semelhança que poderão julgar do valor dos outros. Sou o nome, a lei, a alma, o segredo, a balança de todos esses duplos. (FOUCAULT, 1978, p. 5).

Essa noção de “monarquia do autor” se refere muito mais a uma identidade compartilhada entre o autor e a obra. O texto deve ter o formato de seu autor, deve ser condizente com a imagem daquele que o escreveu. Caso, contrário, como visto em seu texto sobre “O que é um autor?”, o texto pode ser retirado do conjunto entendido como obra. Assim como a nação monárquica deve parecer com seu monarca. “Sou o monarca das coisas que disse e mantenho sobre elas uma soberania eminente: a de minha intenção e do sentido que lhes quis atribuir” (FOUCAULT, 1978, p. 6).

3.1.3 *A ordem entre as palavras e as coisas*

Aqui o conceito de ordem toma posição um pouco diferente da questão da ordem do discurso. Esta possui uma conotação de comando, de prescrição, de uma certa autoridade e, até mesmo, de um certo autoritarismo. Aquela está no nível da disposição organizada, da ordenação e do arranjo, mas além da conotação não sei dizer em que elas tanto se diferem.

O livro *As palavras e as coisas* é, sem margem para dúvida, uma das obras mais polêmicas de Michel Foucault, ao lado da *História da Sexualidade*. Em seu prefácio, o próprio autor descreve a problemática de sua pesquisa. Ao citar a famosa enciclopédia contida no texto borgesiano, Foucault se questiona sobre o limite de nosso pensamento, sobre a impossibilidade de se atribuir uma ordem entre aqueles elementos.

Não são os animais ‘fabulosos’ que são impossíveis, pois que são designados como tais, mas a estreita distância segundo a qual são justapostos aos cães em liberdade ou àqueles que de longe parecem moscas. O que transgride toda imaginação, todo pensamento possível, é simplesmente a série alfabética (a, b, c, d) que liga a todas as outras cada uma dessas categorias. (FOUCAULT, 2016, p. x)

O que é estranho não são os elementos, mas a justaposição entre eles. Essa manifesta intenção de os por sobre um mesmo quadro. É este lugar onde esses tipos de coisas poderiam estar justapostos, ordenados dessa maneira. A

impossibilidade desse lugar, desta superfície, é que causa a impossibilidade de pensar essa relação. Para isso Foucault (2016, p. xi) aponta: “Onde poderiam eles se justapor, senão no não lugar da linguagem?”. No entanto, continua ele, esta linguagem abre apenas um espaço impensável. Portanto, mesmo que a linguagem possibilite dizer tal relação ela não é possível, pois está fora da “tábua de trabalho”, diz Foucault em referência a Russell.

[...] quadro que permite ao pensamento operar com os seres uma ordenação, uma repartição em classes, um agrupamento nominal pelo que são designadas suas similitudes e suas diferenças – lá onde, desde o fundo dos tempos, a linguagem se entrecruza com o espaço (FOUCAULT, 2016, p. xii)

Pensemos essa “tábua de trabalho” esse quadro de possibilidades como o entrecruzamento aceitável entre a linguagem e as coisas. Onde a linguagem possui o poder de descrever as coisas, e, assim, estabelecer entre elas uma relação possível. Possível quer dizer aqui não necessária. Foucault chama de “sintaxe” essa autoridade que de certa maneira permite manter ligados as palavras e as coisas.

E o que seria classificar, nesse sentido? Trata-se de estabelecer uma ordem entre suas identidades ou de suas diferenças através de um campo semântico de denominação, em um espaço (FOUCAULT, 2016). No entanto, uma característica que estabeleça uma ordem ela é instável, nada garante que entre as palavras e as coisas uma mesma ordem se estabeleça indefinidamente.

O ponto fundamental do questionamento foucaultiano está expresso em:

Em que “tábua”, segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? Que coerência é essa – que se vê logo não ser nem determinada por um encadeamento *a priori* e necessário, nem imposta por conteúdos imediatamente sensíveis? Pois não se trata de ligar consequências, mas sim de aproximar e isolar, de analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos; nada mais tateante, nada mais empírico (ao menos na aparência) que a instauração de uma ordem entre as coisas; nada que exija um olhar mais atento, uma linguagem mais fiel e mais bem modulada; nada que requeira com maior insistência que se deixe conduzir pela proliferação das qualidades e das formas. (FOUCAULT, 2016, p. xv)

A questão de Foucault, nessa obra, é justamente como os sistemas de pensamento são capazes de analisar as coisas e através de uma linguagem “mais fiel e mais modulada” estabelecer as que mais se aproximam, e quais se distanciam entre si. E mais ainda, através de que sistemas essas classificações se estabilizam e se desestabilizam no decorrer do tempo e do espaço. Ou seja, a ordem é o objeto de sua investigação.

A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar; de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada (FOUCAULT, 2016, p. xvi).

Segundo ele, os códigos de uma cultura já determinam aos indivíduos as ordens empíricas com as quais deve lidar e se deparar. De outro lado, têm-se as teorias científicas e filosóficas que explicam por que há ordem. Entre estes dois pontos, a região mediana é onde a ordem se apresenta de certa maneira desnuda da cultura e dos pressupostos filosóficos. Na medida que em diferentes épocas e a partir de diferentes pressupostos filosóficos o sujeito se depara com a experiência desnuda da ordem, ele a experimenta com a mais fundamental das ordens possíveis, como a anterior às palavras, como a mais verdadeira de todas e se coloca a tentar explicitá-la e explicá-la de forma exaustiva. A verdade histórica de nossa cultura é que, desde os pré-socráticos, início da manifestação de nosso pensamento, tido como ocidental, se professa que há uma ordem para o caos. O *kosmos* é um todo organizado dentro de uma *arché*, não à toa, arqueologia das ciências humanas. Ou seja, assim como para um mundo organizado era necessário um princípio organizador, a história dos sistemas do pensamento, tal como feito em *As palavras e as coisas*, busca oferecer um princípio, ou uma determinada forma de relação entre conceitos e objetos que explique toda a forma de pensar dominante em determinada época.

Em suas investigações sobre os sistemas de pensamento, Foucault (2016) identifica o que ele chama de episteme. Segundo Castro (2016), a episteme é o próprio campo de análise da arqueologia no livro *As palavras e as coisas*. No decorrer da trajetória investigativa do filósofo essa noção é

substituída por dispositivo, e, posteriormente, por práticas. A episteme, tal como utilizada por Foucault (2016), seria, dentro de um contexto histórico e geográfico, as condições de possibilidade do saber. Descrever uma episteme seria a descrição dessa experiência desnuda da ordem, esse campo intermediário entre os códigos fundamentais de uma cultura e as teorias científicas e filosóficas que as compreende (CASTRO, 2016).

Entre linguagem, trabalho e vida, noções que auxiliam Foucault (2016) a estabelecer as discontinuidades epistêmicas das ciências humanas, trataremos especificamente de como a linguagem funciona dentro dos três sistemas epistêmicos tratados, a saber a episteme renascentista, a clássica e a moderna. Na episteme renascentista a ordem se dá pela semelhança, uma espécie de nexos natural entre as palavras e as coisas. Na episteme clássica, o que se apresenta é a representação, o discurso assegura que o signo designa corretamente o que significa. Já na episteme moderna, o problema da linguagem é o sentido ou a significação que a consciência confere aos signos. (CASTRO, 2016).

Durante a episteme renascentista, as palavras e as coisas possuem uma mesma natureza e por isso podem comunicar. Conhecer seria, justamente, transitar entre as marcas das coisas e as coisas marcadas, na leitura do livro da criação. A similitude é a lei que legitima e justifica o saber. Essa semelhança, portanto, é que permite aproximar as palavras e as coisas. Sendo assim, a linguagem só é possível na forma de comentário, “esforço para referir na forma de interpretação o semelhante ao semelhante” (CASTRO, 2016, p. 145). Comentar seria a única forma arqueologicamente legítima de conhecer, pois é o retorno interpretativo ao *texto primitivo* de uma natureza cheia de marcas que se assemelham e, portanto, ordenável, as palavras não estão fora dessa naturalidade. Essa episteme, que perdura em predominância nos séculos XV e XVI, entende a semelhança marcada nas coisas, é assim que as nozes curam as dores de cabeça. A noz possui uma marca de semelhança com a cabeça, a casca o crânio e o seu miolo são muito semelhantes a um cérebro. As assinalações que fazem as coisas serem semelhantes é o que permite à linguagem dobrar o mundo sobre si.

O problema da linguagem durante a episteme clássica, dos séculos XVII e XVIII, é pautada pela noção de “representação”. A linguagem se manifesta na forma de discurso. Um quadro organizado que garante que as palavras se refiram às coisas. O discurso é a forma arqueológica epistêmica clássica, visto que, é a partir dele que o sujeito representa o mundo. Não há aqui uma função interior de significação, o sujeito não produz o mundo a partir de seu discurso, ele apenas o representa. O discurso é essa representação organizada do mundo. Nesse sentido não se pode falar durante a episteme clássica de uma transcendência da humanidade, o mundo não depende dele.

A ordem do mundo é preexistente ao sujeito e independente dele e, por isso, a única atividade do sujeito, do *ego cogito*, é a de alcançar a claridade dos conceitos e a certeza das representações (CASTRO, 2016, p. 121).

A linguagem, portanto, possui uma função nominativa uma característica de transparência entre as palavras e as coisas.

Durante a Época Clássica, pensar consistia em elaborar um método universal de análise que conduzisse à certeza mediante uma adequada concordância entre signos-representantes e representações-representadas, de modo que esses, os signos, repetissem o mundo ordenadamente, oferecendo-nos um ‘quadro’ dos seres que desordenadamente constituem o mundo. A possibilidade desse método universal de análise se funda na capacidade de nomear, de atribuir um nome – um signo representante – a cada uma de nossas representações e articular esses nomes entre si. (CASTRO, 2016, p. 122).

A episteme clássica se diferencia da anterior pela via da forma de conhecer, onde o comentário, através das semelhanças, interpretava o texto primitivo de Deus, o discurso toma conta, através da representação, de um mundo ordenável. A comparação perpassa agora pela noção de ordem e medida entre as identidades e diferenças, uma taxonomia do mundo. Nessa época temos dois projetos, a “Ars Combinatória” uma certa noção de língua perfeita, onde as palavras representam exatamente as coisas, e a Enciclopédia que define o uso legítimo das palavras dentro dessa noção de língua perfeita. (CASTRO, 2016).

Por último temos a episteme moderna, a episteme do que Foucault (2016) chama de “duplo empírico transcendental”. O solo epistêmico volta-se para a historicidade de seus objetos, para uma certa analítica da finitude. É

assim que objetos, como a produção, são possíveis de serem pensados na possibilidade de uma economia política. Os modernos não conseguem mais situar seu pensamento sem uma visão antropológica do saber, segundo Foucault (2016). É a própria possibilidade do conhecimento que se coloca em jogo, a partir daquilo que é possível a humanidade conhecer, colocando em suspenso todo o fundamento das coisas mesmas. Na episteme moderna o conhecimento torna-se empírico, não se tratam mais de ideias que representem o real, mas de objetos concretos independentes do conhecimento ideal que se podia ter sobre eles. É através da finitude do indivíduo que os objetos podem ser conhecidos, ele se torna condição e objeto do conhecimento. Só reconhecendo o trabalho, a vida e a linguagem na medida em que vive, que trabalha e que fala. Não é mais da natureza que se trata o conhecimento, mas da própria condição do sujeito.

3.1.4 O nome próprio e o encontro com o poder

Foucault (2003) em “A vida dos homens infames” parece desenhar o projeto de uma biobibliografia ao reverso:

Quis também que essas personagens fossem elas próprias obscuras; que nada as predispuesse a um clarão qualquer, que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro. (FOUCAULT, 2003, p. 206).

Ele estava analisando arquivos do Hospital Geral e da Bastilha. Descreve seu trabalho em reunir sistematicamente essas vidas ínfimas como uma antologia, uma “pequena mania que deu a si seu sistema” (FOUCAULT, 2003, p. 205). É claro que, a noção de prestígio não é necessária à biobibliografia, para que possamos reconhecer uma ao reverso pela falta daquela noção. No entanto, como veremos, contraria a grande maioria dos artefatos analisados. Mesmo as biobibliografias que citam criminosos, ou sujeitos desse tipo, elas o fazem por entenderem a sua criminalidade dotada de alguma notabilidade.

O que fez com que as vidas infames ou aquelas gloriosas chegassem até nós? Ou seja, o que as arrancou da obscuridade e fez com que permanecessem “vivas” gravadas em registros, em documentos, para a posteridade? É uma das questões com que Foucault (2003) trabalha nesse texto. Ele diz:

Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. (FOUCAULT, 2003, p. 206).

É assim que o intelectual francês explica a presença dessas poucas palavras acerca dessas vidas infames, o choque com o poder. Vejamos dois exemplos que ele coloca em seu texto:

Mathurin Milan, posto no hospital de Charenton no dia 31 de agosto de 1707: ‘Sua loucura sempre foi a de se esconder de sua família, de levar uma vida obscura no campo, de ter processos, de emprestar com usura e afundo perdido, de vaguear seu pobre espírito por estradas desconhecidas, e de se acreditar capaz das maiores ocupações.

Jean Antoine Touzard, posto no Chateau de Bicêtre no dia 21 de abril de 1701: ‘Recoleta apóstata, sedicioso capaz dos maiores crimes, sodomista, ateu, se é que se pode sê-lo; um verdadeiro monstro de abominação que seria menos inconveniente sufocar do que deixar livre.’ (FOUCAULT, 2003, p. 203)

Encontramos novamente nesse protótipo de antologia de Michel Foucault o nome próprio como recurso linguístico de designação de uma unidade do discurso nos arquivos. Cada nome próprio indica uma vida, cada descrição reúne sob si um entrelaçamento discursivo próprio. E assim queremos dizer que do encontro da vida com o poder é através do nome próprio que ele pode se exercer de maneira cirúrgica. O nome próprio é o principal controle de identificação do sujeito quando o poder por ele se interessa. Todas essas vidas, que sem os registros não faríamos ideia de sua existência, só são possíveis serem reconhecidas e, logo, socialmente visibilizadas e produzidas, a partir desse enquadramento que alguns documentos interessados fazem chegar até nós. Não é possível o

conhecimento dessa experiência livre da vida nelas, é sempre o conhecimento interessado do poder.

Foucault (2003) atribui ao século XVII um novo modelo de agenciamento administrativo que toma o cotidiano pelo discurso. O anterior era o da confissão religiosa, modelo de reconhecer o mal em primeira pessoa. Falava-se para apagar os erros, o que sobrava eram os rastros da penitência. Segundo ele, o que toma lugar nessa obrigação de dizer a desordem das vidas cotidianas é o interrogatório e a denúncia. E o que se vai dizendo, vai-se registrando, acumulando, arquivando. O poder que as ilumina, não apenas vigia e repreende ele também incita, obriga-os a dizer aquilo que deseja saber.

3.2 Discussões em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Apresentamos alguns aportes teóricos que nos servem como reflexão e como instrumentos arqueológicos de análise do saber biobibliográfico. Algumas noções como bibliografia, biobibliografia, bibliometria, biobibliometria, controle bibliográfico, controle de autoridade e classificação são apresentados de forma sintética e interessada. Ou seja, não pretendemos um estudo exaustivo dessas noções apenas a apresentação de alguns enunciados que possam contribuir para nossa pesquisa teórica e arqueológica discursiva.

3.2.1 Entre Bibliografia, Biobibliografia, Bibliometria e Biobibliometria

Nessa seção serão tratadas as noções de Bibliografia, de Biobibliografia, Bibliometria e Biobibliometria. Tentamos oferecer um conceito geral para cada uma. O objetivo não é estabelecer uma linha de divisão ou uma linearidade evolutiva entre essas formações, mesmo sabendo que essas possuem muito em comum, seja pela sua etimologia ou por sua epistemologia. O que se pretende é pensa-las como diferentes formas discursivas de ordenação do universo bibliográfico, ou poderíamos dizer, para evitar confusões, do universo textual.

Elas não são tomadas como disciplinas, ou como movimentos epistemológicos de um saber, mas como a própria manifestação do saber que há muito se preocupa em ordenar o material, o registro, de conhecimento. No entanto, reconhece-se que algumas colocações podem seguir aquele sentido como trajeto necessário a este fim.

A bibliografia é definida de diversas formas. Fiammetta Sabba (2016), da Universidade de Bolonha, afirma que a Bibliografia pode ser entendida como uma metaestrutura, uma ciência capaz de promover a mediação, a comunicação, através de índices. Aqui estamos encarando a Bibliografia como uma grande ciência de organização dos saberes, nesse sentido ela abarcaria a própria bibliografia (enquanto produto e enquanto forma discursiva), mas também a bibliografia, a bibliometria e a biobibliometria. Todos esses artefatos são metadiscursivos através de índices.

Levando em consideração esta Bibliografia (macroconceito de todos os pensamentos da organização dos textos), podemos concordar com Crippa (2014) estabelecendo para esta mesma Bibliografia uma imagem de mapa, um guia por onde devemos percorrer para conseguir alcançar certo estado de conhecimento. Assim também, coloca Menezes (2015, p. 173): “objeto de tematização delimitado a ser seguido”.

Já a bibliografia, produto, no sentido de um repertório bibliográfico, tal como conhecemos pode ser considerada como voltada para a elaboração sistemática de repertórios de livros (LARA, 2018). O repertório bibliográfico que reconhecemos como bibliografia trata-se de uma reunião de referências bibliográficas, ou seja, uma lista sistemática de livros.

A bibliografia na visão otletiana se presta à descrição e classificação dos documentos, incluindo as tarefas de catalogação e indexação (OTLET, 2018, p. 6). Paul Otlet (1934), influenciado pelas correntes positivistas, afirmava ser a informação insumo capaz de fazer desenvolver um país. Por isso a necessidade de conservação e sistematização para recuperação e utilização da informação. A documentação, pensada por Otlet, alargaria o universo de tratamento bibliográfico. Para além dos livros, ela compreendia revistas, folhetos, anais, prospectos, documentos oficiais, todo objeto que pudesse

conter informação. A própria noção de livro se apresenta de forma abrangente, conforme apresentada pelo advogado belga. Livro seria todos os “meios que servem para representar ou reproduzir determinado pensamento” (OTLET, 2018, p. 11). Uma das grandes contribuições de Otlet foi reunir o tratamento de diversos tipos de materiais informacionais sob a égide da Documentação.

Como anteriormente indicado, a definição de biobibliografia no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia é:

Estudo da vida e das obras de um autor, as quais são referenciadas de acordo com as normas bibliográficas; em geral, inclui a referência dos textos críticos sobre o autor e suas obras. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 56).

A noção de biobibliografia, tal como encontramos no pensamento contemporâneo, está muito mais atrelada à prática bibliográfica de oferecer um repertório de livros. Isabel Díez Ménguez (2000) diz que a finalidade dos repertórios biobibliográficos é reunir os livros a partir de uma característica pessoal comum aos autores, e que somente em biobibliografias individuais o conhecimento biográfico é mais afluído. No entanto, Cunha (2020) cita algumas obras biobibliográficas e as classifica como fontes biográficas de informação.

De toda forma é interessante perceber as diferentes características que podem nos fornecer uma classificação dos próprios repertórios biobibliográficos em relação aos autores biografados. Podemos perceber diversas categorias na classificação proposta por Díez Ménguez.

Figura 1 - Classificação de repertórios biobibliográficos proposto por Díez Ménguez



Fonte: Díez Ménguez (2000, p. 69)

A biobibliografia é, portanto, uma forma em que se pode discursar sobre o sujeito autor, falar de sua vida, perspectiva biográfica, e de sua obra, perspectiva bibliográfica. Dado as contribuições dos estudos documentalistas na Ciência da Informação, podemos pensar um alargamento do papel da biobibliografia. Primeiro, como postulado por Otlet (2018), e depois potencializado por Suzanne Briet (2016), muito mais do que os códices vegetais da Modernidade podem e devem ser considerados documentos. Portanto, muito mais que o livro pode ser repertoriado biobibliograficamente. Também vem dessa corrente a investida nas práticas documentárias, Frohmann (2008) diz que elas são capazes de fazer surgir na história, na própria realidade, categorias de pessoas, ele cita o caso da categoria de homossexuais. Ou seja, para que determinada comunidade ou grupo de pessoas possa constar na superfície do discurso, e isso inclui questões epistemológicas, como na Antropologia, mas também questões políticas, a liberdade de gênero, é preciso que essas questões estejam documentadas. De todo jeito é claro que essa perspectiva gera outras questões, como as de vigilância, de violência e de segurança da informação.

Partindo para a noção de bibliometria, Otlet (1934) afirmou que a medida era forma superior do conhecimento. Nas ciências bibliológicas, é dele a originalidade do termo bibliometria. Fato que rendeu alguns equívocos e debates no campo. Alan Pritchard (1969) decide sugerir, monocraticamente, estabelecer que o termo mais apropriado para aquilo que vinha sendo tratado por Bibliografia Estatística (*Statistical Bibliography*) era bibliometria:

Therefore it is suggested that a better name for this subject (as previously defined) is BIBLIOMETRICS, the application of mathematics and statistical methods to books and other media of communication (PRITCHARD, 1969, p. 348).

Posteriormente, Edson Nery da Fonseca (1973) critica a postura do Sr. Pritchard e restabelece o pioneirismo de Paul Otlet nesta questão terminológica.

Além disso, Edson Nery da Fonseca (1986) também contribuiu para o desenvolvimento do estudo bibliométrico, no Brasil, organizando importante coletânea, “Bibliometria: teoria e prática”. Em defesa de uma virada métrica no contexto bibliográfico, ele advoga pela bibliografia como ciência usando “técnicas quantitativas mais modernas” (FONSECA, 1979, p. 34).

No decurso da bibliometria deparamo-nos com a noção de Neobibliometria que acrescentaria estudos do contexto histórico e social para chegar aos índices bibliométricos (QUINTANA PEÑA, 2006). Silva e Hayashi (2011, p. 75) complementam:

A bibliometria permite analisar questões relacionadas ao desenvolvimento, ao crescimento e à distribuição da literatura científica e estrutura social dos grupos de pesquisa (PRICE, 1973). Já a neobibliometria enriquece essas análises ao explorar abordagens, métodos e amostras de populações utilizadas pelos pesquisadores (QUINTANA PEÑA, 1996). A abordagem torna possível analisar empiricamente a atividade científica gerada pelos autores.

Na década de 90 é apresentado o conceito de biobibliometria, sugerido pelos indianos Subir Sen e Shyamal Gan. Sen e Gan (1990) propõem um novo tipo de estudo métrico com base na biografia e na bibliografia dos autores científicos. Seu trabalho conta com conceito e aplicabilidade deste método para aferir a produtividade de um pesquisador. O trabalho foi publicado em periódico

da *International Federation of Documentation*, o *International Forum on Information and Documentation*.

Argumenta-se que a situação de C&T [Ciência e Tecnologia] de um país, ou organização ou área de estudo diante a sócio-historiografia da ciência é melhor compreendida por meio do estudo das personalidades mais importantes engajadas em R&D [Pesquisa e Desenvolvimento]. Atividades de cientistas (e tecnólogos) e suas correlações sociais podem ser reveladas pelo estudo das relações funcionais entre os elementos de biodata e os elementos de bibliodata, elementos de biodata incluiriam origens sociais e familiares, qualificações acadêmicas, realizações profissionais, honorárias, prêmios, realizações na carreira, atividades extracurriculares, etc. Os elementos da bibliodata incluiriam a natureza e o número de publicações, colaborações, a mídia das publicações, citações e referências, novos itens e esboços de vida, etc. (SEN; GAN, 1990, p. 13, tradução nossa).⁶

De forma resumida, para Sen e Gan (1990) a biobibliometria é a aplicação de métodos e conceitos bibliométricos para analisar dados biobibliográficos. É no espaço, no quadro, biobibliográfico que uma certa noção *per capita* da produção do conhecimento é medida. A biobibliografia está presente neste texto fundamental para entendermos a biobibliografia do final do século XX subvertida em biobibliometria pela relação epistêmica de seu saber mãe, bibliografia. Vejamos o que eles dizem sobre esta questão:

Uma biobibliografia é uma lista abrangente, geralmente comentada, de todos os tipos de publicações de uma pessoa, junto com uma lista de biografias e outros materiais publicados sobre qualquer aspecto de sua vida e obra. Uma biobibliografia que busque uma visão completa de uma personalidade também inclui palestras, audiovisuais e materiais não publicados. Uma biobibliografia pode, portanto, dar uma visão espectral, de relance, com respeito à personalidade. Por mais completa que seja, uma biobibliografia é uma mera listagem de itens ou documentos bibliográficos. Uma vez que as biobibliografias são compiladas de forma independente e a listagem é o fim em si, nenhum estudo comparativo de personalidades, especialmente de autores produtivos e

⁶ Do original: It is argued that de S&T situation of a country or organization or a subject field vis-à-vis socio-historiography of science is best understood trough the study of more important personalities engaged in R&D. Activities of scientists (and technologists) and their social correlations may be revealed by studying the functional relationships between the biodata elements and the bibliogata elements, biodata elements would include social and family backgrounds, academic qualifications, professional attainments, honors, awards, career achievements, extracurricular activities, etc.

criativos, é possível. (SEN; GAN, 1990, p. 13-14, tradução nossa).⁷

É possível retirar destas noções certas formações discursivas sobre os repertórios de autores e os repertórios de obras. A bibliografia possui os textos como objeto, a biobibliografia os autores. A bibliometria está voltada para os índices quantitativos de produção de uma disciplina, a biobibliometria para os índices de produção dos autores ou de uma comunidade de autores, levando em conta também seus dados biográficos.

3.2.2 Perspectivas catalográficas: o controle bibliográfico e o controle de autoridade

Sem desprezar os aspectos técnicos da biblioteconomia, a professora Eliane Mey (1987) tece elegantes críticas às consequências desse enfoque para o registro do conhecimento baseado em normas muito rígidas. Na esteira dessa crítica, a catalogação não pode ser vista como um ato somente técnico de produção de catálogos. A catalogação deve incluir o pensamento e a pesquisa por princípios de descrição dos elementos bibliográficos. Ou seja, podemos fazer pesquisa científica no campo da representação descritiva de documentos na intenção de buscar melhores princípios que se traduzam em normas mais conscientes, menos rígidas.

O catálogo é um instrumento utilizado em bibliotecas, que auxilia na disseminação do conhecimento registrado nos itens. Servindo aos usuários na pesquisa, na identificação e na recuperação dos itens repertoriados (MEY, 1987). Esse instrumento oferece uma representação do livro no acervo, facilita, portanto, que o usuário encontre de maneira rápida e satisfatória aquilo que ele procura. Ou seja, através da representação bibliográfica constante no catálogo

⁷ Do original: A biobibliography is a comprehensive listing, usually annotated, of all sorts of publications by a person, together with a listing of biographies and other materials published on any aspect of his life and work. A biobibliography that attempts a complete view of a personality also includes lectures, audio-visuals and unpublished materials. A biobibliography can thus give a spectral view, at a glance, with respect to the personality. However complete, a biobibliography is a mere listing of biobibliographic items or documents. Since biobibliographies are compiled independently and the listing is the end in itself, no comparative study of personalities, specially of productive and creative authors, is possible.

podemos decidir se ele é útil ou não para nossa necessidade, se ele nos é ou não interessante.

Sob a perspectiva de Mey (1987, p. 77) vê-se que a diferença entre bibliografia e catálogo, ou entre Catalogação e Bibliografia, é difícil de ser percebida. Ou seja, tanto a Catalogação quanto a Bibliografia possuem muitas características em comum que dificulta estabelecer entre elas limites bem definidos. Assim, como a Catalogação não é uma prática de efetuar catálogos, podemos assumir que a Bibliografia não é um método de confecção de listas. São muito mais, envolvem questões epistemológicas, normativas, políticas e sociais.

Segundo Cutter (1891, p. 8), o catálogo possui os seguintes objetivos:

- Permitir que uma pessoa encontre um livro dos quais
o autor,
o título, ou
o assunto é conhecido.
2. Para mostrar o que a biblioteca tem
de um determinado autor,
em um determinado assunto,
em um determinado tipo de literatura
3. Para auxiliar na escolha de um livro
quanto à sua edição (bibliograficamente)
quanto ao seu caráter (literário ou tópico)

Desde as regras de catalogação de Cutter o nome próprio figura como um elemento de descrição do item, na forma de autores ou de indicações de responsabilidade. Apesar do nome próprio ser usado para a organização de acervos desde a Antiguidade, tendo em vista o recorte temporal, e o método escolhido, a descrição do nome próprio é tratado como acontecimento em diferentes épocas. Não nos deteremos de forma pormenorizada nestas regras de catalogação. No entanto é interessante notar como a Catalogação enquanto disciplina, ou enquanto saber biblioteconômico, ou bibliográfico, se preocupou com a padronização da indicação do nome próprio referente ao autor da obra ou do responsável. As regras de catalogação na Modernidade preocupam-se com a escolha do nome que indica a autoria, nome do autor único, nome dos autores, preferência por pseudônimos ou não, como descrever anônimos, entre outras noções referentes ao nome próprio.

Toda essa vertente disciplinar, promovida pelo desenvolvimento da disciplina catalográfica, leva-nos às noções de controle bibliográfico e controle de autoridade. Na história houve diversas tentativas de se estabelecer instrumentos capazes de operacionalizar o controle bibliográfico. A própria *Bibliotheca universalis* de Conrad Gesner ou o Instituto Internacional de Bibliografia são citados por Bernadete Campello e Maria Helena Magalhães (1997) como exemplos. O próprio Instituto Internacional de Bibliografia, fundado em 1895, é fruto de um projeto, em 1883, de Repertório Bibliográfico Universal, iniciados por Paul Otlet e Henry La Fontaine. Em 1970, a Unesco e a IFLA desenvolvem o projeto de Controle Bibliográfico Universal. O objetivo é “reunir e tornar disponíveis, de maneira eficiente, os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando uma rede internacional de informação” (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 4). O projeto tem foco no intercâmbio de informações bibliográficas por meio das agências nacionais, promovendo uma bibliografia universal de todos os países. O projeto estabelece uma padronização da descrição bibliográfica e uma identificação numérica universal dos itens. É evidente que o projeto possui forte influência da disciplina bibliográfica e catalográfica.

Já o controle de autoridade está contido no controle bibliográfico, tendo em vista que este é uma parte da catalogação. Ou seja, o controle de autoridade é uma parte da representação descritiva do documento, logo uma via para o controle bibliográfico. Trata-se do estabelecimento de formas autorizadas de nomes, de assuntos e de títulos uniformes, entre outros, utilizados na representação descritiva (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Ressaltamos que nosso interesse é, nesta dissertação, pelo controle de autoridade de nomes próprios.

Esse tipo de controle afeta principalmente a indicação de responsabilidade de um item. O Código de Catalogação Anglo-Americano (Anglo-American Cataloguing Rules - AACR) (2002, p. 21-6), em sua segunda edição, define autor como: “pessoa fundamentalmente responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de uma obra”. Também o mesmo código normatiza a escolha do ponto de acesso para obras de autoria pessoal:

Faça a entrada de uma obra de uma ou mais pessoas sob o cabeçalho estabelecido para o autor pessoal, para o autor pessoal principal ou para o autor pessoal mais provável. Em alguns casos de autoria compartilhada e de autoria mista, faça a entrada sob o cabeçalho estabelecido para a pessoa mencionada em primeiro lugar. (CÓDIGO, 2002, p. 21-6)

A segunda edição do AACR normatiza também a confecção dos cabeçalhos para pessoas. Sobre a escolha do nome, ele discorre acerca de nomes diferentes (nome predominante, pseudônimos e mudança de nome) e da escolha entre formas diferentes de um mesmo nome (extensão, língua, nomes escritos em alfabeto não latino e grafia). Acerca dos elementos de entrada na construção do cabeçalho para pessoas, o documento legisla sobre entradas pelo sobrenome (elementos que não o primeiro, sobrenomes compostos, sobrenomes com prefixos escritos separadamente, prefixos ligados por hífen ou unidos aos sobrenomes e membros de casas reais que têm entrada pelo sobrenome), sobre entrada pelo título de nobreza, entrada pelo patronímico romeno, entrada pelo prenome, entrada por outros nomes (romanos e islandeses), entradas por iniciais, letras ou numerais e entrada por frase. Para acréscimos aos nomes temos as indicações de títulos de nobreza, santos, espíritos, títulos de tratamento de mulheres casadas e acréscimos a nomes que têm entrada pelo prenome (realeza, papas, bispos...). O código também apresenta acréscimos para distinguir nomes idênticos, são as datas, as formas mais completas dos nomes, termos distintivos e, igualmente, fala sobre os nomes não diferenciáveis. Além disso, e por último, há regras especiais para nomes em determinadas línguas, como em alfabeto árabe, nomes birmaneses e karens, nomes chineses contendo um prenome não chinês, nomes índicos, nomes indonésios, nomes malaios e nomes tailandeses. (CÓDIGO, 2002).

A representação bibliográfica é impactada como um todo por estas normativas e por esses processos históricos de organização e controle bibliográfico. Por fim, gostaríamos de apresentar a concepção de catálogos biobibliográficos. Esta noção está presente na obra de Anamaria da Costa Cruz (1994). O catálogo biobibliográfico é definido como:

Catálogo Biobibliográfico, de identidade ou de autoridade é o que registra os dados biográficos e bibliográficos de autores dos quais a biblioteca possua obra. Trata-se de catálogo de

grande importância na biblioteca, auxílio indispensável à manutenção da uniformidade das entradas dos nomes pessoais, dos títulos uniformes e das entidades coletivas. (CRUZ, 1994, p. 152)

Podemos ver que o catálogo biobibliográfico é tratado como sinônimo ao de autoridade. Vejamos agora seus objetivos:

Sua finalidade é registrar:

- a) a forma do nome do autor, escolhido para as fichas, e respectivas datas de nascimento e morte;
- b) as fontes de pesquisa consultadas que orientam a escolha dessa forma;
- c) as remissivas de outras formas do nome do autor feitas para o catálogo principal, como remissivas de sobrenomes compostos ou de pseudônimos etc;
- d) o título da primeira obra catalogada na biblioteca e que serviu para melhor identificar o autor;
- e) a notação de autor (número de Cutter), para evitar futuras pesquisas. (CRUZ, 1994, p. 152)

O controle de autoridade, naquilo que concerne aos nomes próprios de pessoas, tão caro à catalogação, está contido em um pensamento biobibliográfico.

3.2.3 Apontamentos do poder da classificação necessária

Assim como a representação descritiva, a classificação é outro macroconceito do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. A temática foi tratada por inúmeros pensadores. Aqui, discutiremos alguns tópicos essenciais da classificação e que se apliquem ao objeto tratado.

Em seu texto sobre a Classificação, Derek Langridge (2006) fala sobre a prática de classificar como um ato recorrente e habitual em todas as atividades humanas cotidianas. Desde as mais simples decisões como arrumar um armário até a confecção de sistemas de classificação universal é o ato classificatório que se manifesta. A classificação, segundo Langridge (2006) trata não apenas de objetos, esta pode também se referir a pessoas, com base na nossa cultura, para o bem e para o mal, temos ideias pré-concebidas sobre determinadas classes de pessoas. Pessoas altas, pessoas baixas, magras, gordas, negras, brancas, de cabelo louro, moreno ou ruivo, que gostam de

homens, que gostam de mulheres, que gostam dos dois, que são religiosas, que são ateias, que são europeias, que são do interior, que têm carro, as que não têm, que possuem rede social, que possuem acesso à internet, que leem, que frequentam bares, ou bibliotecas, indígenas, indianas, africanas, arianas, categorias diversas de pessoas. Todas estas indexações e seus agrupamentos em classes nos transmitem “pré-conceitualmente” uma expectativa, um pensamento, um sentimento.

As classes de pessoas são constituídas historicamente e sua conotação também. Existem várias maneiras de se classificar os objetos, e as pessoas também. Podemos classificá-las por diferentes características, por faixa econômica, por etnia, por credo religioso, por profissão, por nível de escolaridade, entre outras. Daí retiramos as classes de pessoas, na economia, por exemplo, temos os ricos de classe alta, a classe média e os pobres de classe baixa.

Como Langridge (2006) bem coloca em sua explicação, somos capazes de elaborar classificações e não de as descobrir. Ou seja, o estado de natureza das coisas, nessa concepção, é do caos, precisando de confeccionar uma classificação para pôr ordem no mundo. Também explica que, toda classificação possui um objetivo, ou seja ela possui um propósito de ser. Não há, na visão do autor, uma classificação certa e outra errada, imprimindo certo relativismo ao ato classificatório, portanto só poderíamos afirmar que uma certa classificação está mais ou menos adequada a certo propósito.

A professora Maria Requião Piedade (1983) oferece algumas definições muito apropriadas ao estudo. Para a autora, classificar é dividir em grupos através de semelhanças e diferenças. Confirma a ideia de Langridge, pois ela diz que é um processo mental habitual. Etimologicamente Piedade (1983) acrescenta que *classis* era como se dividia o povo romano. No campo da Biblioteconomia, a classificação é um processo de determinar o assunto de um livro, de dar-lhe um lugar dentro de um sistema de classificação. A classe é o conjunto em que os itens possuem um ou mais atributos em comum. Já as categorias são as maiores classes de fenômenos, são as grandes classes, as mais gerais (PIEADADE, 1983).

O filósofo e psicólogo francês Georges Vignaux (1999), em seu livro *O demônio da classificação*, apresenta reflexões muito pertinentes a nossa discussão. Ele diz: “Logo que penso o mundo, organizo-o, e não posso pensar o mundo sem classificar as coisas ou os fenômenos que, ao meu ver, o compõem” (VIGNAUX, 1999, p. 9). O primeiro perigo da classificação já se encontra aí exposto, só penso o mundo ao classificá-lo, e só posso classificá-lo de acordo com minha visão. A sociedade, segundo o filósofo, deixou de ser um todo passou a ser pensada em categorias.

Há processos de classificação das coisas, dos fenômenos e dos seres para além de uma pretensa cientificidade. A classificação não-científica ou, como chama Vignaux (1999) a categorização vulgar, é produto de uma preocupação histórica de organizar as coisas, de as colocar em seu devido lugar. A classificação, neste sentido, perde sua aparente imparcialidade, se revela nas relações de poder da construção da realidade, do legítimo. Essas classificações produzem categorizações que fundamentam e explicam o real.

Podemos remeter-nos para as categorizações, que fazemos uns dos outros, dos nossos encontros ou dos nossos amores, que podemos chegar a apresentar como evidências, pois cada um quer ‘fazer lei’, conforme a etimologia do termo grego *kategorein*, ou seja, *avaliar* actos segundo os vícios e as virtudes dos autores destes actos e logo, atribuir-lhes propriedades distintivas. É o que acontece quando falamos das ‘pessoas de bem’ comparadas com os ‘delinquentes’, ou dos considerados por alguns ‘verdadeiros’ cientistas em relação aos que não o seriam. Tudo isto acaba por formar a *opinião comum*, para a qual é tão evidente quanto necessário, que existem ‘espécies’, ‘gêneros’ e logo *hierarquias*. (VIGNAUX, 1999, p. 75).

O ato de classificar, processo de oposição e relacionamento, separar e juntar, se configura em método de fixar o lugar das coisas, seu ordenamento, suas hierarquias. Quadros seguros ao saber, utilizados no cotidiano para tomada de decisão, das mais simples às mais complexas, das mais benéficas às mais nefastas é de classificação que se trata. Classificação também é avaliação, produção pragmática de uma ordem, de uma hierarquia, de classes.

O jogo da categorização, como nos fala Vignaux (1999) pode ser muito perigoso, podem causar a guerra se as delimitações forem muito estanques.

3.3 Diálogos históricos entre Louise Malclès e Peter Burke

Louise Malclès foi uma importante bibliotecária francesa, autora de livros muito pertinentes à disciplina de bibliografia. Um em especial será analisado mais detalhadamente nesta seção. Trata-se do livro *A Bibliografia* (MALCLÈS, 1960).

A autora afirma que o vocábulo bibliografia surge bem depois do objeto que nomeia. Ainda no século quinto, ela cita duas obras, que ela classifica como biobibliográficas, *Scriptores ecclesiasticorum vitae*, de Jerônimo de Estridão, e *Illustrium vivorum catalogus*, de Genadio de Marsella (MALCLÈS, 1960, p. 10). O termo bibliografia foi cunhado por Gabriel Naudé no século XVII, antes os repertórios eram referidos como *bibliotheca*, *catalogus*, *repertorium*, *inventarium*, *index*. No entanto, a mudança vocabular não altera as condições dos repertórios. São os sábios e eruditos que continuam a fazer os repertórios.

Diz Malclès (1960) que do século XV até os finais do século XVIII são repertórios especializados, versam sobre um ramo específico do conhecimento. A noção de bibliografia como “ciência do livro” é, segundo a autora, colocada aos revolucionários do século XVIII que precisam catalogar e classificar uma quantidade enorme de livros confiscados. Logo após, no Primeiro Império napoleônico, surgem os primeiros tratados teóricos sobre a ciência do livro, que tratavam concomitantemente de disciplinas tais como a biblioteconomia, a bibliografia, a bibliofilia, a paleografia e de crítica literária. Burke (2002) afirma que a imprensa não trouxe apenas benefícios, ela também causou problemas. O crescimento exponencial de livros fez com que as bibliografias se juntassem a outras obras de referência na tentativa de conseguir encontrar as obras em meio ao caos bibliográfico crescente, entre essas obras de referência ele cita dos dicionários biográficos (BURKE, 2002).

Após algumas páginas de definição sobre a bibliografia e seus objetivos, Malclès (1960) passa a contar a história bibliográfica. Começa pelo século XVI, chamada por ela de Época Erudita. A bibliotecária francesa chama atenção para o movimento humanista intelectual do Renascimento em plena

desenvoltura nessa época. Possibilitada pela invenção da prensa gutemberguiana, o Renascimento imprime a possibilidade dos estudos históricos e científicos. Os humanistas, grande parte formada por filólogos, se voltam para a Antiguidade. Os estudos que na Idade Média eram realizados somente por uma minoria eclesiástica passam, pouco a pouco, a serem reconhecidos entre os seculares.

Sobre os primeiros repertórios ela diz:

Em verdade, os primeiros repertórios se parecem mais com dicionários biográficos do que a nossas bibliografias atuais, nas quais se sacrifica aos autores pela descrição completa e técnica dos livros. Por sua vez, as *bibliotheca*, *scriptores* ou *catalogus scriptorum* nos fazem conhecer antes de mais nada aos escritores e suas obras, e depois, muito sumariamente, os livros. A ideia de considerar o livro por ele mesmo, e de registrá-lo devidamente com rigoroso exame, não vai ainda a mente, e tal feito constitui uma prova suplementaria de que a curiosidade, ou melhor ainda, a paixão científica, anima aos primeiros compiladores, que se revelam também como historiadores do pensamento e da cultura. (MALCLÈS, 1960, p. 14, tradução nossa)⁸.

A bibliotecária francesa delimita um ponto essencial para nossa pesquisa histórica, as biobibliografias são a forma dominante entre os repertórios do início da Modernidade. Fruto do trabalho de eruditos itinerantes que viajavam para compilar os catálogos de mosteiros e de livreiros em toda a Europa.

A Igreja, segundo o historiador inglês Peter Burke (2003), pode ser considerada uma das primeiras instituições a abrigar vidas de estudos em carreira. O aumento do número de estudiosos cresceu bastante no século XVI, provavelmente devido ao surgimento da prensa. Os homens de letras, como eram chamados, eram em suma secretários, davam bons conselhos, serviam habitualmente a reis e ao clero. Já a partir do século XVII era possível que estudiosos e escritores pudessem viver de sua pena, no entanto os subsídios

⁸ Do original: En verdad, los primeros repertorios se parecen más a diccionarios biográficos que a nuestras bibliografías actuales, en las cuales se sacrifica a los autores por la descripción completa y técnica de los libros. En cambio, las *bibliotheca*, *scriptores* o *catalogus scriptorum* nos hacen conocer antes que nada a los escritores y sus obras, y después, muy sumariamente, los libros. La idea de considerar el libro por él mismo, y de registrarlo debidamente tras riguroso examen, no acude aún a la mente, y tal hecho constituye una prueba suplementaria de que la curiosidad, o mejor aún, la pasión científica, anima a los primeros compiladores, quienes se revelan así como historiadores del pensamiento y la cultura.

reais continuavam a ser a principal fonte de renda para essa classe no período (BURKE, 2003).

A partir do seiscentos Burke (2003) aponta para um processo de diferenciação estrutural entre os letrados europeus. Ele indica que termos como autor e escritor começam a ficar mais presentes.

Seu senso de uma identidade distinta é revelado pelo crescente cuidado com os títulos e as vestes acadêmicas, e também pelo surgimento de galerias exibindo retratos de professores na Universidade de Uppsala e outras. (BURKE, 2003, p. 31).

Era o início do que poderíamos chamar de autoridade intelectual. Essa diferenciação inicia um processo de categorização, ou podemos dizer uma identidade de grupos do saber. Esses grupos entram em conflito, acusam uns aos outros de enganar as pessoas comuns, um ataque à autoridade. Também a partir do século XVII, os eruditos laicos ficam comprometidos com o novo ideal da autonomia, ou como era dito na época, em prol da imparcialidade. Esse movimento tentava se tornar imparcial tanto da Igreja quanto do Estado.

Para Malclès (1960) o século XVII se reconhece pela época histórica. Segundo a organização da história da bibliografia que a própria autora realiza. “O século XVII imprime à atividade bibliográfica a direção que esta seguirá sem desvios por quase dois séculos: a da história e da erudição” (MALCÉS, 1960, p. 22, tradução nossa). Segundo ela, a medida que se vai vulgarizando o livro, o espírito científico vai se delineando. As ordens religiosas empregam estudos sobre seus membros. O surgimento das Academias nesse período também é apontado pela bibliotecária. O movimento de reuniões entre letrados de uma região vence as barreiras geográficas, e, segundo Malclès (1960), percebe-se um certo internacionalismo intelectual em busca de um estado do conhecimento ideal, ela está falando da República das Letras. Ela fala também de grandes personalidades eruditas que dedicaram suas vidas a estudar outros intelectuais e a analisar os escritos deles.

De toda forma, Malclès (1960) indica que o gosto pela revisão biográfica nos repertórios ainda está carente de uma descrição dos livros, que ainda se apresenta com superficialidade e descuido.

Sobre a República das Letras, Burke (2011) possui um artigo muito elucidativo. Nele o historiador explica como a república era uma comunidade imaginada em comunicação constante a partir de periódicos que passaram a ser publicados e também correspondências epistolares. O *Nouvelles de la République des Lettres* de Pierre Bayle, foi um famoso periódico da época, continha resenha de livros novos, obituários de intelectuais e outras novidades do gênero (BURKE, 2011). Completa Burke (2011, p. 278): “Em teoria, a comunidade era igualitária, baseada no intercâmbio entre pares. Na prática, porém, alguns estudiosos eram mais iguais que outros”. Mesmo nessa comunidade, havia distinções hierárquicas como mestres e discípulos, ou professores e aprendizes.

Alguns fatores, segundo Burke (2011), contribuíram para o fim da República. Primeiramente, as guerras napoleônicas. Em segundo lugar, a conversão do cosmopolitismo em nacionalismo. O inglês cita empreendimentos como museus e bibliotecas nacionais, estudos geográficos e geológicos nacionais, história nacional da língua e da literatura, mas o que nos interessa muito é a sua indicação de investimentos e verbas disponibilizadas para Dicionários Biográficos (BURKE, 2011, p. 278). A institucionalização e especialização do saber também contribuiu para esse desmonte.

Para falar do século XVIII, Malclès (1960, p. 35) usa a seguinte afirmativa: “Ao princípio, seguem imperando as biobibliografias”. Ou seja, até o século XVIII, a estudiosa francesa atribui à biobibliografia a forma dominante de expressão bibliográfica. No final dos setecentos temos uma das principais revoluções da história ocidental, trata-se da Revolução Francesa. Ainda seguindo o pensamento de Malclès (1960), ela fala da criação de sistemas de classificação e regras de catalogação como movimento decisivo para a mudança de pensamento no campo da bibliografia, antes preocupada com repertórios focados em autores. Segundo ela, a partir da criação desses novos instrumentos a bibliografia passa a dar mais valor aos livros, a bibliografia estava, naquele período, se libertando da história.

Ao longo do século XIX, a institucionalização das disciplinas, já em formato de especializações, formou os departamentos baseados nessa divisão temática. Burke (2011) ainda coloca que a questão de uma comunidade do

saber sempre foi essencialmente uma questão de sistemas de comunicação. Malclès (1960) também aborda o assunto. Ela indica a forte inclinação científica do período, o que transforma totalmente o trabalho intelectual, cita a criação de instituições de instrução pública na Europa, fundação de sociedades eruditas, formação de bibliotecas e centros de arquivos, a multiplicação de impressos periódicos e, também fala, das reformas da Educação. Todos esses movimentos impactam no caráter discursivo da bibliografia, nasce uma nova formação, passa a ser, segundo Malclès (1960, p. 48) “inigualável procedimento de difusão”. Este período é indexado por ela como época artesanal.

Burke (2012) dedica um capítulo à sociologia do conhecimento, onde há uma seção acerca dos cientistas sob pressão, seus exemplos são basicamente do século XX. Ele narra alguns exemplos de como o Estado de posse de informações acerca dos pesquisadores exerce poder sobre eles de forma a neutralizar a disseminação de seus escritos e de suas falas. Cita o exemplo do Nazismo, em que o próprio Estado financiava pesquisas eugenistas. Fala, também, do caso de Bakhtin a quem só era permitido lecionar na periferia, e mesmo tendo escrito uma tese não recebeu o título de doutoramento.

O século XX também é tratado por Malclès, claro que de forma parcial, tendo em vista o ano da publicação de seu trabalho. O original em francês foi publicado em 1956. Ela chama atenção para o método cooperativo surgido no período, em detrimento dos empreendimentos bibliográficos particulares. Segundo ela, as condições econômicas do período pós grande guerra impedem que tais empreendimentos continuem a existir naquele contexto.

A história da bibliografia e do conhecimento, seu principal objeto, são de grande valia para a arqueologia que pretendemos aqui. Se por um lado há uma história da bibliografia com continuidades e rupturas, a biobibliografia é parte não pouco importante dessa história do conhecimento bibliográfico. A biobibliografia está enterrada nesses níveis históricos, da bibliografia, da comunicação, mais do conhecimento do que científica, e da formação de uma comunidade de saber.

4 A GRANDE HISTÓRIA DA BIOBIBLIOGRAFIA

Este capítulo dedica-se à análise de todas as obras biobibliográficas selecionadas para formar o corpus de nossa pesquisa. Ou seja, trataremos de cada item desse conjunto de forma particular. A descrição de cada elemento traz uma perspectiva panorâmica orientada para as questões pesquisadas nesta dissertação. Portanto, se dá especial importância para a historicidade do discurso biobibliográfico materializado nessas fontes, tentando evidenciar esta formação discursiva a partir de sua dispersão em diversas obras, de forma sincrônica e diacrônica. A partir da análise arqueológica do discurso, busca-se dar ênfase aos enunciados biobibliográficos que permitam inferir o funcionamento dessas biobibliografias em seu tempo.

A estrutura de apresentação dos resultados será disposta da seguinte maneira, as seções secundárias identificam o período tratado e as seções terciárias apresentam a análise individual de cada item. Ao final de cada seção secundária, apresentar-se-á uma seção terciária final que tratará, especificamente, de uma síntese do período analisado, uma espécie de exame comparado entre as biobibliografias do período.

4.1 As biobibliografias do final do século XV até o final do século XVI

Trata-se nesta seção das biobibliografias recolhidas no corpus e que têm data de publicação entre o final do século XV e o final do século XVI.

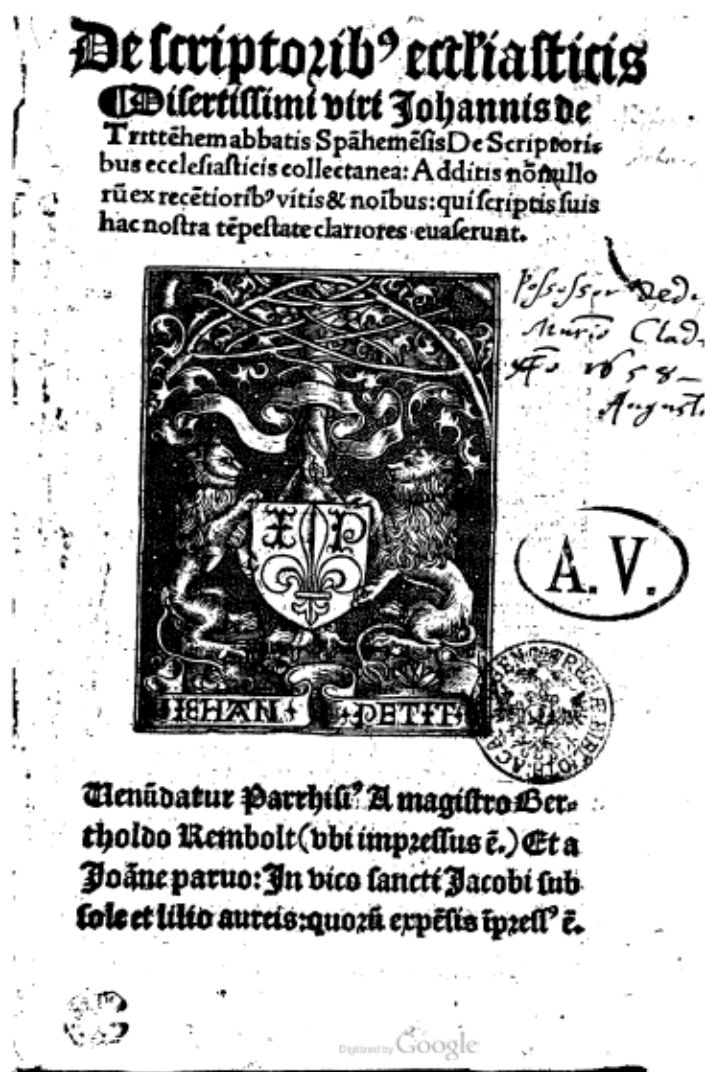
4.1.1 Liber de Scriptoribus Ecclesiasticis de Johannes Trithemius – 1494

Johannes Trithemius é o pseudônimo de Johann Heidenberg, nasceu em 1462 e morreu, aos 54 anos, em 1516. Alemão, foi monge beneditino aos 20 anos de idade. Criou a esteganografia, que é um método de criptologia, espécie de escrita oculta, onde se esconde uma mensagem. É considerado um polímata da Renascença. Foi eleito abade do monastério de Sponheim,

período em que estima-se que a biblioteca do monastério tenha crescido de forma vertiginosa, de quinhentos para dois mil volumes.

Segundo Araujo (2018), Trithemius é uma personalidade importante para a história da bibliografia moderna seu *Liber* é considerado o primeiro repertório biobibliográfico deste período. O trabalho do abade alemão chega até mesmo a impactar a obra *Bibliotheca Universalis* de Conrad Gesner, um marco da história e do pensamento bibliográfico, na verdade, o *Liber* é totalmente incluído por Gesner na *Bibliotheca* (ARAÚJO, 2018).

Figura 2 - Frontispício do *Liber de scriptoribus ecclesiasticis*



Fonte: Trithemius (1494).

O frontispício indica a classe de autores que serão arrolados nesta coletânea, os eclesiásticos. Apesar disso, a obra contém escritores que não

foram eclesiásticos, pelo menos não sacerdotais, por exemplo temos o poeta Dante Alighieri (1265-1321), Giovanni Boccaccio (1313-1375) e o Imperador Justiniano (482-565), que de maneira autoritária perseguiu os não católicos.

A obra possui um sumário que indica todos os escritores e as respectivas folhas em que se encontram arrolados. Podemos observar que não há padronização nos pontos de acesso. Se no sumário temos *Clemens papa primus*, no conteúdo da biobibliografia encontraremos *Clemens sancte Romanae ecclesiae quartus a beato petro*. Registre-se também que a ordem alfabética do sumário só alcançava o primeiro nome.

Um conjunto de dados são atribuídos a cada escritor na biobibliografia trabalhada. São eles: nome, país ou lugar de origem, títulos de nobreza (eclesiásticos e seculares), ocupação, biografia, lista de títulos e ano de morte. Os elogios são abundantes, os mais comuns são: conspícuo, brilhante e erudito, além da expressão, que muito se repete, “*ingenio subtilis et claris eloquio*”, traduzida como “gênio sutil e linguagem clara”.

4.1.2 *Catalogus illustrium vivorum germaniae de Johannes Trithemius – 1495.*

O autor desta biobibliografia já foi introduzido na seção terciária anterior, portanto não será novamente abordada aqui a categoria sujeito da obra.

Temos aqui um dos primeiros repertórios de caráter nacional.

Além do recorte espacial, em detrimento ao recorte de classe, como na anterior referente aos eclesiásticos, não há grande diferença entre as duas obras. Somente uma deve ser levada em conta, aqui não temos lista de títulos das obras, apenas a citação delas dentro da narrativa biográfica de cada personalidade.

Nas duas obras Trithemius se coloca entre os biobibliografados. Não se isenta de elogios, no entanto coloca-se no final das obras, dando seu exemplo de humildade. Porém pelo seu perfil eclesiástico, devia saber que “muitos primeiros serão últimos, e muitos últimos serão primeiros” (BIBLIA, Matheus, 19, 30, 2005, p. 1308).

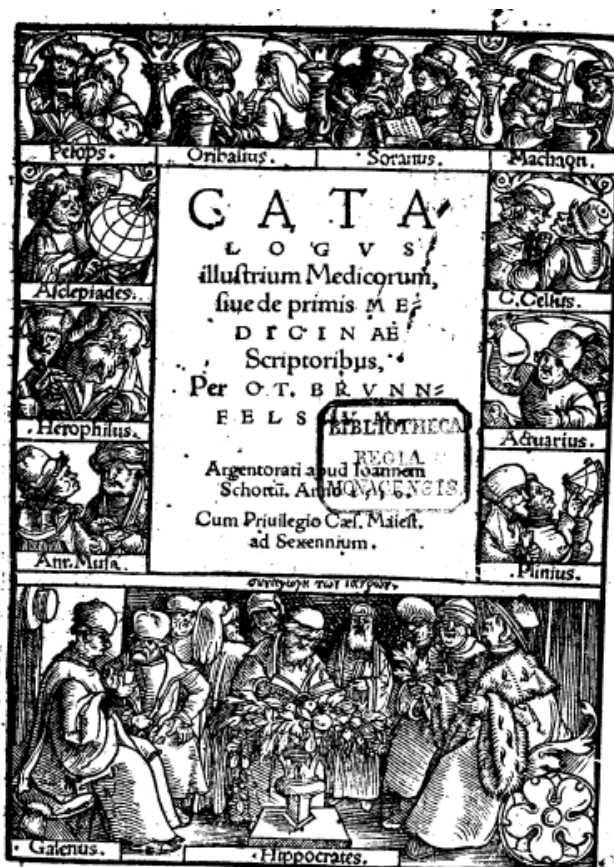
4.1.3 *Catalogus illustrium medicorum de Otto Brunfels – 1530*

O autor, germânico, teólogo e botânico, Otto Brunfels (1488-1534) é apontado como um dos pais da botânica alemã, mas também como um dos precursores da botânica moderna. Foi humanista e um atraído pela doutrina luterana.

Sua obra apresenta autores do campo da medicina. Contando com um sumário por ordem alfabética, porém os verbetes aparecem por ordem cronológica ao longo da biobibliografia.

Guarda muitas semelhanças, inclusive de conteúdo, com o *De medicina claris scriptoribus* de Symphorien Champier (1472-1533)⁹.

Figura 3 - Frontispício do *Catalogus* de Brunfels



Fonte: Brunfels (1530).

⁹ Apesar de ser uma biobibliografia, não nos foi possível analisar esta obra em particular, devido à dificuldade na leitura da mesma.

A figura nos remete ao uso de imagens e nomes próprios como forma de individualizar a personalidade de que queremos tratar. Mesmo que de forma rudimentar, a ilustração do frontispício pode ser percebida neste sentido.

A obra biobibliográfica de Brunfels apresenta uma classificação temática a partir dos nomes dos autores tratados. Ou seja, apresenta uma classificação temática dos textos que estão reunidos por um nome próprio. Talvez, diz Malclès (1960), uma das primeiras classificações da medicina apresentada.

Entre os nomes próprios constantes na lista de Brunfels temos alguns de origem mitológica como Apolo e Esculápio. Estes últimos são apontados como inventores da medicina como arte, segundo os poetas Homero e Ovídio.

Os principais dados ofertados em seu *Catalogus* são o nome, afiliação, relação genealógica (Ex.: discípulo de), ocupação, nacionalidade, biografia e publicações.

Brunfels não usa muitos adjetivos para caracterizar as personalidades de sua biobibliografia.

4.1.4 *Illustrium majoris britanniae scriptorum de John Bale – 1548*

O bispo de Ossory, entre 1552 e 1553, John Bale (1495-1563) foi um polêmico monástico carmelita. Viveu a época de dissolução dos mosteiros na Inglaterra, Irlanda e País de Gales imposta por Henrique VIII, um dos supostos motivos pelo qual possa ter se empenhado na elaboração de sua biobibliografia.

Uma biobibliografia de cunho nacional, visa arrolar os escritores britânicos. Seu sumário está organizado alfabeticamente, porém os autores se desenrolam cronologicamente no decorrer da obra. Ao final um verbete dedicado a si, um fim cronológico nele mesmo. Citando Trithemius como uma de suas inspirações.

Apresenta alguns nomes de mulheres, poucos. Como Anne Askew, Brigida Laginensis e Catherine Parr. Esta última possui duas entradas no

sumário, uma como “Catherina Regina” e outra por “Katherina Regina”, ambas indicando a mesma página duzentos e trinta e oito.

Os dados apresentados nesta biobibliografia são essencialmente biográficos, o nome, o país de nascimento, a ocupação, a temática estudada e abordada nos escritos, laços familiares, data de nascimento (menos comum), data de falecimento (mais comum). Apresenta, também, para cada verbete uma lista de títulos.

Alguns adjetivos são utilizados, como nobríssimo e claríssimo. No entanto, não é comum a atribuição de características mais subjetivas destes indivíduos.

4.1.5 De antiquitate urbis patavi et claris civibus patavinis de Bernardino Scardeone – 1560

O sacerdote religioso Bernardino Scardeone (1482-1574) foi um erudito literato italiano. Sua obra *De antiquitate* pode ser considerada um dicionário biográfico mais do que um dicionário biobibliográfico. No entanto, a insistência em incluir este item justifica-se pela riqueza de inferências que podemos fazer a partir de sua análise. Ressaltemos, também, que a arte biobibliográfica também se encontra na publicação, tendo em vista que muitos de seus verbetes de personalidades apresentam algum tipo de texto sobre autores ou de autoria do mesmo.

O erudito italiano traça a história da cidade de Pádua desde o período do Império Romano, demonstrando toda sua erudição e competência historiográfica. Ele aborda vários temas relativos à cidade, sua fundação, sua geografia, sua organização política e cidadãos ilustres. Estas formam classes que seccionam a obra.

Nos interessa, para esta dissertação, inspecionar as classes que falam sobre os sujeitos tidos como ilustres da obra. São elas da sétima até a décima segunda e o décimo quarto. Em ordem respectiva: Dos claros teólogos e cultos literatos sacros; Dos claros jurisconsultos; Dos claros médicos e filósofos; Dos

claros gramáticos, retóricos, historiadores e poetas; Dos escritores em língua italiana; Dos claros músicos; Das claras mulheres.

Os dados de cada personalidade são: nome, ocupação, epitáfios, escritos, títulos publicados e pequena biografia.

Os adjetivos que destacamos e que são mais recorrentes no trabalho de Scardeone são: claros, superiores, clássicos, ilustres, célebres, brilhante, exímio e doutíssimo. O erudito transborda elogios aos cidadãos ilustres de Pádua.

O que faz o trabalho de Scardeone tão importante é a classificação sistemática de seus verbetes em dois níveis. O primeiro nível estabelecendo as categorias, o segundo os verbetes dentro das categorias, como se vê nas figuras a seguir:

Figura 4 - As quinze classes da obra de Bernardino Scardeone

ARGVMENTA XV CLASS DE
ANTIQVITATE VRBIS PATAVII ET CLARIS
ciuibus Patavinis, tribus libris comprehensa.

LIBER I. CLASSIS I.
De conditoribus urbis Euganeæ & Patavij, & de municipijs, vicis, ritibus & fluminibus agri Patavini.

LIBER I. CLASSIS II.
De situ antiquo urbis Patavij, & triplici reparatione usq; ad hæc tempora.

LIBER I. CLASSIS III.
De principibus civibus Patavinis, patricijs Romanis.

LIBER I. CLASSIS IIII.
De antiquis notis priscarum inscriptionum in urbe & territorio Patavino.

LIBER II. CLASSIS V.
De religione & pietate Patavinorum in templis, xenodochijs & pijs locis cõdendis.

LIBER II. CLASSIS VI.
De sanctis ac beatis, de episcopis, praelatis, & uiris insigni sacerdotio præstantibus.

LIBER II. CLASSIS VII.
De claris theologis, & sacrarum literarum cultoribus.

LIBER II. CLASSIS VIII.
De claris iureconsultis.

LIBER II. CLASSIS IX.
De claris medicis & philosophis.

LIBER II. CLASSIS X.
De claris grammaticis, rhetoribus, historicis & poetis.

LIBER II. CLASSIS XI.
De Italicæ linguæ scriptoribus.

LIBER II. CLASSIS XII.
De claris musicis.

LIBER III. CLASSIS XIII.
De uiris bello uel pace præclaris, aut alia quacunq; ratione memorandis.

LIBER III. CLASSIS XIII.
De claris mulieribus.

LIBER III. CLASSIS XV. ET VLTIMAE.
De claris pictoribus, cælatoribus, fuforibus & architectis.

FINIS.
 APPENDIX.

De sepulchris insignibus exterorum Patavij facientium.

CVIIS

Como podemos ver a classificação elaborada por Scardeone pode ser considerada já uma sistematização biobibliográfica dos verbetes onomásticos que estão arrolados em sua obra. Não somente em classes, mas em livros primeiramente. São três livros, que compreendem 15 classes e um apêndice.

A próxima figura exemplifica o segundo nível das classes.

Figura 5 - Verbetes sistematicamente classificados na obra de Scardeone

Classis X. XI. & XII.			
De Nicolao Monflice	208	De Joan. Façolo	249
De Nicolao Bassara sive Genus et Marci Antonij filio	215	De Joan. Marcanosa	259
De Nicolao Ryo	208	De Joan. Mario Tirabosco	250
De Nicolao S. Sophia	203	De Lazaro Bonemico	246
De Oddo Oddo	225	De Lombardo Serico	232
De Paulo Bagelardo sive à Flumise	223	De Ludouico Odorio	238
De Paulo Crajfo	226	De Lapato poeta	232
De Petro Aperto	200	De Montanero poeta	234
De Petro Carrerio	214	De Nicolao Gauderio	248
De Petro Montagnana	211	De Nicolao Pontano sive de Pontis	237
De Petro Fernandio	207	De Nicolao Trapolino	249
De Petro Trapolino et Franc.	215	De Palladio Façto sive Nigro	240
De Sigismundo Polcaçtro	209	De Petro Montagnana	243
De Vincentio Mascheta	217	De Rolandino grammatico	231
		De Stephano Galeato	245
		De Stephano Venturato	241
		De Tibbi Odorio	238
		De Xaccho Polentano	236
LIBRI SECUNDI CLASSIS X.			
Præfatio.			
De claris grammaticis, rhetoribus, historicis ac poetis Patavinis	228	LIBRI SECUNDI CLASSIS XI.	
De Alberino Masfio	229	Præfatio.	
De Alberto Bibio	231	De Balice lingue scriptoribus, atque Hetrusca lingue præstantibus Patavinis	
De Alexandro Bassiano iuniore	250	De Angrio Beschio alibi Ragona	
De Alexandro Bassiano seniore	241	De Angrio Letnico	
De Andrea Erentio	242	De Antonio Tempo	
De Angelo Vadio	243	De Benedicito Bordonis	
De Antonio Barattella Lauregij	237	De Bronzino Paduano	
De Antonio Cartulario	242	De Francisco Calderio	
De Arsegino grammatico	229	De Galeatio Gataro	
De Augusto Baldo sive Valdo	242	De Hieronymo Centono	
De Casilio Casio	251	De Hyppolito Postano	
De Castilano Bastianensi	236	De Iacobo Antonio Cortiglio	
De Coradino Montagnana	246	De Lucio Paulo Roffio	
De Dandertino	244	De Marco Guccio	
De Deymo Olzognano	251	De Mattheo Rido	
De Franc. Bazzacharino	240	De Natali Amallo	
De Franc. Senatio	236	De Paulo Glazio	
De Franc. Saonavola	245	De Petro Carraria	
De Gaspare Marcello	250	De Petro Gerardo	
De Gulimio, Cortiglio et Albrigeto	231	De Sperone Sperono	
De Hieronymo Albellino	245		
De Hieron. Campagnolo casu Iulio filio	244	LIBRI SECUNDI CLASSIS XII.	
De Hieronymo Ferrario	251	Præfatio.	
De Hieron. Passico	248	De claris musicis Patavinis	
De Hieron. Valle	239	De Antonio Lydio	
De Hieremia Montagnone Indice	235	De Antonio Martorello	
De Iacobo Rufino	256	De Antonio Rota	
De Ioanne Bassio	231	De claris	
De Ioan. Bonandreade	235		
De Ionan. Casario	247		
De Ioan. Dominico Spazzerio	241		

Fonte: Scardeone (1560).

O trabalho do sacerdote italiano possui uma classe só para mulheres. Quebrando a ordem sistemática de classificação de pessoas por ocupação

(filósofos, teólogos, retóricos...) o esquema de Scardeone expõe a questão de gênero no discurso biobibliográfico, ou em fontes de informações que arrolem sujeitos como os Dicionários biográficos.

4.1.6 La Bibliothèque du sieur de La Croix du Maine de François Grudé – 1584

Sobre François Grudé (1552-1592) não conseguimos muitas informações sobre sua biografia. Francês e bibliógrafo.

Vejamos o frontispício da obra:

Figura 6 - Frontispício da *Bibliothèque du sieur de La Croix du Maine*.



Fonte : La Croix du Maine (1584).

O aparecimento da palavra *Bibliothèque* no título nos faz crer que existia uma intenção de agrupamento de obras em um mesmo lugar. Ou seja, podemos pensar esse trabalho já como um repertório bibliográfico. Apesar disso, segue o título “que é um catálogo geral de toda sorte de autores” o discurso sobre os livros continuava a ser formada pela lista de seus autores. Portanto, o catálogo é biobibliográfico, a entrada é pelo nome próprio do autor, sua descrição é que por consequência nos leva a uma lista de suas obras.

François confessa que são dois os motivos que o fizeram se dedicar a esta monumental empreitada. O primeiro seria conhecer e fazer-se conhecer pelos homens doutos de sua época, que provavelmente, em grande parte, pelo menos os vivos, foram consultados pelo bibliógrafo. O segundo trata de uma demonstração do florescimento erudito da França, explicando que a honra da França é a honra de Vossa Majestade.

Há também na obra menção a um bem público em relação a conhecer todos os autores que escreveram em francês.

O recorte que a obra faz sobre o conjunto de autores também é interessante. La Croix não faz biobibliografia dos autores franceses, sua abordagem recupera os autores que escreveram em francês. São homens e mulheres que escreveram e compuseram suas obras, suas invenções, ou ainda, que fizeram traduções da língua secular. Não é a nacionalidade que opera o recorte, mas sim a língua.

O sumário está organizado alfabeticamente a partir do sobrenome dos autores. François diz ser mais fácil para encontrar os nomes que procuramos. Uma segunda façanha de seu catálogo é repetir alguns nomes, não com o intuito de fazer crescer a lista, mas de forma a facilitar a procura dos leitores por um autor específico. Por isso, Elie Vinet e Helie Vinet são pontos de acesso no sumário da obra. Conforme a obra se desenrole, também em ordem alfabética, mas ordenada a partir do nome, e não sobrenome como no sumário, acontece que Helie passa a ser uma indicação remissiva de Elie.

São dados encontrados com recorrência na referida obra: nome, nacionalidade, ocupação, título de nobreza, título da obra publicada ou traduzida, dados da obra (ano de publicação e formato, por exemplo) e filiação.

Como indicado pelo título, a obra apesar de manter o discurso biobibliográfico, dando maior atenção ao autor que às obras, não pode se dizer que seja igual às anteriores. Nesta começa a se delinear formas de se falar dos dados da publicação, como o ano e o local de publicação, o impressor e a tecer alguns comentários sobre a mesma. No entanto, ratificamos, é de um discurso biobibliográfico que se trata.

4.1.7 La Bibliothèque d'Antoine du Verdier de Antoine du Verdier – 1585

Bibliógrafo e humanista francês, Antoine du Verdier (1544-1600), contemporâneo de La Croix du Maine, com quem chegou a trabalhar junto. Conselheiro do rei, montou uma biblioteca vasta, devido sua erudição e seu perfil estudioso. É um bom exemplo do que era chamado de *Homme de lettres*.

Há no prefácio de sua obra uma exaltação às ciências e às artes liberais. São apresentadas como a maior riqueza dos homens, sendo superiores aos outros tipos de riqueza.

Sua descrição não possui elogios às características humanas ou intelectuais dos autores. Apresenta apenas o nome, a ocupação, pequena biografia e uma bibliografia do autor. Nesta obra a bibliografia toma uma forma moderna, é uma descrição sistemática das obras, e em alguns casos há reprodução de parte da obra do autor listado. Há também alguns comentários da obra de cada autor.

A obra também faz menção aos livros de autores incertos ou de autores anônimos.

4.1.8 Síntese do discurso biobibliográfico do fim do século XV ao final do XVI

A arte biobibliográfica foi praticada entre os núcleos eruditos. Dentro dos meios eclesiásticos, que de certa forma era o ambiente erudito da época, ou entre os eruditos do Rei. Os sujeitos do discurso, aqueles que conseguiam conceber este tipo de obra eram os eruditos de mais idade, primeiro pelo

tempo que levava para se produzir esse tipo de fonte histórica, diz La Croix entre quinze e dezesseis anos de pesquisa, outros dizem ter levado toda uma vida de pesquisa e de registro.

Também é sensato dizer que essas obras já conversavam entre si. Citavam-se umas às outras, num sempre árduo, incansável e interminável trabalho de atualização da história literária. Como que o comentário atualizado da obra anterior. Uma certa ideia de atualização periódica sem rigidez entre os intervalos está também colocada. Por isso, de certo modo, alguns autores se colocavam a si mesmos no final da obra, uma indicação de consciência de estar na história, e uma forma de mostrar o limite historiográfico a partir de uma noção cronológica linear. Só posso chegar até mim.

O objetivo nos primeiros trabalhos é obviamente a memória dos indivíduos. Uma memória material, as biobibliografias, capaz de trazer o passado para o presente. Memória presente do passado, bem ao gosto de Agostinho (2017). No entanto, ao final com os catálogos seculares de autores já está presente uma intencionalidade de utilidade pública, no sentido de poder guiar-se em meio da avalanche de livros que a revolução gutemberguiana proporcionou. Há este desnível discursivo a depender da institucionalidade do autor erudito que repertoria. É certo que estes objetivos convivem entre si e com outros, como é o interesse pessoal em conhecer e ser conhecido pelo grupo erudito de quem se fala, ou ainda de uma disputa simbólica entre nações.

A memória desses autores que são os objetos do discurso biobibliográfico é constituída a partir da materialização do próprio discurso. É a partir desta vontade biobibliográfica que estes podem aparecer como discurso, como nome que possui uma biografia e uma obra. A partir de sua reunião junto a outros autores, a partir de sua seleção e de seu registro que este passa a existir nessa rede biobibliográfica.

A imagem que deles guardamos nessa nossa memória documental é também formada por estes adjetivos que os eruditos de outrora lhes atribuíram. É a forma do enunciado que forma sua imagem para nós. A forma como são descritos, seus dados, sua biografia, ora enaltecendo-os moralmente, ora

espiritualmente, em outros momentos, apenas dando descrições puramente objetivas, é o próprio constructo de nossa memória. Esta descontinuidade estaria, por certo, imbricada nos juízos que o discurso quer nos imprimir.

A questão autoral em relação ao escrito é patente. O autor se confunde com sua obra. Autor e obra são cópias completas é nesse pressuposto que podemos classificar os textos apenas controlando os nomes próprios. É assim que para o discurso biobibliográfico da época era possível ordenar a literatura, e portanto, a bibliografia, a partir do nome próprio do autor, visto que estes são puras semelhanças.

A publicação de *Bibliothèques* no final do século, esse deslocamento discursivo, entre o autor, ou a vida, para o conjunto de livros pode ter influência de Conrad Gesner e sua *Bibliotheca Universalis, sive Catalogus omnium scriptorium*. Perceba-se que antes da *Bibliothèque* de La Croix e de Verdier todos os títulos faziam alusão à vida, à biografia, *vivorum, scriptoribus e civibus*, nestes autores o termo *Bibliothèque* aparece em primeiro plano. Ressaltamos, que mesmo assim é a biobibliografia que se desenrola é a vida do autor que se arrola. Dada a forte influência de Gesner sobre os seus sucessores, pode-se dizer que o discurso passa a deslocar-se em forma e em objeto. Na biblioteca de Verdier (1585) é reproduzido *l'Épitome de la Bibliothèque Universel*, mostra do impacto de Gesner em sua obra.

Apesar de montarmos um quadro do século XVI e já notarmos alguns deslocamentos discursivos neste percurso histórico, não se trata de estabelecer recortes rígidos no solo discursivo. Pensemos estas formações discursivas como coexistentes em um movimento longo e vagaroso de interrupções, porém ininterrupto.

4.2 As biobibliografias no século XVII

Nesta seção falaremos das biobibliografias publicadas no século XVII.

4.2.1 *Catalogo breve degli illustri et famosi scrittori venetiani de Giacomo Alberici – 1605*

Giacomo Alberici (1550-1610) foi importante religioso agostiniano. Italiano, historiador e eremita. Colocava-se como um estudioso da música sacra. Escreveu outras obras além do *Catalogo*, mas este é considerado sua principal contribuição, contendo informações únicas acerca de músicos agostinianos e venezianos de sua época, segundo a Enciclopédia Católica¹⁰.

Repertório dedicado aos ilustres e famosos de Veneza. São notícias biográficas muito breves em sua maioria, e com uma indicação muito simples sobre as temáticas trabalhadas e os títulos publicados por cada autor. Nome, ocupação, tema de interesse e títulos são os atributos que, normalmente, constam nessas descrições.

O *Catalogo* não possui sumário ou prefácio. Há um índice indicando as páginas em que se pode encontrar cada escritor. Dispostos em ordem alfabética de nome, tanto no índice quanto no corpo da obra.

Cada verbete traz uma indicação de ano às margens da página, indicação de tempo em que viveu a personalidade. Essa indicação não é o ano de nascimento, nem de morte do biobibliografado, no entanto é indicação de um tempo em que essa personagem viveu. Talvez, uma indicação do florescimento intelectual dessa personalidade.

4.2.2 *Bibliotheca scriptorum societatis de Phelippe Alegambe – 1643*

Padre jesuíta e belga, Phelipe Alegambe (1592-1652) deu continuidade ao trabalho do também jesuíta Petri Ribadeneire. Sua obra é notável, extensa e rica em detalhes biográficos e bibliográficos dos escritores jesuítas.

Os dados encontrados para cada autor são: o nome, nacionalidade, a data de entrada na ordem jesuíta, resumo biográfico, cargos assumidos na

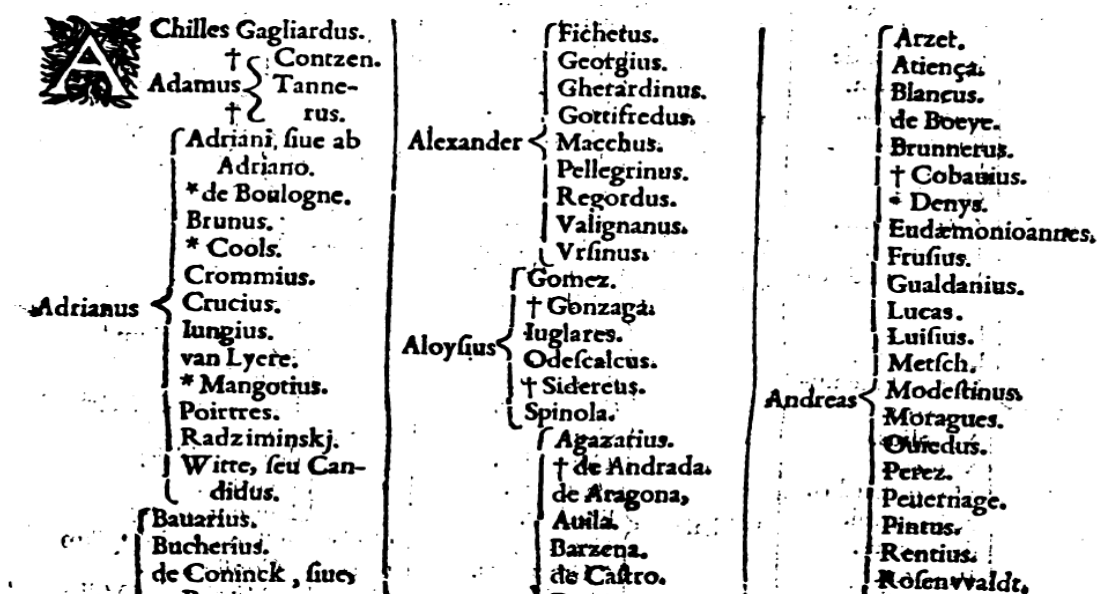
¹⁰ CATHOPEDIA: l'enciclopedia cattolica. Giacomo Alberici. Disponível em: https://it.cathopedia.org/wiki/Giacomo_Alberici. Acesso em: 29 set. 2020.

ordem e para cada escritor uma lista bibliográfica de seus escritos. Esta última, em sua maioria contendo dados de publicação da obra, não apenas o título. Apresentando-se, geralmente, o título, o ano de publicação, o impressor e o formato; às vezes também apresenta algum tipo de comentário sobre a obra.

A forma como os autores são apresentados pode ser entendido como equilibrado, no sentido em que a narrativa biográfica está em compasso com a narrativa bibliográfica. Há uma preocupação com a narrativa biográfica forte, mas também uma preocupação com uma boa descrição das obras escritas pelos jesuítas. Não se atendo somente a uma lista de títulos.

Não apresenta sumário, apenas uma lista de nomes contemplados na referida biobibliografia. A forma como Alegambe dispõe os nomes é curiosa, não repete os nomes iguais. Trabalha com chaves para que se possa entender que existem vários escritores com o mesmo nome, e apresenta seus sobrenomes dentro destas chaves. Como podemos ver na reprodução a seguir.

Figura 7 - Apresentação de lista de nomes em chaves por Alegambe.



Fonte: Alegambe (1643).

O modelo de apresentação é autêntico e inédito entre as biobibliografias analisadas por esta pesquisa até então. Uma outra forma de visualização dos nomes próprios, tradicionalmente apresentados em forma de lista. A forma de apresentação, ou visualização dessa lista de nomes é, na verdade, indicativo

do próprio sistema de pensamento que sustenta o discurso biobibliográfico que se apresenta.

4.2.3 *Nouvelle bibliothèque historique et chronologique de Denis Simon – 1692*

Sobre o autor, Denis Simon, não foi possível recolher muitas informações. Apenas sabe-se que foi um conselheiro do Tribunal de Beauvais (MALCLÈS, 1960) e assessor de um marechal da mesma localidade.

O título completo da obra é *Nouvelle bibliothèque historique et chronologique des principaux auteurs & interpretes du Droit Civil, Canonique & Particulier de plusieurs etats & provinces, depuis Irnerius, avec les caracteres de leurs esprits, & des jugemens sur leurs Ouvrages*. O título, grande para nós, mas de tamanho regular para a época, conta-nos um pouco sobre o discurso que se forma sobre suas páginas. Apontamos mais enfaticamente para a presença da palavra *jugemens*, traduzido do francês como “juízo” ou “juízo”. Também, *caractères de leurs esprit*, traduzido como “características do espírito deles”.

O discurso na parte das pré-textuais introduz algumas noções, alguns conceitos que queremos aqui ressaltar. *Grands Hommes, Faits Héroïques, Renommé, Grandes Choses*, e *Gloire* que se traduzem como Grandes Homens, Fatos heróicos, Renomado, Grandes coisas e Glória.

Simon expõe no prefácio duas proposições importantes, a primeira diz respeito ao juízo que se faz dos autores, a segunda refere-se ao aspecto de mediação do seu trabalho. Para a primeira ele explica que as pessoas devem ter o equilíbrio e decidir de acordo com sua própria razão, ele usa o termo *lumières*, acerca dos méritos e defeitos de cada autor. Ele explica que seu interesse não é fazer elogio aos interpretes do direito ou aos tomadores de decisão, seu objetivo é fazer uma fonte de informação, que ele chama de estudos capitais dos autores biobibliografados, que possa apresentar estes especialistas para que possam ser consultados.

O trabalho também cita outros semelhantes precedentes, como a obra de Bernardinus Gasnerus, Mathieu Gribaldus e Marcus Bonavidius. Além disso, ao final apresenta uma dissertação sobre como é ser um bom juiz. O recorte temporal da obra é o tempo em que viveu Irnerius (século XI e XII).

Apresenta os nomes de cada biobibliografado acompanhado de dados como ocupação, nacionalidade, alguns feitos biográficos e seus escritos.

A *Bibliothèque* não apresenta sumário, nem índice, apesar disso está ordenada alfabeticamente pelo sobrenome dos autores, apesar das entradas serem pelo nome.

4.2.4 *Nouvelle bibliothèque des auteurs ecclesiastiques de Ellies Dupin – 1693*

Louis Ellies Dupin (1657-1719) foi um historiador eclesiástico francês. Lecionou filosofia no antigo *Royal College*, atual *College de France*. Declarou-se um jansenista, movimento religioso e político de protesto contra a Igreja Católica e o Estado Absolutista.

O título completo da obra é: *Nouvelle bibliothèque des auteurs ecclesiastiques contenant l'histoire de leur vie, le catalogue, la critique, et la chronologie de leurs ouvrages*. A obra conta com julgamentos das diferentes edições das obras publicadas. Vemos, ainda, a vida e o catálogo reunidos em uma mesma fonte, ainda o discurso toma características biobibliográficas.

Obra publicada em vários volumes, cujo acesso só nos foi possível ao terceiro. Portanto, é a esse volume que direcionamos a análise.

A obra apresenta biografias bem completas sobre a maioria de seus biografados. Apresentando vertiginosa narrativa biográfica para São João Crisóstomo, arcebispo de Constantinopla entre os séculos IV e V, considerados um dos patronos católicos. Apresenta o título de suas obras, apresenta a temática delas e tece comentários, bem detalhados e extensos, sobre as mesmas.

4.2.5 *Dictionnaire historique et critique de Pierre Bayle – 1697*

O filósofo e estudioso francês, nascido em 1647 e tendo falecido em 1706, foi um calvinista perseguido durante praticamente toda a vida. Publicou diversos textos em defesa da liberdade civil religiosa. Foi conhecedor e influenciado pela filosofia cartesiana. Escrevia o periódico *Nouvelles de la république des lettres* em que tecia algumas críticas literárias sobre o pensamento de sua época.

Sua obra mais monumental foi, sem dúvida, o Dicionário histórico e crítico. Trata-se de uma biobibliografia histórica dos diversos pensadores desde a Antiguidade, passando pelo Renascimento até chegar ao século XVI. A parte crítica de sua obra refere-se aos extensos comentários de cunho pessoal exposto sobre os pensadores e suas doutrinas filosóficas. A obra é citada por Leibniz como o mais belo dos dicionários (RODRIGUES, 2006).

A obra, em questão de conteúdo, é bem mais vasta nos comentários de Bayle do que nos verbetes biobibliográficos tratados. Uma crítica histórica, uma certa exclusão da superstição e dos erros é colocada em suas críticas.

Os verbetes apresentam uma descrição biográfica das personagens, menciona os títulos das obras e tece muitas críticas em forma de comentários.

4.2.7 *Síntese do discurso biobibliográfico no século XVII*

O discurso biobibliográfico, tal qual percebido nestas fontes de informação, indica um novo olhar sobre os sujeitos autores. As fontes biobibliográficas passam a ser instrumentos de análise, de comparações, de colocação de um juízo sobre o autor e sobre sua obra. Comentários sobre as diferentes edições de uma obra são comuns. Julgamentos, ou seja, comparações discursivas entre as obras de um autor ou entre obras de diferentes autores passam a se materializar discursivamente. É a instituição de um juízo, um olhar para o outro com fins de estabelecer um juízo de valor.

Outra questão que parece se materializar bem no discurso biobibliográfico desta época é a metáfora do herói com os grandes autores, com os grandes homens desse tempo. Os dicionários biográficos imbuídos agora de uma noção de comentar ou de julgar a obra e vida desses personagens, trabalham com a noção de fatos históricos, de notabilidade, de destaque e até mesmo da imortalidade desses. Vê-se como a imagem dos autores que são repertoriados passa a ser encarada por uma alegoria ao herói da Antiguidade, aquele que realizou grandes feitos e que assim adquiriram seu espaço no *hall* da imortalidade.

Entre as diversas instituições que promoveram ou inspiraram a discursividade biobibliográfica, parece-nos que a Igreja é a que mais conserva uma prioridade biográfica em seus repertórios. Ainda muito ligada às personagens de sua grei.

Ainda no século XVII é possível ver a classificação temática dos autores, repetindo como no século XVI essa confusão entre autor e obra. O discurso biobibliográfico prediz já em sua materialidade histórica os postulados da especialização autoral. De certa forma, ao realizar estas classificações rígidas entre os nomes próprios e as temáticas, delimita-se um processo de classificação que leva em conta uma determinada noção perene da autoria. Ou seja, consideram que o autor possa ser reconhecido por uma única temática. Ao posicionarmos o nome de um autor em uma cadeia de classificação queremos na verdade classificar seu pensamento e teoria, através de seus escritos. A biobibliografia é o único aporte discursivo que permite classificar um texto a partir de uma autoria atribuída a ele e representada por um nome próprio.

Mas também chamamos atenção para um deslocamento epistêmico que parece começar a se desenvolver nesse período. Referimo-nos à postulação de mediação biobibliográfica. Ou seja, a ideia de apresentação do autor, de sua obra e de sua temática a um “público leitor”. Simon (1692), no final do século, desponta essa preocupação em apresentar autores que possam ser difíceis de entender para leitores que porventura possam ter dificuldades de entendimento.

4.3 O discurso biobibliográfico no século XVIII

Apresenta-se as fontes de informação biobibliográficas do século XVIII.

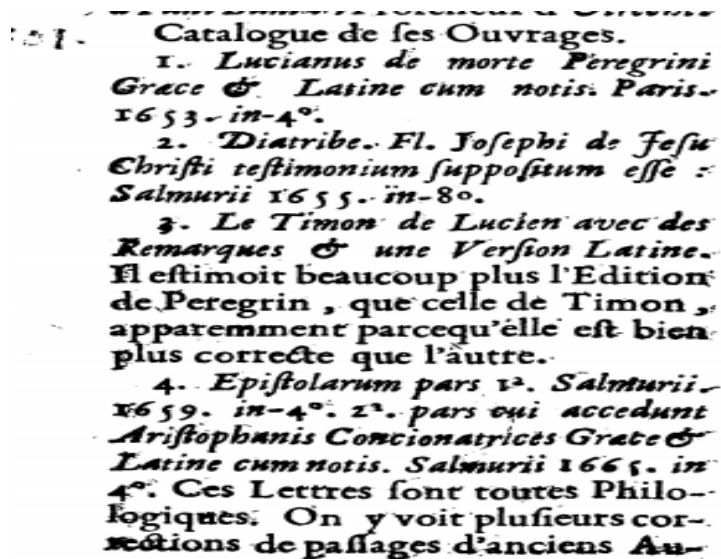
4.3.1 *Mémoires pour servir à l'histoire des hommes illustres de la République des Lettres avec un catalogue de leurs ouvrages de Jean-Pierre Nicéron – 1727*

O parisiense Jean-Pierre Nicéron (1685-1738) foi um dos colaboradores do movimento enciclopedista. Lecionou retórica em várias instituições de ensino, mas dedicou-se principalmente ao estudo das línguas. Dedicou-se, também, ao estudo biográfico dos homens ilustres.

Seu trabalho sobre a *l'histoire des hommes illustres* apresenta os nomes de algumas personalidades que tenham vivido a partir do Renascimento. Sua intenção era o repertório da então chamada República das Letras, que domina o espaço erudito da época. Apresenta para cada biobibliografado um resumo biográfico bem rico, apresenta também as obras biográficas que ele consultou para retirar suas informações. Ao final de cada descrição apresenta um *Catalogue de ses Ouvrages*.

Os catálogos referentes a cada autor apresentam os títulos, o formato, o ano de publicação, apresenta pequena introdução e local de publicação da obra (na maioria dos casos) e em alguns indica onde ela pode ser consultada. Elas são dispostas em ordem numeral crescente e classificadas por sua data de publicação. Como podemos ver na figura abaixo.

Figura 8 - Exemplo de lista de obras de um dado biobibliografado.



Fonte: Nicéron (1727)

“Essa obra não deve fazer qualquer distinção, todos os *savans illustrés* são de sua competência e devem ter entrada” (NICERÓN, 1727, não paginada). Claro objetivo de reunir todos os ilustres estudiosos da República das Letras. Manifesta na superfície do discurso a ideia de isenção, que na descrição mesma dos personagens nem sempre é percebida.

O próprio autor indica que sua obra se aparenta bastante aos Dicionários ou aos *Journals*.

4.3.2 *Histoire générale des auteurs sacrés et ecclésiastiques de Dom Remi Ceillier – 1729*

Dom Remi (1688-1761) foi um monge historiador beneditino francês. Ele cita em seu prefácio uma grande quantidade de autores, que segundo ele, teriam abraçado esse tipo de literatura, como Jerônimo de Estridão, Trithêmus, Dupin, Gesner e Poncevino.

Ao falar do trabalho de Dupin, já tratado nesta dissertação, Remi o elogia por trazer não apenas a vida e as obras dos autores. Para o autor da *Histoire générale*, Dupin teve uma elevação, um entendimento, sublime. O enunciado de Remi reveste o trabalho de seu precedente de uma característica

de inovação e progresso, guardando, no entanto as boas regras da moderação e justiça. Suas palavras afirmam a intenção de construir uma obra que seja útil ao público. Com um julgamento acerca do estilo, do gênio e das doutrinas dos autores repertoriados.

O primeiro volume faz um repertório dos primeiros autores da Igreja Católica, ou admitidos por ela. O repertório começa por Moisés e a redação da legislação dos Hebreus. Passa por David e Salomão, pelos evangelistas, pelo Papa Clemente e fechando com São Policarpo. Seu trabalho está bem organizado em três livros, Antigo Testamento, Novo Testamento e Livros Apócrifos. As seções primárias são os próprios autores, as secundárias são os próprios dados, como História da Vida e títulos de Obras, conforme a figura a seguir.

Figura 9 - Sumário da *Histoire Générale* de Ceillier

LIVRE SECON D	
D <i>Es auteurs du Nouveau Testament,</i>	335
CHAP. I. <i>Des quatre Evangiles en general,</i>	336
CHAP. II. <i>Saint Matthieu Apôtre & Evangeliste;</i>	343
Art. I. <i>Histoire de sa vie,</i>	ibid.
Art. II. <i>De l'Evangile selon S. Matthieu, en quel tems & en quelle langue il a été composé; si saint Matthieu en est l'auteur?</i>	343
CHAP. III. <i>Saint Marc Evangeliste, Apôtre de l'Egypte, & Martyr,</i>	350
Art. I. <i>Histoire de sa vie,</i>	ibid.
Art. II. <i>De l'Evangile selon saint Marc,</i>	352
Art. III. <i>Où l'on prouve que le dernier chapitre de saint Marc est véritablement de lui,</i>	356

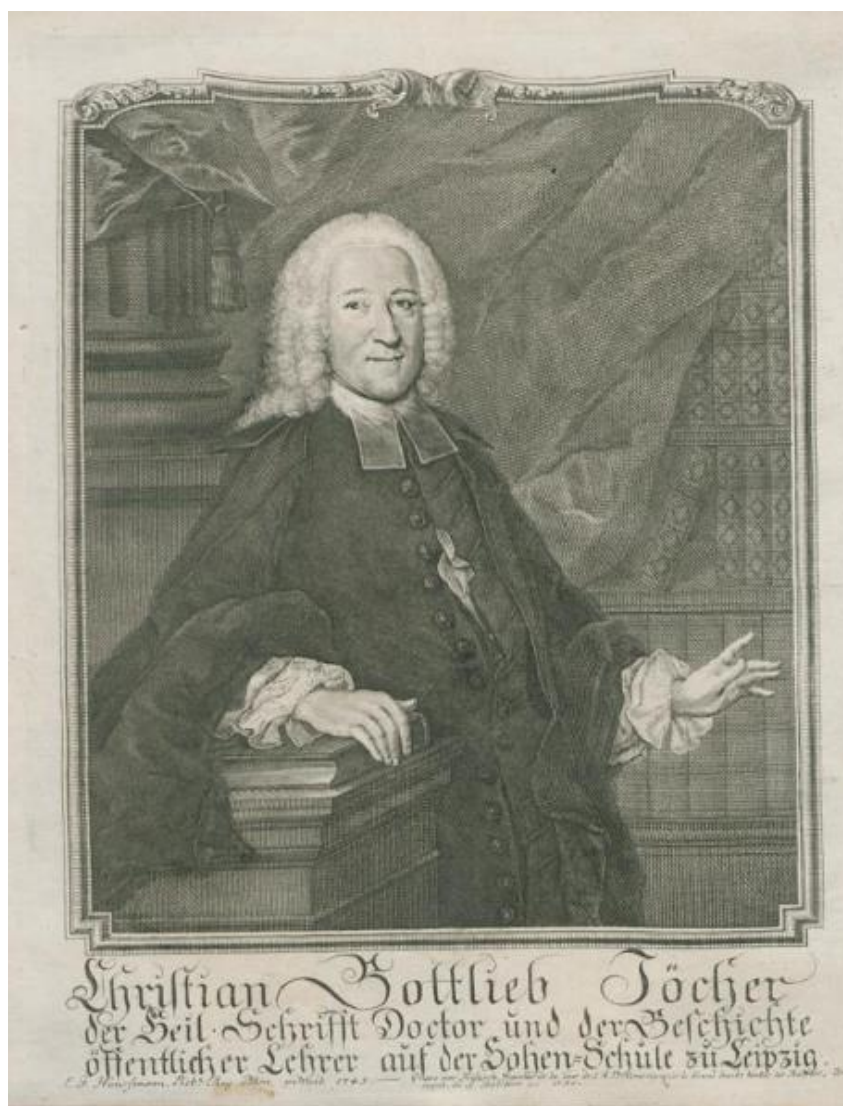
Fonte: Ceillier (1729)

Todo este trabalho eclesiástico preserva a narrativa biográfica como o principal foco do repertório que se apresenta, inclusive ao falar dos trabalhos escritos dos autores ele permanece utilizando uma discursividade de narração.

4.3.3 *Allgemeine Gelehrten-Lexikon* de Christian Gottlieb Jöcher – 1751

Jöcher (1694-1758) foi um estudioso, bibliotecário e lexicógrafo de Leipzig na Alemanha. Homem erudito, com formação acadêmica de bacharelado e mestrado em filosofia e doutorado em teologia. Lecionou na Universidade de Leipzig. Por volta de 1735 ficou responsável pela supervisão do bibliotecário, e da biblioteca, desta Universidade.

Figura 10 - Fotografia de Christian G. Jöcher



Fonte: Jöcher (1950)

O *Léxico Geral de Estudiosos* é sua principal obra. Compêndio de estudiosos e estudiosas. Descritos em ordem alfabética. O título completo traduzido é “*Léxico geral dos estudiosos: Nele os estudiosos de todas as classes, masculinas e femininas, que viveram desde o início do mundo até os dias atuais e se deram a conhecer ao mundo erudito; Depois de seu*

nascimento, vida e morte, suas histórias notáveis, escritos e os escribas mais confiáveis descritos em ordem alfabética” (JÖCHER, 1950).

A entrada é pelo sobrenome seguido do nome próprio. Local e data de nascimento, cargos e funções, além do título e algumas informações tipográficas da publicação são encontradas na descrição.

4.3.4 *Dictionnaire historique, littéraire et critique de Pierre Barral – 1758*

Não nos foi possível adquirir maiores informações biográficas sobre o autor. Sabemos apenas que era um abade jansenista que morreu em 1772.

A entrada no Dicionário é pelo sobrenome de cada sujeito, comumente sucedido do primeiro nome entre parênteses. O local de nascimento ou de vivência, a ocupação, o ano de nascimento, filiação, o título de sua obra (quando houver) e alguns comentários sobre a mesma são dados comuns entre as descrições, além do ano da morte. Os nomes aparecem em ordem alfabética.

Em *Dictionnaire historique, littéraire et critique, contenant une idée abrégée de la vie et des ouvrages des hommes illustres en tout genre, de tout tems et de tout pays* vemos repetir-se a condição de dicionário, a noção de vida e obra de maneira conjugada, novamente os homens ilustres, mas também, a intenção universalista. Todo tipo, todo tempo e de todos os países.

Os elogios não estão tão presentes nesse volume, no entanto alguns deles são percebidos como ilustres ou famosos.

Os autores são concebidos em meio a outros tipos de homens ilustres. Não possuem destaque. Os títulos aparecem em itálico, no entanto sem muitos dados sobre sua publicação, apenas uma pequena introdução sobre ela.

4.3.5 Dictionnaire historique ou memoires critiques et litteraires concernant la vie et les ouvrages de divers personages distingués, particulièrement dans la Republique des Lettres de Prosper Marchand – 1758

Marchand (1675-1756) foi um livreiro francês, que se refugiou na Holanda para poder cultivar a religião reformada. Editou grandes obras como o Dicionário de Bayle.

O trabalho de Marchand apresenta principalmente os estudiosos da República das Letras. A entrada é pelo sobrenome de cada erudito seguido do nome próprio entre parênteses. Apresenta o período em que viveu cada estudioso, local de nascimento, os títulos de cada escrito e comentários acerca do autor e da obra. Os comentários tomam a maior parte do trabalho de Marchand, as críticas apresentadas por ele ofertam citações diretas das obras, indica as fontes históricas de onde ele parte para falar de cada indivíduo e, também, comenta obras que falem sobre o autor tratado ou sua obra.

Ao final apresenta um Catálogo de livros encontrados em Haia.

O Dicionário de Marchand se vale principalmente da obra de Bayle para selecionar as personalidades que devem constar em seu repertório. Adicionando a estes comentários e críticas.

4.3.6 Síntese do discurso biobibliográfico no século XVIII

As biobibliografias desse século possuem mais que uma função de guarda da memória biográfica e/ou bibliográfica dos escritores ilustres de determinado segmento da sociedade. O deslocamento para uma função de comunicação entre os pares, ou ainda de apresentação, uma espécie de notícia acerca dos estudiosos, que começa a se delinear no século XVII se consolida. O termo República das Letras é abundante entre estas fontes de informação.

Os trabalhos de Nicerón e Jöcher registram a intenção de um repertório isento. Um repertório que abarque todos os *savans*, sem distinção. Apesar da

dificuldade na leitura da língua alemã em que se apresenta o Léxico de Christian, apenas a análise de seu frontispício, mais particularmente, do título de seu trabalho, podemos observar em que formação discursiva ele se posiciona. Inclui estudiosos homens e mulheres, apesar destas serem em bem menor quantidade que aqueles. Pontuam na superfície discursiva que formam a necessidade de imparcialidade em relação aos escritores que serão selecionados de acordo com uma ordem.

O trabalho de Ceillier é um trabalho de consolidação, que leva em conta outros trabalhos biobibliográficos e cita muitos autores, que segundo ele praticam o mesmo tipo literário. O elogio desse autor a Dupin está justamente no caráter crítico de sua obra, ou seja, dos comentários feitos sobre o estilo, sobre a obra, sobre a doutrina e sobre o próprio autor.

Claro que, nesse período, estamos na construção e na consolidação da Bibliografia Sistemática Moderna, presenciando o início discursivo de sua disciplinaridade. No entanto, o que chamamos atenção aqui e indo ao encontro de Malclès (1960), a biobibliografia é a forma discursiva dominante no início desta formação. A biobibliografia dominou estes repertórios até a segunda metade do século XVIII.

Importante enfatizar que, assim como no século XVII, os repertórios eclesiásticos, do século tratado, são aqueles que mais conservam até então a perspectiva biográfica sob a noção bibliográfica em plena ascensão. As demais fontes biobibliográficas já se apresentam a partir de um equilíbrio entre biografia e bibliografia. Queremos dizer que nas demais obras, como no *Dictionnaire* de Barral, o discurso continua a ser enunciado a partir de um nome de autor, pela sua vida e pela sua obra, no entanto há um equilíbrio entre estas categorias.

O trabalho de Barral inaugura para nós uma nova forma de discurso dentro do campo da biobibliografia. Ele fala dos autores, mas fala deles no mesmo nível que outros homens ilustres. Seu Dicionário é de cunho universalista, não está preso a ideia de obra literária, mas de feito heroico, ou memorável. O que traz para a biobibliografia um alargamento da noção de obra e autor, como alguém responsável por algum feito, que pode ser literário ou

não. Mas também inaugura um discurso sobre outros segmentos sociais que não os do autor. Percebamos que as biobibliografias sobre e/ou da Igreja Católica são escritas por homens desta comunidade, eclesiásticos, abades e monges. Barral fala de todos, todos os temas, todos os países e de todo tipo. Se é claro que essa noção de “todos” deve ser sempre pensada entre aspas, também é lógico que Barral não estivesse presente em todos os temas, em todos os países e em todos os tipos de homens ilustres.

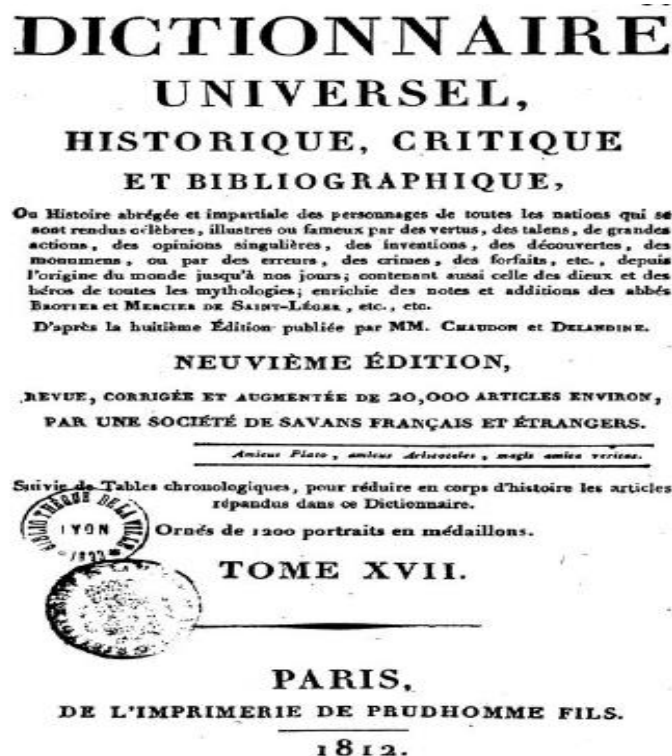
4.4 O discurso biobibliográfico no século XIX

No século XIX a biobibliografia sai da cena bibliográfica que se consolida a partir de repertório dos livros, não mais de autores. Aqui serão apresentadas as obras que permanecem numa perspectiva biobibliográfica, ou seja, de descrição de autores a partir de seu nome próprio e de suas vidas, no entanto não são essas que constituem o discurso predominante da época.

4.4.1 Dictionnaire universel, historique, critique et bibliographique de Louis-Mayeul Chaudon e Antoine François Delandine – 1812

Chaudon (1737-1817) foi um biógrafo francês. Beneditino, escreveu vários dicionários, um deles sobre os autores eclesiásticos. Foi frequentador e membro de algumas associações literárias. O segundo autor, Delandine, será tratado na seção seguinte, tendo em vista que também é autor do próximo item.

Figura 11 – Frontispício do Dicionário universal de Chaudon e Delandine.



Fonte: Chaunon e Delandine (1812)

O título completo da obra nos apresenta uma variedade de noções interessantes para pensarmos o jogo de relações conceituais na superfície desse discurso. Notemos a presença de noções como: universal, imparcial, célebre, ilustre, famoso e virtude.

A inserção de heróis no dicionário representa uma certa “mitologização” dos personagens célebres que são tratados. Quero dizer que os personagens descritos são empossados de um certo espectro simbólico de encantamento.

Também é interessante notar que não apenas os bons feitos são dignos de memória neste dito dicionário. Os maus feitos também estão ali colocados, como os crimes e os erros. Estes também estão dentro de um nível de encantamento, mesmo que seja de um encantamento de efeito negativo.

A entrada dos nomes próprios no Dicionário dá-se pelo sobrenome, seguido do primeiro nome entre parênteses. A descrição de cada personagem se dá através dos dados pessoais como local e ano de nascimento e morte, profissão e/ou ocupação durante a vida e o grande feito do personagem. Em relação aos autores, eles estão mesclados a outros tipos de personagens,

como militares, criminosos e cânones. No entanto, quando o personagem se trata de um autor, seja ele um poeta ou um professor de universidade, ele é descrito, também, através dos títulos de suas obras, acompanhados de algumas informações de publicação, como ano, local e formato.

Os elogios em forma de adjetivos são praticamente inexistentes.

4.4.2 Dictionnaire historique, critique et bibliographique de Antoine François Delandine e Louis Mayeul-Chaudon – 1821

Delandine (1756-1820) foi um escritor francês e advogado. Atuou, ainda, como político durante a Revolução Francesa. Foi, também, diretor da biblioteca de Lyon.

O autor coloca a imparcialidade como único modo de se chegar à verdade sobre os personagens de seu repertório. Há uma certa reprovação acerca dos elogios, acerca da bajulação. Nos dicionários históricos, fala Antoine, queremos encontrar os fatos expostos de maneira rápida e objetiva, sem floreios, sem argumentações oratórias ou elogios partidários.

Delandine diz que no seu dicionário encontraremos os personagens que são realmente do domínio da História ou da Bibliografia. Algumas classes citadas por François, e que estão no seu repertório, são os guerreiros, os eclesiásticos, os estudiosos e os artistas, sejam eles franceses ou estrangeiros. Indica que a completude de alguns verbetes de autores é útil aos bibliófilos, encurtando suas pesquisas.

Sobre a normalização dos nomes próprios, o autor dá o exemplo de Gengiskhan, afirmando utilizar a forma como o nome próprio é reconhecido, sendo assim, corta a ortografia natural de nomes não latinos. Além disso se preocupa com os homônimos, como os Alexandres, elaborando uma ordem de aparecimento destes nomes, primeiro os antigos, segundo os santos e em terceiro os imperadores, os papas e os estudiosos e homens célebres. Há no corpo da obra a relação remissiva entre entradas preferidas, como por exemplo

na letra A temos, “Anne de Ferrare. Ver Ferrare”, remetendo o leitor para a letra F.

Os artigos apresentam uma pequena biografia dos biografados. Local e ano de nascimento e falecimento, profissão e seus feitos, basicamente. No caso de autores, o título, o formato, o editor, o lugar e o ano de publicação. Também é possível encontrar comentários sobre a obra dos autores repertoriados. Não encontramos descrições baseadas em elogios.

4.4.3 Les Chansonniers de Champagne aux XIIe et XIIIe siècles de Prosper Tarbé – 1850

Tarbé (1809-1871) foi um historiador e estudioso francês. Era especialista na história de *Reims* e na região de *Champagne*. De grande reputação, era membro da Academia de Ciências, Artes e *Belles Lettres* de *Reims*. Também, membro fundador da *Société des bibliophiles*.

O título completo da obra é *Les Chansonniers de Champagne aux XIIe et XIIIe siècles, avec une biobibliographie de ces chansonniers*. Apresenta uma biobibliografia dos *Chansonniers* (cantores sós que cantavam suas próprias poesias). Apresentou na primeira seção da obra a lista de nomes acompanhados de notas biográficas referentes a cada um. Em uma segunda seção apresenta a obra de cada um, ou seja, replica na íntegra as canções poéticas cantadas.

A descrição biográfica apresenta as relações de parentesco de cada um, as influências musicais sofridas, comentários sobre seu talento, entre outros acontecimentos biográficos que fazem um rico panorama da vida de cada biografado. Faz referências às obras de onde retira as informações que apresenta. Não apresenta uma ordem entre a lista de nomes e lista de canções.

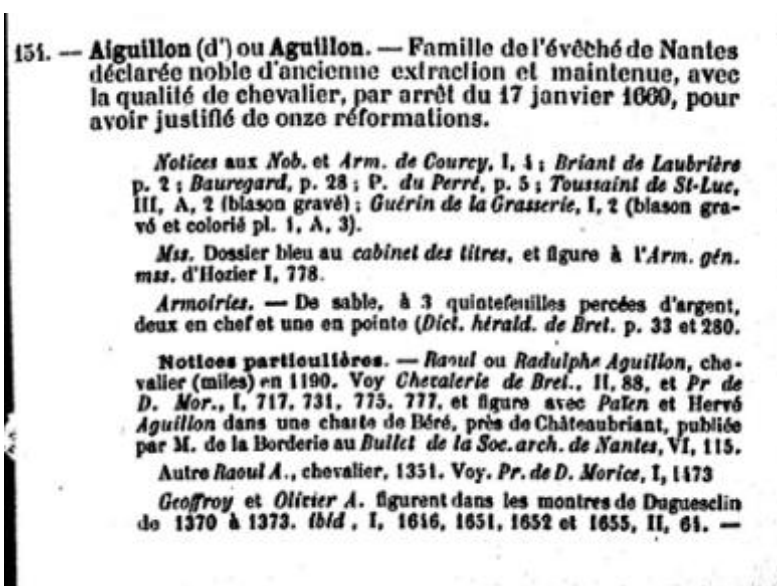
O objetivo do autor expresso em sua obra é dar lugar na memória da história a estes personagens da cultura.

4.4.4 Répertoire général de bio-bibliographie bretonne de René Kerviler – 1886

René (1842-1907) foi engenheiro, arqueólogo e bibliógrafo francês. Contribui em trabalhos desenvolvidos pela *Société des Bibliophiles Bretons*.

A obra apresenta em sua primeira parte uma biobibliografia dos bretões e, posteriormente, uma bibliografia da Bretanha (Oeste da França). O objetivo do autor é: dado o nome de um bretão e/ou de uma família bretã deve ser possível saber sobre a família, sobre os indivíduos e seus escritos. Portanto, a biobibliografia bretã apresenta uma introdução biográfica e uma bibliografia de e sobre cada personagem.

Figura 11 - Descrição biobibliográfica da família d'Aiguillon



Fonte: Kerviller (1886)

Os nomes de família também são arrolados. Apresentando uma história geral sobre esta família, as notícias sobre ela, as referências sobre obras que as citam, uma lista de nomes particulares de escritores pertencentes a esta família e seus escritos. Outros verbetes são dedicados às pessoas particulares -contendo sua descrição biográfica e uma lista bibliográfica de seus trabalhos.

4.4.5 Síntese do discurso biobibliográfico no século XIX

Neste período, a forma biobibliográfica deixa de estar no centro do discurso bibliográfico. As bibliografias tomam os assuntos e as obras como formas principais de repertoriar. A biobibliografia, no entanto, não desaparece, ela sobrevive no campo da História e da História Literária, principalmente. Por isso o autor perde a centralidade como protagonista de um repertório dedicado a eles. Não é mais visível nos títulos, como era nos tempos passados, a indicação de autores ou escritores como objetivo central. Nas obras estudadas temos sim a figura do autor, no entanto, ela está imersa em um conjunto de outras classes, de outras personagens, como militares e políticos.

Neste século, também podemos observar o aparecimento de outra autoridade. O nome de família em uma perspectiva genealógica, biográfica e bibliográfica está presente na superfície do discurso. O discurso biobibliográfico, em sentido amplo, já estabelecia na descrição particular de uma pessoa, ou na descrição do grupo familiar, as devidas relações de parentesco. A relação discursiva que se estabelece entre a família e os enunciados biográficos de seus integrantes permite a perspectiva genealógica de escritores e também de escritos.

O discurso biobibliográfico dessa época se pauta demasiadamente na noção de imparcialidade. O que se pretende é um discurso objetivo, que fuja às opiniões e aos elogios sobre a figura do autor ou de sua obra. O formato de Dicionário é o predominante nesta época, indicando uma definição destes personagens tal qual nos dicionários de língua. É a própria busca por uma definição objetiva destes personagens históricos que norteou todo o discurso biobibliográfico dessa época. Em uma perspectiva cada vez mais direta.

Sobre os autores devemos notar que estes fazem parte de associações ou sociedades ligadas ao universo bibliográfico. Principalmente, no contexto francófono, damos destaque à *Société de bibliophiles*.

Há também no século XIX uma sistematização do discurso biobibliográfico como um todo. Artifícios bibliográficos são incorporados e mais comuns do que nos séculos precedentes. Na questão do nome próprio vemos uma maior preocupação com a identificação de homônimos e pseudônimos. No caso de homônimos há, inclusive, uma ordem estabelecida acerca de seu

aparecimento no conjunto da obra. Os pseudônimos são identificados. Existe também o sistema de remissivas para tratar da grafia dos nomes estrangeiros, aparecendo da maneira como eram escritos na língua de origem remetendo-os para a forma como eram conhecidos na Europa.

4.5 O discurso biobibliográfico no século XX

Apresenta-se uma síntese acerca das obras biobibliográficas selecionadas do século XX.

4.5.1 Statistique biographique de la Drôme de Cyprien Perrossier – 1901

Perrossier (1841-1902) foi um arquivista diocesano de Valência em Drôme. Ele se utilizou do Dicionário Biográfico de Drôme do historiador Brun-Durand (1836-1910) para realizar sua obra estatística.

Este repertório leva em consideração os homens marcantes que tenham nascido no departamento francês de Drôme. Ele cita um outro dicionário aparecido cinquenta anos antes no sentido de ser necessária uma atualização acerca dos homens valiosos. Mas também denuncia uma certa perspectiva tendenciosa do dicionário precedente e alguns equívocos. Ao comparar o dicionário mais recente com o mais antigo, o autor defende a superioridade daquele em relação a este, e apresenta seus argumentos. O primeiro é a própria seleção feita pelo segundo dicionário não aceitando estrangeiros nem vivos, para esta segunda classe de pessoas o autor lembra o Eclesiastes, 11:30: “Não louves a homem nenhum antes de sua morte”. O segundo argumento é referente a massa documental, publicada e não publicada, consultada pelo autor, o que lhe garante maior domínio acerca da verdade sobre estes personagens, e, portanto, ele é mais completo. É apresentada uma tabela comparativa entre os dois dicionários, sendo Brun-Durand o mais recente.

Figura 12 - Tabela comparativa entre os dicionários de Brun-Durand e Rochas

M. BRUN-DURAND.		M. ROCHAS.	
Lettre A	70	20	plus 4 apocryphes et Aimon, évêque de Valence, omis par M. Brun-Durand.
— B	112	50	plus sept membres de la famille de Boffin que M. Brun-Durand ne mentionne pas, un apocryphe et deux personnages douteux.
— C	97	29	dont trois non mentionnés par M. Brun-Durand, plus un apocryphe et un douteux.
— D	62	29	plus un douteux (1).
— E	13	3	plus un apocryphe.
— F	47	24	dont deux non mentionnés par M. Brun-Durand.
— G	59	11	dont deux <i>item</i> .
— H	13	6	plus Héracle, évêque de Saint-Paul-Trois-Châteaux, Dauphinois d'origine, mais non de la Drôme.
— I	»	1	Ivoy, omis par M. Brun-Durand.
— J	12	7	dont deux pareillement omis.
— L	75	35	dont deux <i>item</i> , plus deux apocryphes.
— M	82	29	plus 12 Moreton, dont 4 seulement figurent dans M. Brun-Durand (2).
— N	10	1	deux apocryphes et trois douteux.
— O	12	5.	
— P	66	36	dont 16 Poitiers (desquels M. Brun-Durand mentionne 14) et 2 omis (les 3 membres de la famille Perrinet ne comptant que pour une notice); plus 3 apocryphes et un douteux.
<i>A Reporter..</i>		730	287

Fonte: Perrossier (1901, p. 10)

O texto fala sobre a imparcialidade e a falta de paixão que deve conter o texto biográfico. O compara a um juiz que escuta um caso. Acusa o autor do dicionário mais antigo de uma perspectiva “irreligiosa”, e por esse motivo ele não seria imparcial, pois não privilegia os participantes do clero.

O autor fala em adicionar o método da classificação ao dicionário biográfico para que se possa produzir uma estatística da Drôme, o que ele chama de estatística biográfica. Para isso, ele vai classificar os personagens de acordo com a Cronologia, com a Topografia e com a Profissão de cada um.

4.5.2 *Figures de Savants de Alfred Lacroix – 1932*

Minerólogo francês, Lacroix (1863-1948), foi professor no *Muséum National d'Histoire Naturelle*, também foi membro do *Collège de France*.

Produziu essa obra enquanto foi secretário da Academia de Ciências na França. Para ele a História da Ciência é inseparável da história dos cientistas ou dos estudiosos. Para ele é necessário que se conheça a evolução da carreira do cientista, sua formação, as condições de sua existência, os contextos sociais e históricos de seu tempo para que se possa compreender melhor o trabalho científico desenvolvido por esse estudioso. Esta última também possui forma narrativa.

Lacroix admite privilegiar principalmente os estudiosos das ciências da terra e alguns de seus mestres. Além disso, institui como bom método para sua história destes estudiosos o método da história natural. Em suas palavras o método consiste em: explorar todo o assunto em todas as perspectivas, não deixar que nenhum detalhe fique na sombra, acumular o máximo de dados numéricos passíveis de controle possível. Também fala em localizar o personagem no tempo e no espaço, para que possamos perceber o que o contexto influenciou no indivíduo e o que ele pode ter alterado em sua atmosfera.

O autor monta um quadro que permite identificar os interesses, as disciplinas em que se dedicavam cada personalidade biografada. Replicamos parte do quadro a seguir:

Figura 13 - Quadro de estudiosos classificados em disciplinas de interesse

AVANT-PROPOS. IX

CRISTALLOGRAPHIE. — *a. Géométrique* : Haüy, de Bournon, A. Lévy, Des Cloizeaux, Charles Sainte-Claire Deville, Pasteur, Fouqué, Mallard. — *b. Physique (optique)* : Des Cloizeaux, Pasteur, Mallard, Fouqué, Michel-Lévy.

CRISTALLOGENÈSE. — Beudant, Pasteur, Charles Sainte-Claire Deville, Fouqué et Michel-Lévy.

MINÉRALOGIE. — *a. Chimique* : Beudant, Dufrénoy, Damour, Fouqué, A. de Gramont. — *b. Synthèse minéralogique* : Hautefeuille, Fouqué et Michel-Lévy, A. de Gramont. — *c. Minéralogie descriptive* : Dolomieu, Haüy, de Bournon, Brochant de Villiers, A. Lévy, Beudant, Dufrénoy, Boussingault, Damour, Des Cloizeaux, de Lapparent, Fouqué, Michel-Lévy, Munier-Chalmas.

LITHOLOGIE. — *a. Minéralogique* : Dolomieu, Bory de Saint-Vincent, Beudant, Boussingault, Damour, Des Cloizeaux, Fouqué, Michel-Lévy. — *b. Chimique* : Boussingault, Charles Sainte-Claire Deville, Damour, Fouqué, Michel-Lévy. — *c. Synthétique* : Fouqué et Michel-Lévy.

CRIME. — *a. Minérale* : Boussingault, Charles Sainte-Claire Deville, Damour, Fouqué, Hautefeuille. — *b. Organique* : Boussingault, Berthelot, Hautefeuille. — *c. Synthétique* : Berthelot, Hautefeuille.

PHYSIQUE. — Haüy, Beudant, Fouqué, Mallard, A. de Gramont.

GÉOLOGIE. — *a. Régionale* : Desmarest, Dolomieu, Brochant de Villiers, Beudant, Dufrénoy, Hébert, Fouqué, Grandidier, Mallard, de Lapparent, Michel-Lévy, Munier-Chalmas, Haug. — *b. Volcanique* : Dolomieu, Desmarest, Dufrénoy, Beudant, Boussingault, Charles Sainte-Claire Deville, Fouqué, Michel-Lévy. — *c. Stratigraphique* : Brochant de Villiers, Hébert, de Lapparent, Munier-Chalmas, Haug. — *d. Tectonique* : Dolomieu, de Lapparent, Michel-Lévy, Haug.

GÉOGRAPHIE PHYSIQUE, GÉODÉSIE, CARTOGRAPHIE. — Desmarest, Dolomieu, Bory de Saint-Vincent, Fouqué, Grandidier, de Lapparent.

GÉOGRAPHIE D'EXPLORATION. — Bory de Saint-Vincent, Boussingault, Grandidier. Il est à remarquer, en outre, que Dolomieu, Des Cloizeaux, Charles Sainte-Claire Deville, Fouqué ont été de grands voyageurs.

Fonte: Lacroix (1932, p. 9)

A descrição de cada personagem compreende uma extensa e rica narrativa biográfica, contendo fotografias e exemplos da caligrafia de cada um, como a reprodução de uma carta, por exemplo. Uma segunda parte da descrição apresenta o trabalho do biobibliografado, suas publicações, suas pesquisas e assuntos de interesse, acompanhada de uma crítica feita por Lacroix.

4.5.3 Dictionary of scientific biography de Charles Gillispie – 1970

Gillipse (1918-2015) foi um historiador da ciência estadunidense. Chefiou o conselho de editoração do Dicionário de Biografias Científicas. A obra foi posteriormente complementada pelo Novo Dicionário de Biografia Científica, e, atualmente, possui uma edição que aglutinou os dois dicionários, chamada Dicionário Completo de Biografia Científica. Tivemos acesso apenas a trechos da primeira edição e ao texto completo desta última, também pautamos nossa investigação na resenha de Felipe Costa (2009).

O Dicionário privilegia apenas as ciências exatas e da terra, contendo estudiosos e cientistas deste campo desde a Antiguidade. Cada entrada possui um registro biográfico sobre a personalidade, uma lista bibliográfica de seus escritos e a indicação de seus feitos científicos notáveis. Também está focado nas personalidades ocidentais. Oferece também uma perspectiva crítica sobre os pesquisadores e seus trabalhos. A lista bibliográfica é dividida em duas, a primeira diz respeito às obras do biobibliografado, a segunda refere-se a obras que falam do pesquisador ou de suas obras, chamada de bibliografia secundária.

O dicionário fala apenas de pesquisadores já falecidos.

4.5.4 Quem é Quem na Biblioteconomia e Documentação do IBBB – 1970

Desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, o Quem é Quem na Biblioteconomia e Documentação no Brasil, projeto

coordenado pela biblioteca do Instituto, traz uma perspectiva de *Curriculum Vitae* bem patente.

Pretendendo repertoriar todos os profissionais do campo da biblioteconomia e documentação ativos no Brasil, a fonte de informação se arranja em uma distribuição geográfica, ordenando cada grupo alfabeticamente. Apresenta, também, ao final, uma relação de profissionais trabalhando no exterior e um índice de sobrenomes para facilitar a recuperação.

O método para reunir as informações contou com a colaboração dos conselhos de classe regionais e também pelo envio de dados, via formulário, pelos próprios profissionais. Sendo assim, o próprio instrumento aponta para algumas omissões devido ao não preenchimento, ou não recebimento, desses formulários. Apresentam um resultado de mil trezentos e oitenta e seis respostas, tendo sido enviado dois mil formulários.

Um dos objetivos do Quem é Quem do IBBD seria “oferecer subsídios para uma análise dos recursos humanos no campo, disponíveis no mercado brasileiro” (IBBD, 1971).

As entradas se dão pelos sobrenomes de cada profissional, acompanhado de seu prenome precedido de vírgula. São descritos a partir dos seguintes dados: Cargo atual, naturalidade, endereço, formação profissional, cargos exercidos, trabalhos publicados, associações a que pertence, bolsas, viagens, congressos e outros eventos, e outros dados relevantes. Já apresentando uma estrutura de dados bem delineada, objetiva e concreta.

4.5.5 Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 1991

No início da década de 90 do século passado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, publica um dicionário biobibliográfico acerca dos profissionais do campo da História, da Geografia e da Antropologia.

O método de confecção do repertório deu-se essencialmente pela consulta ao arquivo da instituição, que continha dados úteis acerca de seus associados, e também por meio de envio de cartas aos membros. Vicente Tapajós, primeiro secretário do Instituto à época, afirma no prefácio que muitos biobibliografados escreveram eles mesmos seus verbetes, cabendo à instituição apenas dar forma ao texto, conforme a normalização aplicada aos demais. Ele também indica que, foram utilizados *curriculum vitae* e o Dicionário de autores paulista como fonte de informação. Agradece à chefe da biblioteca, identificada por D. Maura M. Corrêa e Castro pela contribuição.

Tivemos acesso aos seis volumes publicados pelo Instituto. O primeiro refere-se aos sócios atuais do IHGB, contendo, também, ao final, indicação dos sócios ilustres que não são necessariamente historiadores, geógrafos ou antropólogos. O segundo volume indica os sócios distantes, ou seja, os estrangeiros. Os outros quatro volumes dedicam-se ao repertório de sócios falecidos.

A entrada se dá pelo sobrenome em maiúsculas seguida do restante do nome do biobibliografado. É possível encontrar dados sobre data e local de nascimento, além de informações sobre a maternidade e paternidade de cada um, no caso das publicações endereçadas aos falecidos encontramos, em alguns casos, a data de falecimento e a causa da morte. Contém informações sobre a formação acadêmica e complementar de cada indivíduo. Consta também as conferências e congressos que participou, além de citar todas as publicações do biobibliografado. A lista bibliográfica consiste na menção do título e do ano de publicação. A lista também não pretende ser completa, em alguns casos de grande quantidade de publicação menciona-se apenas uma parte do todo. Apresenta-se, também, cargos e funções exercidos e prêmios recebidos.

4.5.6 Plataforma de Currículos Lattes do CNPq – 1999

O Currículo Lattes é fruto das experiências do CNPq - um órgão que possuía o IBICT¹¹, no nascimento deste, como uma unidade do próprio CNPq, ou seja, o IBICT, criador do Quem é Quem citado nessa obra era parte do CNPq - na reunião de dados curriculares de pesquisadores brasileiros, lançado em 1999. Podemos dizer que a história do IBBD é parte dessas experiências suscitadas pelo CNPq. O Lattes é atualmente o padrão de currículos utilizados no campo científico, como fonte de informação da vida pregressa e atual dos cientistas. É utilizada por diversos tipos de instituições como as científicas, as de educação e de fomento para diversos fins, mas principalmente como memória, como comunicação e para avaliação.¹²

O sistema é preenchido pela própria personalidade a que se refere, permitindo, portanto, a atualização corrente, a presença de autores vivos e uma certa autonomia na inserção de suas informações. O Currículo apresenta um espaço de resumo e de outros dados relevantes que podem ser caracterizados como espaços livres de autodescrição. No entanto, há que se falar em uma imposição de categorias e dados a serem preenchidos pelos sujeitos.

As categorias, chamadas de módulos pelo sistema, para descrição dos sujeitos são: dados gerais, formação, atuação, projetos, produções, patentes e registros, inovação, educação e popularização de ciência e tecnologia, eventos, orientações, bancas e citações. Cada categoria possui ainda diferentes entradas de dados. São ao todo 103 descritores possíveis, fora o resumo e a fotografia.

4.5.7 Síntese do discurso biobibliográfico no século XX

No século XX temos algumas inovações e um segundo deslocamento em relação ao funcionamento do discurso biobibliográfico na sociedade. A biobibliografia passa a ser instrumento de avaliação, não é mais a crítica ou a

¹¹ Cabe ressaltar que o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) foi transformado em 1976 em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

¹² Informações retiradas do site da Plataforma Lattes, coordenada pelo CNPq em 15 de outubro de 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>.

mediação do pensamento, mas a avaliação dos recursos humanos disponíveis que se coloca em questão.

A passagem de fontes de informação para sistemas de informação biobibliográfica é outra mudança que interfere diretamente na formação discursiva, tal como a pensamos. Vejamos que o biobibliografado, o sujeito, passa a participar dessa materialidade discursiva na medida em que responde a formulários ou se cadastra em uma plataforma. Ele se torna responsável pela oferta de informações que possam preencher os dados solicitados para sua própria descrição. Neste sentido, o sujeito é, em certos regimes, obrigado a participar do universo discursivo biobibliográfico de si. Portanto, o discurso biobibliográfico, de certa maneira, o obriga a assumir um certo grau de responsabilidade em relação a sua posição no *ranking* estimulado pela disputa no campo.

A multiplicação exponencial e a sistematização estruturada de dados, ou poderíamos até dizer de facetas, utilizadas para descrever, ou indexar, o sujeito autor, principalmente no campo científico é notável. Verifica-se também a relevante participação de profissionais bibliotecários na confecção de fontes biobibliográficas.

A questão estatística, numérica, toma conta do universo biobibliográfico. A vertente biobibliográfica que inaugura o século e que o fecha, de acordo com nossa seleção, é a da classificação dos sujeitos entre si. A escolha de certas características classificatórias legitima um processo de classificação destes sujeitos, podendo ser as características, topográficas, cronológicas e profissionais servindo às instituições administrativas do Estado. Mas também, pode ser uma característica de produção, ou ainda, de produtividade, servindo também às instituições administrativas estatais, no entanto a partir de um outro horizonte de pensamento e de discurso.

4.6 Síntese geral do discurso biobibliográfico ou uma comparação entre as formações discursivas

Primeiramente se coloca como substancial o reconhecimento de uma historicidade do discurso biobibliográfico. Não há inovação em sistemas ou fontes de informação que tratem do autor e de sua obra, de forma biográfica e bibliográfica. Queremos dizer que o início desse movimento informacional de reunião de pensamentos, doutrinas e textos, além de dados biográficos, como ocupação, formação e feitos, não se inicia com a possibilidade do digital. De certa forma, nosso recorte temporal nem permite estabelecer um marco inaugural, tendo em vista que no Renascimento, momento inicial de nossa pesquisa, a biobibliografia já estava lá.

Digamos ainda, que a biobibliografia, conforme uma arte (técnica em grego), *poiesis* (de criação), de repertoriar autores, de os descrever biograficamente e bibliograficamente, já está entre nós desde o século XVII em rede, na medida em que os autores destas fontes de informação recorriam a obras precedentes e análogas como forma de diálogo. Estas fascinantes obras se interconectavam, se citavam, se relacionavam, se atualizavam e se completavam umas às outras, claramente que as antigas exerciam esses efeitos sobre as novas.

A biobibliografia, para além de estar em rede, ela compunha a rede entre os autores repertoriados, mas também entre os autores das biobibliografias e os eruditos da época. É assim que a República das Letras no século XVIII se reconhecia, se informava sobre seus pares e suas ideias. É assim também que La Croix du Maine espera ter o reconhecimento dos eruditos de sua época, ainda século XVI.

O discurso biobibliográfico parece se comportar de diferentes formas. Desde o final do século XV até meados do século XVII o discurso parece funcionar a partir da noção de preservação da memória. A preservação dos autores célebres é uma questão moral, de glorificação destes indivíduos, principalmente nas obras biobibliográficas de cunho religioso predominantes no período. No entanto, a partir de meados do XVII até pelo menos o final do século XVIII, o discurso biobibliográfico toma, em certa medida, um caráter de mediador entre os autores e os estudiosos, facilitando o entendimento de suas obras e de suas vidas a partir de comentários. O conhecimento já é o foco dessas fontes, as críticas e os julgamentos acerca do pensamento de cada

autor já demonstra isso. No século XIX, estende-se sobre toda superfície biobibliográfica o imperativo, um tanto quanto duvidoso, da imparcialidade, os autores não são os únicos merecedores de notas, estão mergulhados em uma miríade de outras personagens. No século XX, o discurso biobibliográfico parece funcionar como uma estrutura que permite operações métricas e estatísticas.

Historicamente, podemos afirmar, baseados, em nossa análise e com a chancela de Malclès (1960) que a biobibliografia foi a forma predominante durante, pelo menos, três séculos de uma cultura bibliográfica pulsante. Foi somente no século XIX que a bibliografia enuncia os assuntos e não os nomes próprios, os textos e não os autores. A biobibliografia nesse período perde a predominância, fator que a nossa contemporaneidade de perfis digitais, de vigilância, de avaliações métricas individuais entre outras investidas parece começar a reavivar.

De uma perspectiva biblioteconômica, por excelência bibliográfica, o controle de homônimos, pseudônimos e possíveis equívocos em relação a escrita dos nomes na recuperação de um verbete já eram levados em consideração. Desde o século XVI, alguns autores de biobibliografia já se preocupavam com estas questões, mesmo que de maneira muito rudimentar. Relações de remissão entre entradas autorizadas e não autorizadas já estavam presentes nesse tipo de fonte.

Enquanto constituição de uma classe tida como especial, a biobibliografia representa e estabelece discursivamente, até meados do século XX, a partir de uma perspectiva monocrática, os indivíduos dignos de memória, participantes marcantes de uma comunidade, aqueles que devem ser lidos. Na constituição desse objeto, dessa comunidade, temos uma relação de conceitos, de argumentos, de noções que são atribuídas pelo discurso. Algumas dessas noções expressamente documentadas nas fontes analisadas são: ilustres, marcantes, iluminados, grandes homens, grandes feitos, glória, célebres e famosos.

A forma como esses enunciados se colocam no discurso biobibliográfico é outro ponto de lentas e contínuas rupturas. Até os fins do século XVIII só

encontramos obras essencialmente narrativas. Ou seja, o discurso biobibliográfico se tratava de uma narração bastante autoral acerca da biografia e bibliografia do autor ou do estudioso em questão. A partir do século XIX reconhecemos uma rejeição e uma condenação desta forma discursiva para o tipo de fontes de informação tratado. O enunciado objetivo, entendido como uma argumentação de pouco floreio, e direto são requisições recorrentes entre as fontes analisadas.

A história biobibliográfica se insere em diversos temas, ou poderíamos dizer em diversas comunidades. Eclesiásticos, eruditos, que escrevem em determinada língua, que nasceram em determinado lugar, que exercem determinada profissão ou ocupação. Ainda universais, regionais e nacionais. Com diversos recortes temporais. Gerais ou especializadas. A biobibliografia está dentro da temática bibliográfica e, portanto, herda dela um horizonte quase infinito de possibilidades.

No entanto, percebamos que a biobibliografia é feita por uma personalidade, seja ela uma pessoa ou uma instituição. O grau de objetividade com que se retrata determinado indivíduo ou determinada classe de indivíduo é muito comprometida quando se trata de um indivíduo produzindo isoladamente este tipo de fonte. Podemos verificar isso nas diversas acusações que um bibliógrafo fazia a seu par. É notório, tendo como base a análise empreendida, que, historicamente, a produção desse tipo de fonte por um indivíduo, ou seja, o discursar de um sujeito sobre outros sujeitos leva consigo um grau de subjetividade em demasia, a depender de quem escreve e sobre quem escreve. Essa subjetividade pode ser vista como uma subjetividade objetiva, sempre em função de uma noção de sujeito-objeto que norteia as escolhas, as classificações, dos poucos eleitos que devem constar nessas fontes biobibliográficas. Assim se fez a batalha entre católicos e protestantes na produção biobibliográfica de suas memórias. Não queremos, contudo, estabelecer a verdade objetiva dessas fontes, somente apontar que o discurso, sua ordem e seu poder, estão imbricadas nas questões de quem fala.

Desde Scardeone, no século XVI, podemos perceber uma vontade classificadora dos sujeitos. Ele afim de melhor apresentar, ou representar, os sujeitos os dispõe em classes de suas ocupações. Porém, não é só na

apresentação que a classificação dos sujeitos influi. O princípio de classificação percorre todo o universo biobibliográfico. Seja classificando os que são merecedores, seja estabelecendo classes que agrupem esses sujeitos, seja operando uma operação classificatória a partir de uma característica entre os indivíduos descritos. Ou seja, a biobibliografia além de ser composta por um processo de classificação da história literária como um todo, ela dá suporte desde o início do século XX para operações métricas, dos detalhes mensuráveis a que Lacroix (1932) chamou atenção.

O discurso biobibliográfico parece estar, ao longo de sua história arqueologicamente recomposta, sempre a definir os legitimados, as castas daqueles que possuem certa marca ilustre passível de um reconhecimento. Recorta no horizonte biográfico de todos os sujeitos portadores e construtores de saberes aqueles que lhes interessa a partir de sua ordem legitimadora, pois legitimada. No entanto, mesmo dentro desta constante ordem dos *hommes illustres* há micro deslocamentos que alteram a pragmática biobibliográfica, como pudemos verificar.

5 REFLEXÕES E APONTAMENTOS ARQUEOLÓGICOS DO DISCURSO BIOBIBLIOGRÁFICO

A arqueologia, como dito, não busca analisar a objetividade das proposições de um saber, mas as condições de existência que fizeram com que esse discurso fosse possível em determinada época e espaço. Como percebido em nosso corpus, o período temporal inicia no final do século XV e pretende cobrir, de forma não exaustiva, o hiato até o final do século XX. Não há um espaço definido rigidamente, temos fontes de vários países, Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Brasil, por exemplo. Então, poderíamos dizer que esta seria uma análise que tenta cobrir um possível espaço ocidental, novamente, não exaustivo. A impossibilidade, neste momento, de recobrir exaustivamente as fontes de informação biobibliográfica não prejudica a descrição discursiva específica desse material que elegemos.

Antes de entrarmos no solo propriamente arqueológico, apresentaremos algumas reflexões que são pertinentes em decorrência da tomada teórica do corpus analisado.

Se a bibliografia é metaestrutura, uma comunicação através de índices, conforme Sabba (2016), a biobibliografia estaria no mesmo nível dela. A diferenciação entre biobibliografia e bibliografia não se dá, portanto, no âmbito da epistemologia, mas no âmbito das formações discursivas que se pretendem. Da eleição do autor como entrada principal, da escolha de certos atributos, para além do bibliográfico, que permitem classificações outras. Queremos dizer que tanto a iniciativa biobibliográfica quanto aquela que chamamos de repertórios bibliográficos constituem-se como metaestrutura de índices. A noção de catálogo para a catalogação como um mediador entre o acervo e os usuários, também é percebido no íterim da biobibliografia. Sendo assim, as noções catalográficas pertinentes à bibliografia, historicamente, também, se aplicam às fontes biobibliográficas. Como pudemos ver em Simon (1692) já havia um interesse na mediação bibliográfica através da descrição de autores. Ou seja, não é em uma epistemologia histórica que se verá em que podemos diferenciá-las. O mesmo se aplica às considerações de Crippa (2014) e

Menezes (2015), a noção de guia ou de mapa a direcionar a leitura, ou o acesso ao conhecimento, também está presente em um possível pensamento biobibliográfico. O mesmo Simon (1692) indica que uma das missões de sua *Nouvelle* é apresentar as ideias do autor para que se possa facilitar o entendimento de alguns autores, tidos como difíceis, para uma comunidade de aprendizes. E toda a noção de autores ilustres determina uma seleção a nível discursivo dos autores que devem ser lidos, um guia.

Podemos falar, conforme Lara (2018) em bibliografia enquanto disciplina e campo do saber, mas também do produto bibliográfico, o repertório. Também, nós podemos dizer que, há um discurso biobibliográfico, e este é dominante no saber bibliográfico, entre os séculos XV e XVIII, apoiados também por Malclès (1960). No entanto, o produto da biobibliografia é uma diversidade de fontes de informação que não se dão uma unidade nominal, como é o caso da bibliografia ou do repertório bibliográfico. Queremos dizer que não podemos reconhecer a biobibliografia através do título, ou do nome, de um gênero reiteradamente expresso em fontes de informação. Apesar de podermos reunir essas fontes sobre a alcunha biobibliográfica. Não há, e isso ficou claro na nossa análise, nos títulos selecionados, uma padronização, ou linearidade sistemática, nos títulos dessas biobibliografias. Queremos dizer, o discurso biobibliográfico não pode ser reunido em sua pluralidade através de um título comum e único entre as fontes de informação. Apesar disso, é notório a concorrência de modos discursivos plurais de padronização biobibliográfica dos nomes próprios. É dessa concorrência, dessas relações, que podemos ver emergir, do mar de fontes de informação, encontradas na Modernidade, um certo discurso biobibliográfico. O termo biobibliografia não se consolida como um signo para elas. O único lugar onde podemos reconhecer a biobibliografia, e daí a isolarmos em uma unidade analisável é na própria formação discursiva que lhe é peculiar. Ou seja, é na superfície discursiva dispersa em diferentes fontes de informação que podemos encontrá-la.

E a partir disso, finalmente, podemos reconhecer uma biobibliografia em comparação com um repertório bibliográfico. Na biobibliografia, o nome próprio do autor, ou qualquer outro signo utilizado para individualizar uma vida, é o principal índice. É o nome próprio dos autores que se constituem de um roteiro

sistemizado, ordenado, daquilo que a fonte de informação proporciona. É na ordenação, da instauração de uma ordem, dos nomes próprios que se forma o roteiro bibliográfico, ou do pensamento, ou das ideias ou das teorias do autor. A bibliografia, não enquanto disciplina, ou enquanto pensamento organizador, mas enquanto formação discursiva, que possui a obra como índice, seu assunto ou seu lugar de publicação, essa só vai tomar a centralidade do saber bibliográfico a partir do século XIX.

Uma das constatações que podemos retirar desta pesquisa é a existência da biobibliografia enquanto formação discursiva, e que esta, sem dúvidas, compõe o saber bibliográfico. Deste saber bibliográfico, cujo início é difícil determinar, e que, certamente não nasceu na modernidade, podemos dizer que há uma ruptura na sua formação discursiva entre o fim do século XVIII e começo do XIX. Essa ruptura obscureceu os índices biobibliográficos e iluminou os livros, as obras, dando maior positividade a bibliografia sistemática como a conhecemos hoje. Alguns elementos que podem ter alterado o curso dessa formação serão abordados nesta seção.

Índice, guia e mediador são noções sobrepostas à noção biobibliográfica. No entanto, elas só são válidas na medida em que pensarmos que a biobibliografia, primariamente, exerce seus efeitos nas vidas, nos indivíduos, através dos nomes próprios descritos. Os efeitos biobibliográficos, enquanto discurso, estão sobre os sujeitos é neles que se exerce o poder do discurso. A construção de repertórios bibliográficos seria, assim, um efeito de superfície discursiva da biobibliografia. É a partir da seleção política, no sentido de intervenção na *polis*, das vidas que formaram para o bem e para o mal os roteiros ordenados de termos (nomes próprio) de uma comunidade, ou de um grupo de pessoas, que se dá a formação discursiva que determinamos biobibliográfica.

Nesse entremeio entre representação, comunicação e instituição da figura de uma comunidade que a biobibliografia exerce seu papel social e político. Seu efeito histórico e material está justamente nessa demarcação de um grupo, de uma classe de autores, que por si só já classificam discursos. Por isso, acreditamos que muitos eruditos entre os séculos XVI e XVIII se preocupam em montar biobibliografias referentes às instituições que fazem

parte. É devido a esse poder instituidor, representativo e comunicador que toda a biobibliografia conjura para si. Vejamos que a biobibliografia jesuíta de Alegambe (1643) foi publicada logo após o primeiro centenário da ordem.

Esse discurso desapareceu em algum momento entre os séculos XV e XX? Afirmamos que não. Seus enunciados continuam dispersos em várias fontes de informação, em documentos civis, em registros institucionais e, ainda, na rede de internet. É claro que, aqui só analisamos fontes de informação, este foi nosso objeto, e mesmo assim, com algumas lacunas, podemos insistir que a biobibliografia, enquanto formação discursiva, não deixou de existir. O que mudou? Sua posição dentro do saber bibliográfico. Como dissemos, as formas como os bibliógrafos, predominantemente, enunciavam os repertórios do conhecimento é que mudou. A forma dominante era biobibliográfica até o fim do século XVIII, como podemos verificar com Malclès (1960), posteriormente essa forma muda e passa a trabalhar de outra maneira. Ressaltamos que toda a nossa análise está pautada nas indicações malclesianas de história bibliográfica, funcionando como uma bibliografia de bibliografias. Sendo este uma limitação de nossa análise, e, portanto, de nossas conclusões.

Porém, após o século XVIII, a biobibliografia não desaparece, ela transita por outros campos discursivos, da história literária à administração de recursos humanos em regimes que levem em consideração a função autor, como o caso da ciência. Ou seja, não podemos dizer que houve uma evolução do discurso biobibliográfico para um discurso puramente bibliográfico, a partir de um possível desenvolvimento epistemológico. Não, o saber bibliográfico se altera devido às rupturas históricas no campo do conhecimento, provocando nas diversas formações discursivas que sua epistemologia permite deslocamentos que, ora privilegiam um determinado seguimento, ora outro. A busca pela imparcialidade tal como observamos, proposições de algumas fontes de informação, e, ainda, a dissolução da República das Letras e a institucionalização do conhecimento em departamentos temáticos, são condições de possibilidade dessa ruptura na formação discursiva do próprio saber bibliográfico. No entanto, a centralidade que um sistema como a Plataforma Lattes consegue imprimir na dinâmica de produção do conhecimento, em um país com as proporções do Brasil, e ainda, a

interatividade dessa plataforma com outras internacionais, dão prova que a biobibliografia não está morta, ou ainda que ela está mais perto do que pensamos. Não podemos afirmar que a biobibliografia seja tendência predominante nos próximos tempos, ou que ela tomará forma novamente no centro do discurso bibliográfico nos próximos tempo, tal como fez Foucault em relação ao desaparecimento do “homem” da episteme. Isso seria uma espécie de adivinhação, ou de suspeita sem base empírica. Mas o que podemos afirmar é o não desaparecimento da biobibliografia e a realidade de seus efeitos não tão pequenos.

Conforme Ménguez (2000), a biobibliografia contemporânea só pode ser pensada pela perspectiva da obra. Ela reúne, não mais autores, mas obras em que seus autores possuam alguma característica em comum. Percebamos o deslocamento discursivo presente nessa impetração. Não são mais os autores os objetos do discurso, são as obras, mesmo que as organizemos por um índice de nomes de autores, é o repertório dos textos que desejamos. Essa construção discursiva é totalmente diversa da formação do período anterior. Os termos, predominantes, inclusive nos títulos das obras são autores, escritores, estudiosos (*savans*), são classes de pessoas. O saber bibliográfico tomava para si os sujeitos como objetos de descrição, tanto que a descrição biográfica era ponto central das fontes, tanto que a narrativa englobava a vida e a obra, que muitas vezes não estava separada da vida do autor.

Sobre o controle bibliográfico, o único ponto de inovação é a real possibilidade de um controle universal. O controle bibliográfico já era feito, conforme a capacidade e condições tecnológicas de cada período. Quero dizer, o controle bibliográfico, mesmo que de maneira rudimentar e não consciente, foi desempenhado pelo saber bibliográfico, seja ele dominado por uma ou outra formação discursiva. O discurso biobibliográfico do século XVI, ao nosso ver, desempenhou tão verdadeiramente o controle bibliográfico de seu tempo como desempenha hoje a Biblioteca Nacional, guardadas as devidas condições históricas daquela época. O enunciado geral que cobriu toda aquela formação discursiva de autores que deviam ser lembrados, conhecidos e lidos por sua notoriedade, por seu caráter ilustre era também um controle bibliográfico, discursivamente biobibliográfico. Claro que a arqueologia daquela formação

discursiva se ocupará de demonstrar como ao falar da mesma coisa e com os mesmos objetivos, diziam coisas tão diferentes entre si.

Vejamos que o controle bibliográfico universal instituiu um modelo numérico para identificação dos livros publicados. Creio que se ainda estivéssemos no século XVI, e a digitalização, dígito, das coisas estivesse ferozmente instituído no pensamento daqueles bibliógrafos, com certeza o número seria ofertado aos autores. Ou seja, se a digitalização, no sentido de identificação a partir de um número, fizesse parte das regras de formação discursiva do saber bibliográfico no século XVI não teríamos um ISBN para livros, mas sim, provavelmente, um número único e universal para autores. No entanto, essa possibilidade não está tão distante de nossa realidade. O próprio Currículo Lattes atribui um identificador numérico para cada um de seus sujeitos. Esse sistema também se associou recentemente a pelo menos um sistema internacional de identificação de pesquisadores. Como estes autores da ciência, suas vidas e suas obras, estão sendo descritos por eles mesmos, a partir de uma imposição de dados controlados, estão sendo identificados ou individualizados? A partir de seus nomes, em primeiro lugar, mas para o sistema e/ou para a disseminação ou divulgação, quero dizer para compartilhar aquelas informações, distribuimos um endereço da web (um link) que na verdade é composto pelo nosso *digital identifier*. Acho que podemos afirmar que esses instrumentos estão, de forma silenciosa, operando um controle biobibliográfico universal.

Na representação descritiva, os enunciados biobibliográficos funcionam em catálogos biobibliográficos, tal como definidos por Cruz (1994), e no controle de autoridades, na produção de cabeçalhos para pessoas. É interessante observar que François Grudé, em 1584, já tinha preocupações em captar todas as tentativas de busca, por isso apresentava variações do nome de uma mesma pessoa e remetia o leitor para o nome atribuído como correto. Então, poderíamos dizer, desde o século XVI, no âmbito do discurso biobibliográfico já temos na superfície do discurso esse objetivo. Portanto, as indicações de Cruz (1994) sobre objetivos de um catálogo biobibliográfico já estavam postas naquele período. Aquilo que vemos nos códigos de catalogação que se desenvolvem na modernidade é justamente essa

normatização. Outra questão de representação são os itens descritos e que podem ser considerados constituintes da obra de um autor. A consolidação e expoente máximo dessa diversidade documental são as dezenas de dados que são passíveis de inserção no Currículo Lattes. Mas essa diversidade, anterior ao movimento documentalista, já está no universo bibliográfico do início da Modernidade, e isso também se verifica pela questão biobibliográfica. Se nos séculos anteriores, a obra era composta apenas pelos livros publicados pelo autor, ela passa agora a compreender outros diversos elementos institucionalizados. Se a biografia era contada em forma de narrativa, atualmente, ela passa a ser construída por diversos dados estruturalmente organizados.

Se na representação descritiva o enunciado biobibliográfico se manifesta a partir de cabeçalhos, pontos de acesso e catálogos, no campo da classificação ele se apresenta em outras configurações. O autor aqui é uma classe, que deve ter suas características bem descritas. Ele está reunindo um conjunto de textos, tal como percebido por Foucault. Isso quer dizer que tendo as obras como unidades básicas de um último renque da cadeia de classificação, temos de forma ascendente os nomes dos autores e, posteriormente toda chance de arbitrariedades inerentes ao processo classificatório, como autores científicos do Brasil. No entanto, percebamos que, na história discursiva biobibliográfica demonstrada em nosso corpus, o ordenamento dos autores classificados sempre se apoiou em elementos discursivos e não discursivos para sua composição. Desta forma, não é apenas a arbitrariedade ou a naturalidade do processo classificatório que controla esse discurso. Vejamos, por exemplo, a luta política na constituição das biobibliografias na época da Reforma Protestante e Contra Reforma, como o discurso se vale de conceitos religiosos para recortar o universo possível de autores tratados. Está na arqueologia do discurso biobibliográfico a seleção. A seleção, sempre política, que classifica (“rankeia”) os termos (no caso os nomes próprios dos autores, ou a própria figura autoral), que estão dentro do horizonte possível do discurso, comungam da legitimidade discursiva. E aqui, claramente, estamos nos valendo das colocações metodológicas foucaultianas que validam elementos não discursivos para a formação do discurso.

A partir de Langridge (2006), Piedade (1983) e Vignaux (1999) podemos discutir a própria classificação biobibliográfica. Interessante observar que, a própria origem etimológica de *classis* remete à classificação de grupos de pessoas no contexto do império romano. Seguindo a visão de Vignaux (1999) abre-se um lastro para os perigos que a classificação de pessoas pode gerar se levada ao extremo a partir de visões preconceituosas. Pensemos como a visão do outro sobre nós, uma visão hierarquizada que deseja descrever os “de baixo” a partir do olhar dos “de cima”, ou ainda, o nosso olhar sobre o outro, pode instituir uma ordem devastadora, para nós e para os outros. Acredito que a maior extremidade desse tipo de classificação se deu no holocausto nazista do século passado. Ali, naquele contexto, a biobibliografia assume sua potencialidade mais devastadora, uma lista de nomes do mal. A identificação, descrição, classificação e marcação de classes de pessoas foi um elemento que possibilitou as crueldades sem precedentes na história da humanidade. Não só judeus foram perseguidos, como alguns muitos podem pensar, comunistas, ciganos, homossexuais, deficientes físicos e mentais e opositores também foram perseguidos. O que são essas palavras que dão ordem a um mundo que por si só não se organiza? No discurso biobibliográfico, índices, classes de pessoas, conceitos que estabelecem uma ordem na comunidade de seres humanos. A reflexão teórica acerca da classificação nos faz pensar a biobibliografia como instrumento de classificação de pessoas. Sem dúvida, seguindo as indicações de perigo no livro vignauxiana, consideramos a iminente delicadeza da questão classificatória de pessoas, sejam elas autoras ou não. No entanto, consideramos a questão do autor peculiar. Este, como já discutido, não é um nome próprio comum, temos conhecimento deles pelo seu encontro com as relações de poder da autoria, pelo controle que, socialmente, fazemos de suas obras, pela responsabilidade pelos seus escritos. Há uma materialidade discursiva, socialmente tomada, que gera efeitos de realidade. Se há uma ordem discursiva que controla o que pode ser dito, há ainda mais interesse na identificação e classificação desses indivíduos que tomam a posição de sujeitos do discurso.

Toda classificação é interessada, da mais geral e mais complexa até a mais simples e mais específica. Por isso, a classificação, por si só, já opera um

recorte, ela já institui verdades, já demanda proposições legítimas anteriores ao ato classificatório. É do *a priori* histórico, que se retira as condições de existência do enunciado biobibliográfico classificador. São as regras anteriores ao discurso, aquelas que determinam a forma específica de ser do próprio discurso. É a partir desse *a priori* histórico que os discursos podem emergir, podem coexistir e podem se deslocar ou desaparecer. Sendo assim, acredito, nem toda classificação é possível, pois, como vemos na Enciclopédia Chinesa, há certos limites que o discurso não pode ultrapassar. Aquela certa relatividade de Langridge (2016) apoiada apenas no propósito da classificação, e na sua avaliação como mais ou menos adequada, para nós, está, anteriormente e mais fundamentalmente, apoiada nas regras de formação do discurso. No caso da biobibliografia essas regras de formação dependeram dos objetos que são delimitados discursivamente, dos conceitos que eles trabalham, do campo enunciativo em que está inserido, do sujeito do discurso e da forma enunciativa. É da relação discursiva que se estabelece entre essas diversas regras que o discurso biobibliográfico, em sua representação e em sua classificação, pode funcionar em um regime discursivo, pode, enfim, produzir seus efeitos.

Se interessada e apoiada em um *a priori* histórico, para cada formação biobibliográfica há um conjunto de objetos, de temática, de conceitos e de formas que cabe àquela formação. São nas suas diferentes formações discursivas que podemos perceber a unidade que tratamos por biobibliografia. Nas suas diferenças que podemos reconhecer uma história de descontinuidades, rupturas, em diferentes níveis discursivos.

O demônio da classificação tal como nos apresenta Vignaux (1999), ou seja, seu lado sombrio, é justamente categorizar as pessoas, avaliar seus atos, e atribuir-lhes atividades distintivas. Isso acontece tanto no senso comum, que acredito ser o principal alvo de Vignaux, mas também acontece quando se pretende certa cientificidade ou teoria filosófica. A história do discurso biobibliográfico, que transita entre senso comum e ciência, é a prova viva disso. É claro que a classificação é necessária para ordenar o mundo, e, também, é evidente a sua necessidade se quisermos agir no mundo. No entanto, os

perigos latentes nessa tarefa exigem a verdadeira vigilância ética dessas questões.

É da manipulação dessas regras na prática discursiva que os enunciados biobibliográficos podem produzir-se de maneiras e causar efeitos diversos. Mas, no subsolo arqueológico discursivo da biobibliografia encontramos sua unidade. É da variação no manuseio e da articulação particular e única dessas regras por cada formação discursiva, que em certo tempo só puderam existir biobibliografias sobre membros do clero, ou que indexavam mais autores reformistas, ou que só continham autores da ciência, ou em que autores estavam ordenadamente junto a outros sujeitos. Nas regras que formam o discurso estão os segredos de seus recortes.

O império do autor, ou ainda, essa monarquia ainda vigente está amparada em todos os movimentos biobibliográficos que se possa ter na representação e organização da informação bibliográfica. O discurso biobibliográfico ele tem uma origem, segundo o corpus, na Modernidade, relacionado a um universo de nobreza – monarquia - e famílias reais – genealogia -, e, portanto, ao espírito de consagração desses nomes próprios eleitos para sentar-se no trono de um verbete biobibliográfico. Em grande medida, em uma análise econômico-política e interseccional, esse trono continua existindo, sob novos regimes de informação, através de novas formas de exclusão e de eleição de poucos sujeitos ditos e assim socialmente constituídos eleitos, ilustres, notáveis. Quer-se dizer que os enunciados biobibliográficos dispersos em diversos instrumentos, práticas e discursos, dentro do saber bibliográfico, não apenas funcionam como elementos de mediação dos saberes, como metaestrutura, eles também são a formação da própria estrutura, eles dão a ela uma forma. Portanto, podemos entender que a biobibliografia, assim como outros instrumentos bibliográficos, estão na ordem discursiva e, sendo assim também participam das relações de poder que pretendem enunciar uma verdade, que pretendem dizer o que é a realidade. Ela é intimada pela ordem do discurso, pelos seus métodos de controle, a dar a sua versão de mundo organizado. É assim que diferentes fontes de informação, a depender da discursividade estratégica que desejam instituir no mundo, não por uma subjetividade do indivíduo autor, mas pela sua lacuna

ocupada de sujeito determinado pelas regras discursivas e não-discursivas inerentes a sua posição. Assim que um bispo ou cardeal instituíram um determinado grupo de autores ilustres para suas biobibliografias e tiveram determinada formação discursiva para falar deles. Já os eruditos a serviço da monarquia não podiam construir discursivamente seu objeto sem levar em conta sua posição, sem mencionar a figura de Vossa Majestade, sem fazer dos eruditos, os eruditos de uma nação, sem fazer de seus objetos marcantes a figura do reino e de seu senhor. São regras do discurso que se fazem a partir do próprio discurso. Da mesma forma, os *savans* que determinam sua imparcialidade em relação aos sujeitos biografados, eles só podem assim fazer, pois estão dentro do círculo discursivo da ciência nascente, do projeto matemático cartesiano.

Outro ponto marcante que podemos indicar nessas fontes é a relação entre elas mesmas. A citação dessas obras precedentes indica para nós uma certa consciência de grupo, pelo menos, em formação. Por exemplo, Gesner e Bale citam e se utilizam da obra de Trithêmius, Dom Remi cita Trithêmius e Dupin, Marchand cita o trabalho de Bale. Queremos dizer que havia entre estas obras um certo caráter de continuidade do trabalho precedente. Havia a indicação de uma unidade entre os projetos desses eruditos. Esse trabalho se dava através de uma perspectiva ou de atualização, ou de ordem discursiva.

A episteme renascentista do comentário e das similitudes pode ser encontrada entre as regras biobibliográficas observadas no corpus. É através das similitudes que Esculápio e Apollo estão presentes no Catálogo de Brunfels (1530). Por mais que estivesse óbvio para ele a natureza mitológica dessas personagens, o discurso não poderia deixar de citá-los, eles estão na ordem da medicina. Neles vê-se a marca similar às demais personagens arroladas. A predominância de alguma característica gloriosa nos títulos indica, igualmente, a intenção de reconhecimento de uma marca que garante a estes autores uma similaridade. As marcas percebidas em cada autor citado nas biobibliografias do século XVI são *illustrium*, *claris* e *renommez*. O reconhecimento dessas marcas está entre as regras de formação dos objetos biobibliográficos, ou seja, os nomes próprios de cada autor. Por isso, também, é comum ao discurso atribuir muitos elogios às personagens, tendo em vista a necessidade de expor

essa marca de similitude entre elas. Além dos elogios, temos também os títulos de nobreza que demarcam essa marca diferencial desses personagens destacados.

O que permite o discurso biobibliográfico no século XVI é a marca ilustre que as personagens podem apresentar a partir de suas biografias. O que o discurso constrói nessa época é justamente a imagem moral e moralizante de personagens que são percebidos como ilustres. Os títulos de seus trabalhos se ligam a eles como que características que compõem a imagem do sujeito. Seja pela lista de títulos ou pela indicação narrativa deles, a ideia é que eles se apresentem como parte do sujeito em questão.

A partir de meados do século XVII essa formação discursiva começa a se diluir em nova formação. A ideia de uma atribuição de marcas notáveis ao autor começa a desaparecer da ordem do discurso. Alegambe, por exemplo, já começa a pensar os autores na forma de um quadro que os represente, vejamos o modelo de nomes em chave que ele possibilita. As ideias de *nouvelle* (notícia), que começam a aparecer a partir de Simon (1692), alteração da superfície discursiva que, certamente, indica uma alteração da ordem de formação do discurso. A noção de notícia também aparece em Dupin (1693) e Bayle (1697), a partir dela é que podemos pensar em uma biobibliografia voltada para, o que chamaríamos hoje de objetividade. Ou seja, o discurso biobibliográfico aqui está no campo da racionalidade, tenta representar com precisão as coisas que descreve. É na noção de representação de uma comunidade, como a República das Letras, ou dos autores que escreveram em francês, que podemos ver se desenrolar o discurso biobibliográfico dessa época. Também, vemos aparecer alguns aparatos biobibliográficos para que se possa bem representar esses autores, como o argumento da imparcialidade.

Outra noção entrara para a formação do discurso biobibliográfico da época, trata-se da relação com a crítica, com os julgamentos. Não utilizamos a palavra juízo para que não venhamos a confundir com a noção kantiana de juízo. Os julgamentos são comentários que deveriam ser inspirados por uma espécie de racionalidade. Esses comentários eram tecidos pelos próprios autores que expressavam suas razões acerca dos autores, das teorias e das obras que cada um deles representava.

Se nos séculos XVI e meados do XVII a memória de homens ilustres é o que possibilita o discurso biobibliográfico, principalmente dos eclesiásticos, acostumados com uma cultura de glorificação da Igreja, no final do século XVII e no XVIII a intenção de uma representação da realidade é o alicerce discursivo. Em questão arqueológica é assim que se formam os discursos. A linguagem em forma de comentário, como postulou Foucault (2016), se manifesta no discurso biobibliográfico. A marca ilustre reconhecida nos autores a serem repertoriados, a forma narrativa que reconhecemos era o que permitia as similitudes, como o exemplo citado de Esculápio e Apolo. A linguagem da representação na episteme clássica é percebida em nosso corpus, entre os séculos XVIII e XIX. Se coloca a partir das noções de notícias, de dicionário e, até mesmo, uma noção de imparcialidade. A biobibliografia do período tenta constituir a partir de uma racionalidade, que critica e que julga, os monumentos aos autores da época. O que permite a essas biobibliografias juntar estes autores é a própria noção de crítica e da formação de um juízo sobre as teorias que suas obras veiculavam. A noção de dicionário biográfico, justamente, coloca os autores na mesma condição que outros personagens, ideia de um quadro geral das personagens.

No século XIX, como muito mais ênfase, a imparcialidade se mostra o conceito chave que autoriza o discurso biobibliográfico. A objetividade é tida como o discurso sem floreio, sem elementos retóricos, o objetivo é a constituição de um discurso direto, que apresente definições. Por exemplo, em Delandine e Mayeul-Chaudon (1821). A equiparação do autor a outros personagens, como militares e políticos, permite que o discurso biobibliográfico se apresente no campo da história geral. No campo bibliográfico assume o discurso focado na obra, nos livros dos autores, essa personagem perde a centralidade como objeto do discurso.

A partir do século XX, temos uma nova formação discursiva biobibliográfica, a obra e a vida dos sujeitos passam a ser mensuráveis. O discurso os descreve em unidades passíveis de serem contadas. O objetivo é fazer com que os dados sejam dispostos estatisticamente, a ordem que o discurso instaura é das métricas. Não é mais a narrativa dos personagens semelhantes por possuírem uma marca ilustre. Nem tampouco um discurso

que busque representar fielmente a realidade biográfica e bibliográfica de um autor em meio a outras personagens históricas. O que vemos aparecer no século XX é uma estrutura de dados descritivos que são atribuídos aos autores. Os autores, portanto, passam a existir em uma massa documental, ou em uma rede de informações, somente a partir desses dados.

Há aqui algumas consequências o sujeito continua a ser objeto do discurso biobibliográfico. Mas não é mais em sua completude e integralidade, ou seja, não é mais por inteiro. Apenas alguns recortes materializados por essa estrutura de dados descritivos é que interessa ao discurso demonstrar. É muito mais rígido, direto e exposto as características em que os indivíduos devem se encaixar para que possam entrar em uma classe que se apoia em gradações. A ordem que se coloca entre um sujeito e outro é a mensuração entre esses dados descritivos. É na apuração estatística entre aqueles que mais possuem certa característica classificatória que podemos estabelecer uma ordem entre os sujeitos. Pensemos, principalmente, no projeto do Currículo Lattes, não há quase nenhuma liberdade na sua própria descrição. Cada elemento cadastrado se torna um dado, no sentido de poder ser quantificado. O próprio sistema, na maioria dos elementos, estabelece uma lista numérica de quantidades.

Outra questão é a própria interdição do discurso nessa formação discursiva, ela se dá de outra maneira. Nos séculos anteriores, nós tínhamos a figura do bibliógrafo como um erudito que dedicava parte de sua vida para reunir essas informações em uma grande publicação. No período do século XX, nós podemos verificar que as instituições passam a se responsabilizar pela emissão desse discurso. São interesses estatísticos do Estado. Nesse momento, tem-se uma certa ilusão de que os autores estejam se descrevendo, como em uma conquista de liberdade do falar de si. No entanto, não é assim que enxergamos esse modelo formativo. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ambos institutos nacionais, produziram suas fontes de informação a partir de envio de formulários e da acareação de informações em conselhos de classe. A própria noção de formulário, que poderíamos aplicar também ao Currículo Lattes,

impede que pensemos em liberdade de descrição, na verdade o que temos nesse modelo biobibliográfico é outra forma de inquérito.

Em resumo, pudemos observar três formações discursivas da biobibliografia. A primeira se concentra na narrativa de personagens reconhecidos como ilustres. A segunda tenta tecer uma representação fidedigna entre o discurso biobibliográfico e a realidade objetiva de cada indivíduo. Por fim, no século XX temos a biobibliografia como um discurso que recorta o sujeito, o coloca em uma perspectiva mensurável.

Por sua vez, no século XXI, entendemos que o sujeito é ainda mais facetado em dados e jogado no mercado de talhe da sociedade dos dados, no universo das redes sociais, tendo, pois, a conceituação de mensuralidade atingindo se não o seu ápice, uma de suas formas mais incrivelmente assustadora de controle. Através da análise de dados biobibliográficos da vida dos sujeitos em redes sociais como Facebook e Instagram, Twitter e LinkedIn, o sujeito é medido e controlado por uma impressionante economia política da biobibliografia, ou seja, seus passos digitais são totalmente registrados por algoritmos que transformaram o discurso biobibliográfico em uma enorme cadeia simbólico-matematizada de construção e de manipulação do real. Em outros termos, a biobibliografia algorítmica simplesmente dirige – no sentido cibernético, da teoria do piloto segundo Wiener – aquele que o discurso do discursante dirá, incluindo a sua escolha por um voto político, vide as eleições da década de 2010.

Podemos perceber como nos séculos XVI e XVII ser reconhecido como ilustre era fazer parte de uma comunidade do saber. E como essa estratégia se altera para uma questão crítica de representação fidedigna dos sujeitos. E, recentemente, no século XX, o que faz o sujeito ser percebido como sujeito ilustre e, portanto, fazer parte de uma elite do discurso do conhecimento é sua mensuração a medição de seus escritos. A comparação, ou a classificação desses indivíduos em categorias como de produtividade e de impacto na comunidade são a chave para inserção de seu nome nessas listas da elite ilustre do saber.

O que se percebe com mais ênfase é a permanência histórica de uma elite, de um grupo classificado e ordenado, pelo menos na superfície do discurso, visto que essa ordenação, nem sempre, se faz presente no mundo real. Há nessa descontínua história biobibliográfica a permanência do entendimento de que há um grupo renomado de sujeitos autores do conhecimento que deve ser seguida mais de perto, que merecem mais atenção que outros membros do grupo. É essa definição, essa dicionarização, da comunidade intelectual, e, portanto, bibliográfica que cumpre ao discurso biobibliográfico selecionar, classificar e controlar no decorrer do período que estudamos. Ela tece simbolicamente no real a realidade histórica de efeitos verdadeiros sobre uma camada de sujeitos autores, os privilegia em certo sentido. É, assim, o próprio exercício do poder.

Se anteriormente esse poder era exercido no contexto histórico, da glorificação daqueles que estiveram antes de nós, como são os repertórios biobibliográficos eclesiásticos estudados, e passando por uma comunicação e racionalização do presente, no século XX, o que encontramos é o poder institucional de reconhecimento e de agenciamento dos indivíduos. Se antes era comum que essas obras referenciais pudessem ter uma autoria pessoal com certo poder de falar sobre o outro, passamos pelas autorias institucionais, onde instituições tomaram para si o poder de verificação acerca de seus sujeitos, mais recentemente percebe-se que uma certa autodescrição em formulários específicos e amplamente aceitos e exigidos é que se torna o modo de biobibliografar a si. Centralmente, as instituições são capazes de legitimar esse tipo de fonte. Ou seja, queremos dizer que houve um deslocamento nas regras que formam o sujeito do discurso. Anteriormente, bastava que o autor pertencesse ao grupo para que pudesse ter acesso a esta memória biobibliográfica. Recentemente, passamos pelo autor institucional aquele que buscava representar sua nação, sua classe, até que chegamos a uma espécie de biobibliografia em que a própria noção de autoria desta fonte de informação pode ser questionada. Quero dizer, o questionamento acerca da autoria de um Currículo Lattes é no mínimo complexa, tendo em vista que não sou eu que escolho o que quero colocar, visto que há uma estrutura de dados possíveis, obrigatórios ou não, exigidos ou não, mas também não posso dizer que o

CNPq seja autor do meu Currículo Lattes, visto que sou eu quem coloco as informações no sistema.

A institucionalização estatizante exponencial da ciência vivida no século passado, alterou em muito a forma como o discurso biobibliográfico nesse nível é possível. O sujeito do discurso não é mais uma pessoa erudita autorizada por sua vivência e por suas pesquisas para falar de uma comunidade específica. Não, agora são as instituições que devem inquirir seus sujeitados sobre aquilo que precisam e/ou querem saber, é ela que os obriga a falar. Essa responsabilidade, para não dizermos autoria, institucional, no âmbito das instituições privadas, apresentam questões de extrema sensibilidade dentro e fora do campo científico. Queremos dizer que fontes biobibliográficas podem, e de certa maneira já o são, ser usadas como instrumento de dominação e de poder para além dos seus objetivos originais de comunicação e memória. É claro que, de certa maneira alguns sujeitos nos tempos mais distantes possuíam alguma autoridade ou instituição que lhes garantisse o direito ao discurso, como um rei ou um bispo, a monarquia e a Igreja. No entanto, a positividade biobibliográfica advinha da pena de um sujeito que em sintonia com os discursos dessas instituições aplicavam uma ordem e descreviam seus objetos. Dinâmica discursiva muito diferenciada dessa contemporânea que descrevemos.

A biobibliografia a partir do século XIX trouxe a oportunidade de uma ideia de universalidade, de alcance geral. A ideia de ser possível recobrir biograficamente todos os indivíduos. A classe dos ilustres deixa, pouco a pouco, de ser aquela única classe interessante ao discurso biobibliográfico, vejamos que no Dicionário Universal de Chaudon e Delandine (1812) era possível encontrar não só aqueles que deveriam ser lembrados, como os virtuosos e os talentosos, mas também aqueles que deviam ser esquecidos, como os criminosos e os errantes. Espécie de poder positivo-negativo; positivo, pois o inclui no repertório; negativo, tendo em vista que ele não entra pela mesma via da glorificação que os demais personagens biobibliografados. Se por um lado temos grandes literários, por outro os assassinos que devem ser esquecidos também se encontram presentes. Ora, vejamos que essa noção de universalidade só é possível pelo encontro dessas vidas infames com o poder.

É desse encontro que surgem documentos, registros, que possam posteriormente ser consultados para que possam ser listados e classificados dentro da ordem discursiva biobibliográfica. Isso tem consequências. Vejamos no Currículo Lattes, os famosos e os “infames” estão ali colocados, entre aqueles que se destacam e os que não se destacam se compõe aquilo que poderíamos chamar de “acervo lattesiano”. Por isso, ao invés de termos algumas centenas de pessoas cadastradas e classificadas, temos centenas de milhares. Esse mar, um tanto quanto caótico, é a morada de seres renomados e não renomados. Sem o devido tratamento descritivo desses nomes, dessas vidas, podemos cair em grandes dificuldades para processar, recuperar e utilizar essas informações. Isso em grande parte se daria pelo que podemos chamar de “uberização” do serviço biobibliográfico.

Serviço bibliográfico por excelência, a biobibliografia repassada ao indivíduo não preparado para o tratamento da informação biobibliográfica ocasiona perda de grande parte da potencialidade desse sistema. O serviço de bibliografia e documentação dos institutos de pesquisa, como fez o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1991) e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (1971) desempenhavam esse serviço especializado por área de conhecimento. Esse tipo de trabalho favorecia a comunicação especializada entre especialistas do campo, que conseguiam, de forma satisfatória, conhecer e reconhecer sua comunidade científica especializada. Quando todos os pesquisadores de todas as áreas do conhecimento passam a ocupar o mesmo sistema de informação, sem uma classificação adequada e sem uma descrição satisfatória, ou seja, sem passar pelo crivo especializado de um profissional em bibliografia e documentação, a não ordenação latente se torna patente. No entanto, admitamos que a centralidade dessas informações permitiu o conhecimento de alguns dados importantes para a dinâmica de produção do conhecimento no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ou como vivem os seres sob a biobibliografia algorítmica

O objetivo dessa dissertação foi analisar arqueologicamente o discurso biobibliográfico disperso em fontes de informação biográfica e bibliográficas. Os procedimentos metodológicos aplicados tiveram como base de apoio as pesquisas estruturais e discursivas da primeira fase, dita arqueológica, do pensamento de Michel Foucault. Os aportes teóricos utilizados para apoiar nossa análise parte tanto do pensamento foucaultiano quanto das reflexões do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Essas duas vertentes foram complementadas com elementos históricos que sustentaram toda a pesquisa.

O corpus analisado não é exaustivo, ele apenas representa uma parte das fontes de informações publicadas no período. No entanto, muitos itens dessa seleção foram retirados do repertório histórico de Malclès (1960), principalmente aqueles datados entre o final do século XV e início do XIX. Dada a relevância do pensamento malclesiano para a história geral da bibliografia, consideramos que o corpus nesse período seja bastante representativo. As demais publicações foram selecionadas de acordo com a possibilidade, tendo em vista o contexto pandêmico em que se deu esta pesquisa, mas, também, afinadas com os objetivos da análise e com a expressão biobibliográfica pesquisada. Sendo assim, temos que reconhecer alguns limites de representatividade do corpus analisado, alguns impostos pelo contexto histórico que vivemos no ano de 2020, e outros inerente à própria análise impetrada.

O método utilizado parece ter aberto uma nova perspectiva de pesquisa. Ao contrário de uma história epistemológica que apresente a continuidade bibliográfica que se faz presente tanto nas obras por nós analisadas e as demais apresentadas por Malclès (1960), por exemplo. O método sugere que, a história da biobibliografia, enquanto saber, pode ser entendida por outro ângulo. Esse ângulo nos parece mais apropriado para entendermos o que possibilitou o aparecimento de diversas formações discursivas dentro do que

denominamos saber biobibliográfico, visto que não podemos tratar a biobibliografia como forma homogênea, constante e imutável no período tratado.

Por outro lado, o procedimento metodológico aplicado exige de nós vasto conhecimento histórico e um alto poder de síntese e correlação. Exigências que estão sempre em tensão e que podem ser amadurecidas com pesquisas complementares posteriores.

Como resultado geral de nossa análise, podemos estabelecer algumas sínteses:

- O discurso biobibliográfico pode ser entendido como uma formação discursiva do saber bibliográfico, e, principalmente, que esta forma biobibliográfica dominou a arte bibliográfica por certo período entre os séculos XV e XVIII;
- Que essa formação discursiva teve diferentes formulações no tempo, estabelecendo, portanto, diferentes formas biobibliográficas, com objetivos diversos e diferentes práticas de produção;
- Apesar desta forma discursiva, a biobibliográfica ter sido dominante no saber bibliográfico entre os séculos XV e XVIII, ela não desaparece, apenas se desloca para outros cenários discursivos, aparentemente, ela irá reaparecer no contexto bibliométrico de avaliação da produção acadêmica, ou textual, de autores científicos;
- Que a própria noção de autor na Modernidade, tão cara aos saberes de organização e representação dos saberes, está intimamente ligada às noções de vida e de obra, e, portanto, se encontra amplamente relacionada com aquilo que entendemos por biobibliografias. Portanto, a reflexão biobibliográfica parece ser bastante contributiva para questões como identidade, classificação de autores, medição de produtividade e vigilância discursiva.

O estudo abre algumas lacunas referentes a história epistemológica da bibliografia, enquanto saber. As relações entre biobibliografia e bibliografia ficaram menos distanciadas, no entanto ainda há necessidade de investir em pesquisas históricas que possam esclarecer essas relações. Restou demonstrada a coexistência entre formações discursivas biobibliográficas e bibliográficas na representação, organização e comunicação dos saberes. Também se fez indicar as diferentes áreas discursivas em que a biobibliografia foi capaz de funcionar. No entanto, os diferentes sistemas de pensamento biobibliográfico formados pelos discursos constantes nessas fontes ainda carecem de maiores aprofundamentos para que se explique todos os alcances de tal discurso.

Indicamos a necessidade, ainda, de aprofundarmos as pesquisas em torno do discurso biobibliográfico e seus efeitos políticos, históricos e sociais nos diferentes regimes em que esse discurso se fez, e ainda se faz, presente. Como por exemplo, no campo científico em que as fontes biobibliográficas, apoiadas discursivamente pelo pensamento biobibliográfico e suas relações discursivas e epistêmicas, impõem para a comunidade de cientistas certa normatização do discurso sobre si, certa hierarquia acerca dos atributos biobibliográficos que o sujeito deve alcançar para obter certa classificação. Ou seja, uma verdadeira ordem discursiva que recorta, representa, mede e classifica o sujeito acadêmico.

O horizonte final dessa dissertação, de nosso tempo e nosso espaço privatizados no século XXI, nos leva para futuros estudos relativos à uma certa biobibliografia algorítmica. Esta se apresentando como uma espécie de controle alométrico de vidas por empresas privadas dentro do universo da digitalidade. A nova “ilustração” do mundo, a nova eleição dos ilustres, dá-se, falsamente, pela conjugação da pseudo-liberdade de produção de perfis em redes sociais, da LinkedIn ao Instagram, por exemplo, o que permite um controle intenso e a manifesta indução das escolhas biográficas, de seus posicionamentos, da ordem de seu discurso. Sendo elas aquilo que há de mais intenso na ordem biobibliográfica, unir a vida e a obra, a existência e o escrito, o perfil e os posts. Toda essa almetria de medição, de avaliação, de classificação das grandes massas de dados pessoais vendidas por empresas

privadas detentoras de nossas informações biobibliográficas na rede de internet é o novo modelo biobibliográfico totalmente apartado daquelas poucas, mas existentes, intenções nobres, a comunicação e promoção do saber. Esta nova forma, ainda por ser lida pela lente biobibliográfica parece estar em sua maioria, ou em sua parte dominante, com a acepção política necessária e objetiva do termo, ligada à promoção da insipiência, da massificação, do controle, da vigilância e da incultura.

Por fim, algumas estratégias a se pensar de luta e resistência a este tipo de controle, como:

- Reconhecimento da condição econômico-política da biobibliografia;
- Construção permanente de perfis históricos em redes sociais que manifestem a pluralidade das ações e das vidas de sujeitos, ampliando e questionando o discurso dos eleitos, como criação de perfis na Wikipedia de biobibliografias ditas marginais (no fundo, marginalizadas);
- Rediscutir o funcionamento ético da biobibliografia enquanto formação discursiva presente em vários dispositivos digitais.

Conhecer a vida e a obra de um seletivo grupo de sujeitos, seja dentro ou fora do campo científico, demanda um processo de organização biobibliográfica das informações disponíveis. A classificação é, portanto, instrumento indispensável desta forma de estruturar e interferir no real. Sendo assim, em uma conflituosa disputa, entre necessário e estratégico, a classificação biobibliográfica dos sujeitos se impõe discursivamente a partir das relações políticas discursivas e não-discursivas que se queira equacionar. Ou seja, a classificação necessária para que possamos conhecer e comunicar informações acerca da vida e da obra dos autores opera também efeitos de seleção, de avaliação, de apagamento e de iluminação. O desafio é, portanto, a própria amortização desses efeitos de exclusão, ou ainda, o deslocamento epistêmico do discurso biobibliográfico para locais mais conscientes, menos nocivos. Um discurso que organize os sujeitos com mais horizontalidade e menos verticalidade, que esteja politicamente comprometido em equilibrar oportunidades e prestígio entre os diferentes atores.

Como um jogo de luzes positivas do saber, o farol do poderoso discurso biobibliográfico ora nos ilumina, ora nos abandona à penumbra, mas, sempre atento, aponta o caminho para onde devemos nos dirigir se queremos tomar assento na nau dos seletos e memoráveis seres ilustres. A luta pela ordem do discurso é a luta pelo farol, não é a luta por uma breve passagem no banquinho iluminado do poder, seja na primeira ou na segunda classe.

Referências

- AGOSTINHO. **Confissões**. Rio de Janeiro: Comanhia das Letras, 2017.
- ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault – traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, p. 1-9, 1998.
- ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. **Sobre a eminência e o eco da Bibliografia: nos rastros do método bibliográfico gesneriano e dos fundamentos do campo**. 2018. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 57-64.
- BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. v.1. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 222-232.
- BÍBLIA SAGRADA. 58. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2005.
- BRIET, Suzanne. **O que é a Documentação?**. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2016.
- BURKE, Peter. Problemas causados por Gutemberg. **Estudos Avançados**, São Paulo, v 16, n. 44, p. 173-185, abr. 2002.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento I: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipédia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2012.
- BURKE, Peter. A República das Letras Europeia, 1500-2000. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 72, p. 277-288, 2011.
- CAMPELLO, Bernadete Santos; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília, DF: Brique de Lemos, 1997.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 2002.
- CRIPPA, Giulia. **Nas bases da bibliografia: reflexões sobre uma longa história**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Nota: Conferência feita no evento A Arte da Bibliografia.
- CRUZ, Anamaria da Costa. **Representação descritiva de documentos**. Rio de Janeiro: FEBAB, 1994.
- CUNHA, Murilo Bastos da. **Manual de fontes de informação**. 2. ed. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2020.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2008.

- CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalogue**. 3. ed. Washington, US: Government Printing Office, 1891.
- DAY, Ronald. Poststructuralism and Information Studies. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 39, n. 1, p. 575-609, 2005.
- DÍEZ MÉNGUEZ, Isabel Cristina. Las bio-bibliografías: estado actual y metodología. **Cuadernos de Documentación Multimedia**, Madrid, n. 10, p. 67-77, 2000.
- FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia estatística e Bibliometria: uma reivindicação de prioridades. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 5-7, 1973.
- FONSECA, Edson Nery. A bibliografia como ciência: da crítica textual à bibliometria. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 12, n. 1, p. 29-38, jan./jun. 1979.
- FONSECA, Edson Nery da. **Bibliometria: teoria e prática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas** : uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur? In: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits**. Tomo I. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia poder-saber**: Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203-222.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- FROHMANN, Bernd. Discourse analysis as a Research Method in Library and Information Science. **Library and Information Science Research**, v. 16, p. 119-138, 1994.
- FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela S. L; MARTELETO, Regina M; GINEZ DE LARA, Marilda L. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora; Marília: Fundepe Editora, 2008.
- LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rosali Fernandez, trad. Rio de Janeiro: Livraria Interciência, 1977.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceito de bibliografia, ou conceitos de bibliografia?. *Informação & Informação*, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 127-151, set. 2018.

MACHADO, Roberto. A arqueologia do saber e a constituição das ciências humanas. *Discurso*, v. 5, n. 5, p. 87-118, 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.1974.37781>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MALCLÈS, Louise Noelle. **La Bibliografía**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1960.

MENEZES, Vinícios. O gesto bibliográfico e a Modernidade. **Informação e Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 168-183, maio/ago. 2015.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica: contribuições a uma teoria**. Brasília, DF: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

OXFORD Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2020. Disponível em: <https://www.oxforddnb.com/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2018.

PIEDEDE, Maria Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, 1969.

QUINTANA PEÑA, Alberto; OJEDA MERCADO, Giancarlo. El análisis neobibliométrico: un aporte al desarrollo de una epistemología empírica. **Facetas**, Lima, v. 1, n. 2, p. 35-40, 1996.

QUINTANA PEÑA, Alberto. Análisis neo-bibliométrico de las Investigaciones de Tesis en la Escuela Académico-Profesional de Psicología UNMSM. **Revista de Investigación en Psicología**, Lima, v. 9, n. 1, p. 81-99, 2006.

REITZ, Joan M. **Dictionary for library and information science**. Westport: Libraries Unlimited, 2004.

SABBA, F. Natureza e origem da Bibliografia: uma perspectiva disciplinar para contemporaneidade. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 7, n. esp, p. 65-98, 2016.

SEN, Subir K.; GAN, S. K. Biobibliometrics: concept and application in the study of productivity of scientists. **International Forum on Information and Documentation**, v. 15, n. 3, p. 13-21, 1990.

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Neobibliometria no contexto da neodocumentalismo. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. **Ciência da Informação e Documentação**. São Paulo: Editora Alínea, 2011. p. 71-84.

VIGNAUX, Georges. **O demónio da classificação: pensar, organizar**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

WORLD Biographical Information System Online. [S. l.]: Walter de Gruyter, 2020. Disponível em: <https://wbis.degruyter.com/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Apêndice 1 – Bibliografia de obras do corpus

ALEGAMBE, Prilippe. **Bibliotheca Scriptorum Societatis Jesu**. Antuérpia: Henricus, 1643.

ALBERICI, Giacomo. **Catalogo breve de gl'illustri et famosi scrittori Venetiani**. Bolonha: Heredi di Giovanni Rossi, 1605.

BALE, John. **Illustrium majoris Britanniae scriptorum...** [S.]: Ouerton, 1548.

BARRAL, Pierre. **Dictionnaire historique, littéraire et critique, contenant une idée abrégée de la vie & ouvrages des hommes illustres en tout genre, de tout tems & de tout pays**. 1758.

BAYLE, Pierre. **Dictionnaire historique et critique**. Rotterdam: Reinier Leers, 1697.

BRUNFELS, Otto. **Catalogus illustrium medicorum: sive de primis medicinae scriptoribus...** [S.]: Joannem Schottum, 1530.

CEILLIER, Remi. **Histoire generale des auteurs sacrés et ecclesiastiques: qui contient leur vie, le catalogue, la critique, le jugement, la chronologie, l'Analyse...** Paris: Barrois, 1729.

CHAUDON, Louis-Mayeul; DELANDINE, Antoine François. **Dictionnaire universel, historique, critique et bibliographique...** Paris: Mame, 1812.

CHAUDON, Louis-Mayeul; DELANDINE, Antoine François. **Dictionnaire historique, critique et bibliographique, contenant les vies des hommes illustres**. Paris: Ménard et Desenne, 1821.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Plataforma Lattes**. 1999. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 06 nov. 2020.

DU VERDIER, Antoine. **La bibliotheque d'Antoine du Verdier, seigneur de Vauprivas: contenant le catalogue de tous ceux qui ont escrit, ou traduit en françois, & autres dialectes de ce royaume...** Lyon: Barthelemy Honorat, 1585.

DUPIN, Louis Ellies. **Nouvelle bibliotheque des auteurs ecclesiastiques, contenant l'histoire de leur vie, le catalogue, la critique, et la chronologie de leurs ouvrages: Le sommaire de ce qu'ils contiennent, un jugement sur leur style, et sur leur doctrine...** Amsterdam: Pierre Humbert, 1693.

DICTIONARY of scientific biography. Princeton: Charles Scribner's Sons, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. **Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil**. Rio de Janeiro: IBBD, 1970.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros**. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

JÖCHER, Christian Gottlieb. **Allgemeines Gelehrten-Lexicon...** Leipzig: Budhandlung, 1751.

KERVILER, René. **Répertoire général de bio-bibliographie bretonne.**
Rennes: Plihon et Hommay, 1886.

LA CROIX DU MAINE, François Gruidé. **Premier volume de la Bibliothèque du sieur de La Croix Du Maine , qui est un catalogue général de toutes sortes d'auteurs qui ont escrit en françois depuis cinq cents ans et plus jusques à ce jour d'huy...** Paris: Abel l'Angelier, 1584.

LACROIX, Alfred. **Figures des savants.** Paris: Gauthier-Villars, 1932.

MARCHAND, Prosper. **Dictionnaire historique, ou Mémoires critiques et littéraires concernant la vie et les ouvrages de divers personnages distingués, particulièrement dans la république des lettres.** La Haye : Allamand, 1758.

NICERON, Jean-Pierre. **Mémoires pour servir à l'histoire des hommes illustres dans la république des lettres avec un catalogue raisonné de leurs ouvrages.** Paris: Briasson, 1727.

PERROSSIER, Cyprien. **Statistique biographique de la Drôme, d'après le "Dictionnaire biographique" de ce département par M. J. Brun-Durand...**
Drome: Grenoble, 1901.

SCARDEONE, Bernardini. **De antiquitate urbis Patavii e claris civibus Patavinis libri tres, em classes quindecim distinctas. Ejusdem apêndice de sepulchris insignibus exterorum Patavii jacentium.** Basiléia: Episcopium, 1560.

SIMON, Denis. **Nouvelle bibliothèque historique et chronologique des principaux auteurs et interprètes du droit civil, canonique et particulier de plusieurs états et provinces, depuis Irnerius...** Paris: Robert Pepie, 1692.

TARBÉ, Prosper. **Les chansonniers de Champagne aux XIIe et XIIIe siècles.**
Reims: Regnier, 1850.

TRITHEMIUS, Johannes. **Liber de Scriptoribus ecclesiasticis.** [S. /.]: Amerbach, 1494.

TRITHEMIUS, Johannes. **Catalogus illustrium vivorum germaniae de Johannes Trithemius.** [S. /.]: Friedberg, 1495.